



### ASSEMBLEIAS POPULARES

## INICIATIVA E PARTICIPAÇÃO DAS MASSAS NA CONSOLIDAÇÃO DA ALIANÇA POVO-MFA

«Sem unidade não há alianças que valham, alianças que perduram e se fortaleçam. As Assembleias Populares preconizadas no

plano aprovado pela última Assembleia de Delegados do MFA no sentido de reforçar a unidade revolucionária entre as camadas populares e o Movimento das Forças Armadas são, pois, de grande importância, como refere a nota da Comissão Política do nosso Partido, salientando «a grande importância das conclusões e decisões da Assembleia do MFA relativas à perspectiva de concretização orgânica da aliança Povo-MFA.»

«Seguir o processo revolucionário para a construção de um futuro estado democrático e socialista. Contudo, não esquecendo a absoluta necessidade de que seja respeitado estritamente o carácter unitário e apertado das estruturas populares, o nosso Partido, em nota publicada, afirma que é de «primacial importância que, abandonando posições sectárias e combatendo o divisionismo», se estabeleçam nas Assembleias Populares relações fraternais de combate pelos objectivos a atingir entre todos os componentes, quaisquer que sejam as suas filiações ou tendências partidárias.»

O objectivo é avançar no processo revolucionário, consolidar as conquistas já alcançadas, transformar o País de molde a que os interesses dos trabalhadores e da população em geral sejam respeitados. Nesse sentido e respondendo ao apelo feito pela Assembleia do MFA, come-

çaram já a realizar-se as primeiras Assembleias Populares. Uma dessas Assembleias decorreu no último fim-de-semana

(Continua na pág. 5)

### Rio Maior, Évora, Lourinhã, Elvas

## A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!

Urge erguer uma poderosa barreira à contra-revolução e urge deitar por terra a nova escalada da reacção, que se tem feito sentir intensamente nos mais diferentes pontos do País, como em Rio Maior, Aveiro, Évora, Elvas, Odemira e outras localidades,

onde pequenos acontecimentos fazem notar que as forças de direita sentem as costas quentes e passam à provocação directa. O que se passou em Rio Maior, a umas dezenas de quilómetros de Lisboa, demonstra suficientemente

como as forças reacçãoárias podem manipular as populações despolitizadas, incitandolas com boatos e calúnias bem orientados numa campanha anticomunista. Assim, uma reunião marcada para

(Continua na pág. 5)

pode unir a direita reacçãoária, congregar todos os inimigos do processo revolucionário com lugar de destaque para os saudosistas do passado, alertar as actividades conspiratórias e desforristas dos senhores dos monopólios e do latifúndio.

(CONTINUAÇÃO NA 2.ª PAGINA)



## MAIS DE 100 000!

(NA PAG. 3)

## SAUDAÇÃO AO MLSTP

Queridos Camaradas,  
O Partido Comunista Português saúda calorosamente o povo de São Tomé e Príncipe e o MLSTP pela histórica data da proclamação da Independência.

A conquista da Independência constitui a realização de uma das mais profundas aspirações do povo de São Tomé e Príncipe, que quer ser livre e senhor do seu próprio destino. Também para o Povo Português este acontecimento tem um muito grande significado. Ele é um passo mais para a liquidação do odioso colonialismo que, durante séculos, foi também um factor da opressão do nosso próprio povo.

O PCP, que em Portugal foi a primeira força política a defender abertamente o direito à autodeterminação e independência de todas as colónias portuguesas, considera que, uma vez enterrado o colonialismo, novas perspectivas se abrem para relações de outro tipo, sinceras e leais, fraternas e iguais, entre os nossos dois povos, ligados por vários séculos de laços históricos e socioculturais.

Podeis estar certos de que, com a mesma constância com que lutámos pelo direito dos povos das colónias portuguesas à independência, trabalharemos agora para tornar uma realidade o reforço e desenvolvimento da amizade e cooperação entre o novo Estado de São Tomé e Príncipe e o novo Portugal democrático, no respeito dos interesses mútuos e da plena soberania de cada um.

Saudando a Independência de São Tomé e Príncipe, queremos também afirmar-vos a nossa certeza de que os nossos dois povos saberão ampliar as suas conquistas revolucionárias, rumo ao progresso social, em fraternal solidariedade.

Viva o Estado de São Tomé e Príncipe!  
Viva o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe!  
Viva a amizade e a cooperação entre os povos de Portugal e de São Tomé e Príncipe, finalmente livres!

12 de Julho de 1975.

O Comité Central do Partido Comunista Português



## GRANDE MANIFESTAÇÃO DE APOIO AO MFA

Grandes manifestações de apoio ao Conselho da Revolução, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro realizaram-se nos últimos dias, convocadas pela Intersindical, nomeadamente em Lisboa, Porto, Coimbra e Beja, com a participação entusiástica de muitas dezenas de milhares de trabalhadores. (Ler nas páginas 6 e 7)



(CONTINUADO DA 1.ª PAGINA)

Esta «santa aliança» — que, estamos certos, não corresponde aos sentimentos democráticos e unitários, nem à profunda esperança no socialismo de muitos e muitos militantes e eleitores do PS — conta na sua estrutura interna com a acção consequente do CDS, do PPD e dos grupos provocatórios pseudo-revolucionários.

É através das mentiras mais descaradas contra o PCP e os outros partidos revolucionários e contra o MFA que se está sensibilizando a opinião pública internacional e de uma forma particular a social-democracia europeia para uma atitude de hostilidade e de intervencionismo contra a Revolução portuguesa e as liberdades arduamente conquistadas pelo nosso Povo.

A ambição de poder conduz frontalmente contra o processo revolucionário, mas é preciso dizer que neste caminho de aventuras e de apelos à violência, que começou já a ter os seus «pioneiros» nos reacçãoários de Rio Maior, Évora, Elvas, Lourinhã, etc., está a perspectiva de derrotas das mais sérias dos que por ele enveredam.

# A situação política e as tarefas imediatas

**3** Fazendo do PCP o seu principal alvo, as forças reacçãoárias pretendem, evidentemente, isolar o Partido da classe operária, dividir a classe operária e todos os trabalhadores e cavar separações e desentendimentos entre todas as forças interessadas no processo revolucionário e — fundamentalmente — paralisar o seu elemento motor, a aliança Movimento das Forças Armadas-movimento popular de massas. Ao atacar o PCP ataca-se a classe operária, atacam-se os trabalhadores, ataca-se um formação política que se tem mantido intransigentemente na vanguarda da luta pelas liberdades e na luta pela defesa e fortalecimento da aliança do Povo com o MFA.

As tentativas para criar uma questão religiosa que a política da jovem democracia portuguesa não justifica nem procura, as ameaças de paralisação económica do País, a sabotagem clara da batalha da produção, o prosseguimento da sabotagem económica, a defesa e especulação das pressões imperialistas, a frenética acção de divisionismo nas estruturas populares (sindicatos, ligas, comissões, etc.), são auxílios preciosos que a política preconizada e aplicada por alguns dirigentes do PS tem vindo a conceder à acção das forças contra-revolucionárias, não só por alinhar com os mais encarniçados inimigos da liberdade, da democracia e do socialismo como também por, ao tentar enfraquecer as forças revolucionárias, abrir caminho a novas ofensivas contra a Revolução.

**4** As forças reacçãoárias e conservadoras utilizam todas as suas energias e intensificam as suas actividades com o fim de criarem nos próximos dias um

ambiente de agitação e instabilidade que possam utilizar para uma propaganda demagógica que cubra nova tentativa de ataque violento ao processo revolucionário.

A criação de conflitos artificiais em várias regiões do País, os esforços divisionistas, as provocações contra o PCP e o MFA coincidem com a crise política ao nível governamental.

É de prever que as forças reacçãoárias tentem mobilizar todos os seus esforços com vista a criarem o pano de fundo a uma nova tentativa de golpe.

A situação assim criada é igualmente susceptível — pela confusão artificialmente provocada — de constituir terreno favorável ao aparecimento de teses e posições oportunistas que pretendam marginalizar, em nome de uma demagógica «independência», as forças mais consequentes empenhadas no processo revolucionário.

Objectivamente, o aparecimento de tais posições — que já se desenham — não constitui mais do que uma posição de segunda linha, uma solução de recurso das forças reacçãoárias que, não conseguindo a título imediato concretizar a ofensiva contra-revolucionária, pretendem assim marginalizar e afastar as forças que sabem serem as mais decididas defensoras das liberdades e dos interesses dos trabalhadores.

**5** No momento presente os trabalhadores de todo o Povo Português estão vitalmente interessados no reforço da unidade. O esforço principal das forças conservadoras e reacçãoárias incide na tentativa de criar divisões e quebrar a unidade interna e entre si, das duas componentes do processo revolucionário português.

O sectarismo das forças progressistas constitui, assim, no momento presente, um grande perigo uma vez que pode conduzir a que sejam os próprios militantes e activistas revolucionários a alinharem no jogo divisionista da reacção.

Ao fazer incidir o peso principal da sua campanha sobre o PCP, a reacção coloca grandes responsabilidades aos militantes comunistas que, face à ofensiva terrorista da contra-revolução, têm de dar um exemplo e contributo decisivos no fortalecimento dos laços de unidade com todas as forças interessadas na edificação de uma democracia rumo ao socialismo.

Combatendo intransigentemente as calúnias e as provocações, é indispensável que, em cada momento e em cada local se encontrem formas de barrar o passo à reacção nas suas tentativas de dividir os trabalhadores, de dividir o Povo e de afastar o movimento de massas do MFA. Em torno de tarefas práticas e de objectivos concretos é necessário fortalecer a unidade e impedir que se cavem barreiras artificiais que só servem os interesses da reacção.

O PCP alerta a classe operária, os trabalhadores, e todas as forças progressistas para a absoluta necessidade de impedir que a campanha divisionista da reacção seja coroada de êxito. Os esforços de divisão são uma peça essencial da ofensiva reacçãoária em curso e a ela é necessário opor o firme fortalecimento de uma sólida unidade de acção na defesa do processo revolucionário e na edificação de condições para novos passos em frente no caminho da democracia e do socialismo.

Como sempre, os comunistas tomam decididamente o seu lugar na vanguarda desta tarefa decisiva para o Povo Português: combater as manobras divisionistas, procurar o entendimento com todos quantos lutam por um Portugal democrático a caminho do socialismo, procurar, através do debate leal e aberto, os vastos pontos de acordo, particularmente entre comunistas e socialistas.

Numa altura em que com toda a precisão se definem os contornos e a acção do principal inimigo da liberdade e do socialismo, o PCP defende como sempre, uma ampla unidade, que se declare decididamente disposto a defender e fortalecer.

**6** Como o PCP afirmou já, a Revolução portuguesa dispõe de forças suficientes para barrar o caminho à reacção e assegurar a evolução do processo revolucionário.

A classe operária, os trabalhadores e todas as forças progressistas estão em condições de derrotar uma vez mais a ofensiva reacçãoária.

O PCP aponta de imediato como fundamental:

**1.º** Reforçar e intensificar os contactos unitários a todos os níveis com vista a desmascarar a ofensiva divisionista e a consolidar firmemente a unidade das forças progressistas, a unidade do movimento popular de massas, a unidade do MFA, a aliança Povo-MFA;

**2.º** Manter uma intensa vigilância revolucionária de massas;

**3.º** Responder firmemente com a acção de massas a quaisquer provocações, não as deixando desenvolver-se nem deteriorar as situações;

**4.º** Reforçar a nível local todas as ligações e contactos unitários e a cooperação do movimento popular com o MFA.

É necessário fazer fracassar a actual ofensiva reacçãoária.

As liberdades serão defendidas. O processo revolucionário sairá consolidado. Novos e mais seguros passos serão dados no caminho da democracia e do socialismo.



# NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

«1. A decisão do Secretariado do Partido Socialista de fazer cessar o exercício de funções dos seus membros no Governo assume no momento presente particular gravidade.

Essa decisão, pretextada pelo caso «República», coroa toda uma ampla e intensa actividade interna e internacional dos dirigentes do PS dirigida contra o processo revolucionário. Polarizando forças reacçãoárias e conservadoras, essa actividade tem como objectivo imediato a divisão do MFA e a formação de um novo Governo de coligação de forças de direita.

O PCP fez insistentes esforços para o reforço da cooperação no quadro da coligação governamental, insistentemente, sem êxito, na necessidade de suspender os ataques recíprocos, de examinar em conjunto a situação, de dar indicações às organizações para procurarem entender-se na acção comum.

Não respondendo a tais propostas, o PS mostrou não desejar de facto um Governo revolucionário de coligação com o MFA, e confirmou a sua manobra contra as actuais estruturas do Poder.

O PS procurou deixar aberta a possibilidade da retomada de funções pelos seus membros do Governo. O PCP sublinha que tal eventualidade (bem como a participação de qualquer partido no Governo) não poderia ser condicionada por ultimatos ou exigências de revisão das linhas gerais da política progressista.

A participação no Governo tem de ser definitivamente condicionada pela participação e responsabilização real nas decisões do Governo e na sua aplicação ao nível do aparelho do Estado e ao nível das massas.

O PCP chama a atenção dos militantes socialistas para a greve de responsabilidade que estão a tomar os dirigentes do PS ao arrastar o seu partido para uma política aventureirista contra o processo revolucionário. Os dirigentes do PS estão a fazer correr graves riscos à revolução portuguesa, mas também ao seu próprio partido.

Caso se torne inviável o actual Governo de coligação de partidos com o MFA, o povo português opor-se-ia firmemente a qualquer tentativa de formação dum governo de direita. A alternativa para o actual Governo de coligação só poderá ser um outro governo que prosiga a política democrática a caminho do socialismo já definida.

A natureza unitária, a operatividade, a eficiência, o reforço da autoridade, o apoio das massas populares deverão ser características de qualquer novo governo caso se torne inviável o actual Governo de coligação.

O PCP continua pronto a assumir todas as suas responsabilidades na solução da crise política que se atravessa, a fim de se assegurar o prosseguimento do processo revolucionário.

2. Na construção do novo regime democrático, na política antimonopolista e antilatifundista, na reconstrução da economia nacional, na realização de profundas reformas a caminho do socialismo, não é apenas o proletariado que está interessado, mas o campesinato, a pequena burguesia, a intelectualidade, mesmo alguns sectores da média burguesia.

As forças revolucionárias não podem perder de vista a necessidade de uma correcta política de alianças. O isolamento social do proletariado poderia ser mortal para a revolução. A vanguarda revolucionária (popular e militar) defende no plano nacional os trabalhadores e todas as classes e camadas interessadas na luta antimonopolista e antilatifundista. A classe operária e a sua vanguarda mostram pelos factos, pela prática política,

que defendem os interesses dos pequenos agricultores, dos pequenos comerciantes e dos pequenos industriais. Estas classes e camadas devem ser atraídas ao processo revolucionário, evitando-se que sejam envolvidas pela demagogia e as manobras contra-revolucionárias do grande capital.

O PCP chama a atenção dos pequenos e médios comerciantes para a especulação que a contra-revolução e o grande capital estão fazendo dos seus problemas reais e do seu descontentamento para os arrastar contra o MFA, contra as forças progressistas, contra o processo revolucionário.

Iniciativas aventureiras como a do plenário de Cascais, a manifestação de Lisboa, a concentração de veículos a «fuel», longe de defenderem os seus interesses, podem grave e directamente prejudicá-los.

E com o MFA e com as forças progressistas, é com a Revolução, e não contra ela que os pequenos agricultores e industriais verão resolvidos os seus problemas.

O PCP apela para que se libertem do controlo político do grande patronato e das forças reacçãoárias, para que formem as suas organizações de classe, para que se unam em torno delas, para que juntem as suas forças e energias às das classes trabalhadoras na reconstrução do novo Portugal democrático.

3. O PCP refuta energeticamente as calúnias que o acusam de procurar «assaltar o poder».

O PCP continua defendendo intransigentemente a construção de um Portugal democrático caracterizado simultaneamente por amplas liberdades (incluindo a liberdade de Imprensa e a liberdade de formação e actuação dos partidos políticos) e por transformações profundas da economia e da sociedade conduzindo à liquidação da exploração do homem pelo homem.

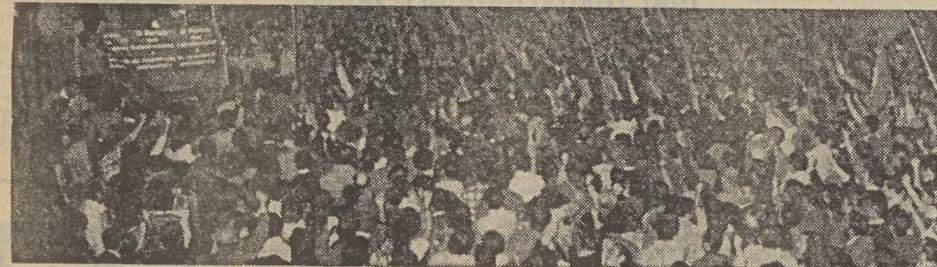
Ao mesmo tempo, o PCP sublinha a necessidade do desmantelamento da conspiração contra-revolucionária, do rápido reforço da autoridade revolucionária, do respeito pela ordem democrática.

Desmascarando manobras divisionistas, todas as forças que estão com o processo revolucionário, todos quantos estão firmemente decididos a defender as liberdades, a edificar um regime democrático, a caminhar para o socialismo, devem pôr de parte o que de secundário os divide, para reforçarem a sua cooperação e a sua unidade e assegurarem o caminho vitorioso da Revolução portuguesa.

O PCP apela para a classe operária, para todos os trabalhadores, para a juventude, para as massas populares, para todos os portugueses e portuguesas, quaisquer que sejam as suas opiniões políticas ou credos religiosos. Apela para todos os revolucionários. Apela para socialistas, progressistas, católicos. A hora é de unidade de todas as forças que estão com o processo revolucionário. Unidade na luta contra a reacção. Unidade na defesa dos sagrados interesses do povo trabalhador. Unidade nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores e moradores, nas assembleias populares, em todas as organizações de massas. Unidade na defesa das liberdades democráticas ameaçadas pela conspiração contra-revolucionária. Unidade na construção dum regime democrático. Unidade na transformação da economia e da sociedade portuguesa, rumo ao socialismo. Unidade do povo e unidade do MFA. Reforço da aliança Povo-MFA, motor da revolução e garantia da sua vitória final e definitiva.»

11 de Julho de 1975.

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



# NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA DO CC DO PCP SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO NO PAÍS

1. A Comissão Política do CC do PCP, prosseguindo o exame da situação no País, considera que a conjura reacçãoária desenvolvida nos últimos dias fracassou.

As diversas frentes em que a ofensiva da reacção se processou, animadas por associações e grêmios patronais, por grupos de pseudo-revolucionários e, em especial, pela conduta política dos dirigentes do PS, convergiram todas no sentido de paralisar e fazer retroceder a Revolução.

Os objectivos da divisão do MFA, de ataque directo à posição do Primeiro-Ministro, de afastamento dos partidos revolucionários da coligação governamental não foram atingidos, o processo revolucionário clarificou-se e as perspectivas do seu desenvolvimento tornaram-se mais seguras.

2. O Secretário-Geral do PS afirmou já ter perdido uma batalha. Isto dá a medida do envolvimento da Direcção do PS na movimentação contra-revolucionária que tem agitado a vida nacional.

Esta derrota reconhecida é simplesmente o produto dos erros cometidos pela Direcção do PS. É o resultado de não ter compreendido a dinâmica revolucionária de um processo com larga participação popular e apontado ao socialismo e de a pretender substituir por uma via social-democrata, ou, como disse o Secretário-Geral do PS à Televisão Francesa, um socialismo que não exige o derrube do Estado capitalista.

3. Uma frenética actividade de agitação, o uso destemperado da linguagem violenta, o intensificado recurso às calúnias e intrigas anticomunistas, o crescente aproveitamento da adesão de grupos provocatórios, um amplo plano de contestação do processo através de comícios e manifestações, tais são alguns aspectos da acção actual da Direcção do PS e com o qual este pretende passar a uma nova ofensiva.

Os assaltos de ontem às sedes do PCP e da FSP de Rio Maior com a destruição de documentação e bens, continuados hoje, na mesma localidade, com a intercepção de carros distribuidores de jornais e a completa destruição destes últimos, não podem deixar de se inserir no clima de tensão e violência política que a Direcção do PS está a fomentar.

É ainda neste clima que reaparecem novos projectos de marchas sobre Lisboa. A história, quer nacional quer internacional, tem mostrado o significado de tais marchas como instrumentos geralmente utilizados pela contra-revolução. No breve período após o derrubamento do fascismo assistimos já, no 28 de Setembro, à tentativa de uma marcha sobre Lisboa organizada pela reacção. Tal como nessa data, é necessário que os trabalhadores, as massas populares, todos os revolucionários estejam vigilantes e se unam e organizem para cortar o passo a quaisquer aventureiros contra-revolucionários.

4. Foi a mobilização popular, a firmeza das posições do MFA, a aliança das duas componentes da Revolução — Povo-MFA — que ditaram a derrota dos planos da reacção, dos conservadores e da direita e asseguraram as condições para o prosseguimento do processo revolucionário.

Tornou-se claro, mais uma vez, que a luta que se trava no País é entre os que defendem a construção de uma democracia a caminho do socialismo e aqueles que se empenham na conservação e na defesa do capitalismo monopolista e para quem a palavra socialismo, quando a usam, é unicamente um expediente para impedir a sua conquista.

14 de Julho de 1975.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

# MAIS DE 100 000!

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS ULTRAPASSOU JÁ O NÚMERO DE 100 000 MEMBROS.

Ao referir este dado, que dá uma ideia da importância numérica atingida pelo Partido e que é um marco de grande relevo na sua expansão orgânica, vale a pena, embora sumariamente, lembrar alguns aspectos da sua evolução.

Os primeiros tempos da actividade do Partido Comunista Português, criado em Março de 1921, são naturalmente difíceis num meio operário ainda reduzido e de pequena concentração industrial e quando ainda imperavam entre os trabalhadores principalmente as tendências anarco-sindicalistas, oriundas do idealismo pequeno-burguês.

Cinco anos após o seu nascimento, o golpe contra-revolucionário de 1926 veio criar ainda maiores dificuldades ao desenvolvimento e actuação do jovem Partido. Em breve, só o recurso à clandestinidade o pode defender da repressão que vai aumentando e recorrendo a métodos cada vez mais refinados.

— / —

Como as pessoas, os Partidos também ficam marcados pela sua história. Durante 48 anos o PCP tem de actuar em condições extremamente difíceis. Só a pouco e pouco consegue encontrar as respostas mais ajustadas a uma intensa e extensa perseguição. Aprende com os erros e com as derrotas a encontrar a forma de obter vitórias.

Mas ao longo dessas dezenas de anos o Partido foi-se fortalecendo. Na sua história ficará para sempre gravado que é sob uma repressão fascista que se vai tornar um Partido com implantação nacional, com uma influência política crescente, com um papel decisivo nos acontecimentos.

Único partido que suportou vitoriosamente a longa noite fascista, deve essa vitória e deve o seu reforço, nessas tão duras condições, à classe operária portuguesa, aos trabalhadores portugueses.

O Partido Comunista foi o Partido da Resistência Antifascista, antes de mais, porque é uma emanção da classe operária, porque é o Partido dos Trabalhadores.

O Partido Comunista viveu as dezenas de anos de clandestinidade e reforçou toda a sua actividade ao longo desses anos porque seguiu com acerto a teoria do marxismo-leninismo e aplicou-a com segurança às condições concretas do nosso país.

O Partido Comunista ganhou o simples tratamento de «Partido», porque soube educar os seus membros na dedicação total dos interesses dos operários, dos camponeses, dos trabalhadores manuais e intelectuais, porque fez da sua ligação estreita com as massas a razão da sua existência. Os seus mártires, assassinados na rua, torturados até à morte ou mortos nas cadeias à míngua de tratamento, os seus milhares de presos e torturados são símbolos verdadeiros da resistência de um povo ao regime mais desumano que os portugueses conheceram.

— / —

Nas terríveis condições impostas pelo terror fascista, o Partido Comunista Português não podia tornar-se um Partido numericamente muito amplo. Muitas vezes as suas organizações foram profundamente afectadas pela repressão. Só a persistência de um constante trabalho orgânico e a preocupação de continuamente reforçar os laços com as massas trabalhadoras permitiram recuperar e criar até organizações mais fortes onde a repressão tentara estabelecer um vazio.

Apesar de todas as dificuldades, o Partido dirigiu constantemente as lutas dos trabalhadores, teve um papel preponderante em toda a actuação política antifascista, implantou-se à escala nacional de forma segura.

O derrubamento da ditadura terrorista, com a conquista da liberdade política e a legalização do nosso Partido, abriu possibilidades completamente novas a uma organização que se desenvolvera ao longo de quase meio século de clandestinidade.

Rapidamente as diferentes organizações do Partido alargaram-se muito, particularmente nas regiões em que o Partido sempre mantivera a sua influência, mas entrando também com decisão nas zonas mais difíceis.

Os balanços de organização efectuados em 1974 mostraram que o ritmo do desenvolvimento orgânico se manteve constante até ao fim desse ano. Várias organizações dobraram os seus efectivos todos os dois ou três meses. Ao chegar ao fim de 1974, com razão se pôde já afirmar que o Partido Comunista Português se transformara num verdadeiro Partido de massas.

— / —

Os primeiros quatro meses deste ano muitos dos esforços voltaram-se para um mais amplo trabalho de esclarecimento, para uma verdadeira batalha contra o anticomunismo, quer o anticomunismo primário, herdo do fascismo, que ainda impera especialmente em muitas regiões das Beiras e Norte e nas Ilhas Adjacentes, quer o anticomunismo que os inimigos do actual processo revolucionário a caminho do socialismo têm procurado instalar, congregando uma «santa aliança», desde os fascistas até aos grupos pseudo-revolucionários.

Apesar disso o Partido continuou a alargar-se numericamente, a atingir novas regiões e sectores.

No balanço realizado no dia 15 de Maio, assente em dados obtidos no princípio do mês, confirmaram-se as previsões que se iam fazendo: o número dos aderentes ao Partido ultrapassara os 100 mil (\*).

Este grande Partido, construído nas novas condições políticas existentes em Portugal, é muito diferente do Partido clandestino que existia no 25 de Abril. É o produto de um poderoso esforço de recrutamento, de estruturação, de ligação com as massas, realizado durante o primeiro ano de liberdade. Mas é também o resultado de todos os esforços feitos pelo Partido, durante dezenas de anos, sob uma feroz repressão, para esclarecer, para mobilizar, para organizar as massas trabalhadoras, é o resultado da dura caminhada do Partido, de toda a sua história.

— / —

O Partido Comunista Português assenta actualmente a sua organização em cerca de 6 mil organismos. Existem as 22 Comissões Distritais que cobrem todo o País, englobadas em 7 Direcções de Organização Regional. A grande maioria dos concelhos possui a respectiva Comissão Concelhia do Partido e estão estabelecidas ligações em quase todos os outros concelhos. Também em quase todas as empresas importantes existe uma célula do Partido.

A sua composição, em que se salientam 60 por cento de operários (12 por cento de operários agrícolas) e 20 por cento de empregados, dá bem uma ideia da sua implantação e de que continua a ser o Partido dos trabalhadores.

O Partido Comunista Português tornou-se um dos maiores Partidos comunistas do mundo capitalista.

O extraordinário número atingido pelas adesões ao Partido não pode esconder nem dificuldades nem deficiências.

As dificuldades particularmente sentidas nas regiões em que a reacção ainda domina, em que a mentira e a calúnia anticomunista impedem muitas camadas populares de discernir quem são os seus verdadeiros amigos e quem são os seus inimigos. As dificuldades que naturalmente surgem num processo revolucionário que aponta agora para o socialismo e em que as forças que o contrariam são ainda muito poderosas, situando-se até dentro do próprio Governo Provisório. As dificuldades normais de um alargamento muito rápido que não pode ser acompanhado por uma formação de quadros com ritmo idêntico, quadros no entanto indispensáveis para levar a cabo a estruturação orgânica e a educação dos novos membros do Partido.

E as deficiências resultantes de falta de vigilância, de erros no acompanhamento de quadros, de decisões menos capazes de resolver as questões que se colocam quer no desenvolvimento orgânico quer na actividade geral do Partido em ligação com as massas.

A vitória sobre umas e outras deve ser uma das direcções principais de trabalho.

— / —

A nossa frente encontra-se um amplo caminho que será mais facilmente percorrido na medida em que se souber aprofundar, com iniciativa, com dedicação, sem sectarismos, a ligação do Partido com as amplas massas populares, na medida em que se fortalecer muito a estruturação e todo o trabalho regular do Partido, na medida em que se continue a alargar a sua organização, por todo o lado e de modo a atingir também os poucos pontos onde ainda não se estabeleceu.

Somos actualmente mais de 100 mil. Podemos ser muitos mais ainda. Devemos ser muitos mais, para podermos estar à altura das grandes tarefas que se colocam ao nosso povo, para que possamos contribuir de modo cada vez mais significativo para o processo revolucionário em Portugal.

(\* Como este balanço se refere somente à organização do Partido não foram nela contados os membros das duas organizações autónomas de juventude comunista, a UEC e a UJC.

# A SITUAÇÃO EM ANGOLA

A situação em Angola agravou-se extraordinariamente nos últimos dias. A actual onda de violência e aquilo que está por trás dela só surpreenderam os que desconhecem ou fingem desconhecer as razões da explosiva conjuntura angolana. As mesmas forças que sabotaram a aplicação correcta dos Acordos de Alvor, os mesmos motivos que, poucas semanas após a Conferência de Namuro, impediram que as decisões ali aprovadas fossem postas em prática e respeitadas, explicam hoje a actuação e as palavras daqueles que estão interessados em criar em Angola uma situação de caos e guerra civil.

Num contexto diferente assistimos à repetição de um fenómeno que nada tem de novo. Não é por acaso que, no momento em que a reacção se lança na ofensiva em Portugal para contestar a Revolução e pôr em causa a própria legitimidade da Assembleia do MFA, a reacção se esforça em Angola por estabelecer o pânico entre a população e manobra de maneira a forjar condições propícias a interferências externas e a estimular o aventurismo de elementos e forças que demonstraram sempre subordinar as aspirações do povo angolano aos interesses do imperialismo e do neocolonialismo.

O noticiário tendencioso distribuído pelas agências noticiosas ocidentais não tem o poder de ocultar uma evidência: a profunda implantação do MPLA entre as massas angolanas, o carácter profundamente democrático, patriótico e revolucionário da luta vital em que se encontra empenhado o Movimento que comandou, ao longo de 13 anos, o combate pela independência.

RELACIONES COM O PC DA VENEZUELA

De passagem por Portugal, o camarada Eduardo Gallegos Mancera, membro do Bureau Político e do Secretariado do Partido Comunista da Venezuela, teve conversações com os camaradas Sérgio Viarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP e Aurélio dos Santos, membro suplente do CC.

Numa visita ao Centro de Trabalho do PCP, o camarada Mancera foi recebido pelo camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

Durante esses encontros e conversações foi reafirmada a forte amizade que liga os dois partidos. O camarada Eduardo Gallegos Mancera expressou também a total solidariedade do Partido Comunista da Venezuela à luta do povo português e do Partido Comunista Português pela construção de um regime democrático a caminho do socialismo.

O povo de Angola está com o MPLA. É significativo que durante o dia, apesar da desorganização dos serviços públicos resultante das circunstâncias, a vida decorra quase normalmente em todos os bairros onde as brigadas do MPLA garantem a segurança dos moradores. É sobretudo de noite, quando o controlo se torna mais difícil, que bandos de marginais e agitados reacçãoários desfecham as suas acções criminosas para evitar que a calma volte à cidade.

«Luanda está outra vez a ferro e fogo e, mais uma vez também, por iniciativa da FNLA, que, cada vez mais desesperada com a falta de apoio popular, pretende, por todos os meios, conquistar posições de força.» Esta denúncia, contida num comunicado do MPLA divulgado no início dos choques do último fim-de-semana, foi confirmada pelo desenvolvimento posterior da situação. As declarações feitas em Kinshassa, numa conferência de Imprensa, por Johnny Eduardo, primeiro-ministro do Governo de Transição, em vez de contribuir para a retomada do diálogo e para o restabelecimento da paz em Angola, soaram em Luanda como uma verdadeira declaração de guerra civil. «Vou regressar brevemente a Angola — afirmou aquele destacado dirigente da FNLA — não para colaborar com outros membros do Colégio Presidencial, mas para conduzir as operações das tropas da FNLA, como o fiz em Março, Abril e Maio passado.» Não é com ameaças de uma marcha sobre Luanda, não é com insultos às Forças Armadas Portuguesas, não é com calúnias contra o MFA, iguais às da reacção portuguesa, não é abandonando o Governo de Transição, é instalando-se em Kinshassa que a FNLA poderá persuadir a opinião mundial, os povos africanos, o povo de Angola e o de Portugal do patriotismo e da correcção da sua conduta.

Há factos agora divulgados que colocam os dirigentes da FNLA numa posição indefensável não apenas perante o povo angolano como em face de toda a Humanidade. Na sua sede de Luanda, segundo notícias já divulgadas em todo o Mundo, foi encontrado um centro de tortura e de crimes monstruosos só comparável ao que de semelhança o imperialismo montou no Camboja. Foram encontrados corações, fígados, pilhas de crânios humanos; tanques de ácido onde os cadáveres eram lançados. Milhares de luandenses visitaram já esse local sinistro e puderam verificar com os seus próprios olhos que os crimes praticados excederam tudo o que se podia imaginar.

Um movimento comprometido com tais monstruosidades, um movimento em cujas fileiras encontram acolhida os responsáveis por tais actos de barbárie jamais poderá contar com o apoio do Povo de Angola, não o representa, carece de autoridade para falar em seu nome.

# VIVA S. TOMÉ E PRÍNCIPE INDEPENDENTE

Cidade de São Tomé, 9 e 35, 12 de Julho de 1975. Um novo país africano nasceu para o Mundo. Proclamada pelo presidente da Assembleia Representativa do Povo, a independência do arquipélago de São Tomé e Príncipe veio pôr termo a quinhentos anos de exploração colonial portuguesa.

«Independência» foi a palavra tantos anos sonhada e que se ouviu em uníssono gritada pelo povo. Significa, antes de mais, uma vitória dos povos de São Tomé e de Portugal. Uma vitória também para as forças progressistas do Mundo. Um reforço da certeza de que a libertação dos povos será uma realidade em todos os pontos da Terra.

A alegria e o entusiasmo populares foram uma constante das comemorações. Manhã bem cedo, vindas das roças, camionetas descobertas carregadas de trabalhadores começaram a convergir para as ruas da cidade, juntando ao colorido natural da paisagem o de milhares de bandeirinhas nacionais e o dos próprios fatos feitos com o «pano da independência».

O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), que veio progressivamente a afirmar-se como o «único e legítimo depositário da defesa dos interesses do povo», viu finalmente satisfeita a sua aspiração no passado sábado, quando o almirante Rosa Coutinho — que representava o Presidente da República — entregou ao presidente da Assembleia Popular, Xavier Dias, o documento solene da independência.

Foi com entusiástica alegria que o povo são-tomense saudou a substituição da bandeira portuguesa pela bandeira de São Tomé e Príncipe, no mastro central da Praça da Independência, enquanto entoava, emocionado, o hino do MLSTP.

Após a transmissão de poderes, que marcou o início das cerimónias, o secretário-geral do MLSTP e presidente da República, Manuel Pinto da Costa, proferiu um discurso, em que, após sublinhar a ajuda dos países socialistas às lutas de libertação dos povos africanos, afirmou: «O aparecimento do primeiro país socialista do Mundo, antes dominado pelo imperialismo, veio modificar a correlação mundial de forças e isso teve repercussão na luta dos povos colonizados do Terceiro Mundo, que começaram a organizar-se e a lutar contra o sistema colonial».

Mais adiante, fez referência, em termos elogiosos, à contribuição prestada pelo Povo Português à luta pela nossa libertação, através de uma constante apoio das suas massas populares que demonstraram assim o seu espírito internacionalista.

Debruçou-se depois sobre a história do povo são-tomense, dizendo que sempre resistiu e se revoltou contra a opressão colonialista, e que as sucessivas fases de organização e luta do MLSTP, juntamente com outros movimentos de libertação de colónias portuguesas, levaram a isolar progressivamente o fascismo colonialista português, e obstaram à solução federalista, proposta após o 25 de Abril, culminando com o Acordo de Argel de 26 de Novembro de 1974.

Foi uma luta contra a exploração do homem pelo homem e para eliminar a miséria, a fome, o desemprego, a doença e todos os outros males do colonialismo — acentuou o jovem presidente.

Pinto da Costa delineou depois o programa do seu Governo, afirmando que, para atingir a reconstrução nacional, será necessário em pri-

meiro lugar acabar com as estruturas coloniais e lançar uma política económica, educacional e habitacional profunda, visando a formação do homem novo, liberto dos preconceitos e hábitos enraizados.

### As tarefas fundamentais

Como tarefa fundamental nesse sentido, surge — declarou — a reconversão da agricultura, como fonte principal de produção, pelo que se torna urgente uma reforma agrária, não significando contudo uma nacionalização das terras particulares. Importa, sim, encontrar fórmulas de «controle» pelo Estado e mentalizar os pequenos e médios agricultores de que a sua unidade deve prosseguir no sentido da criação de organizações que tornem as respectivas «roças» mais rentáveis — especificou o presidente. — Neste capítulo, ainda, torna-se imperioso diversificar a agricultura, fazendo novas experiências com outros produtos, para não assentar basilarmente no cacau.

A industrialização — domínio em que a exploração colonial nada nos deixou — foi apontada como outra das tarefas prioritárias, visando a criação de indústrias que satisficam as necessidades do mercado interno, não descurando o desenvolvimento da força industrial, e incentivando, paralelamente, a artesanal.

Também o turismo, actividade que oferece as melhores perspectivas, dado o enquadramento e condições especiais do arquipélago, vai merecer a atenção do Governo, tendo todavia sempre em conta a salvaguarda do aspecto físico e moral — declarou Pinto da Costa.

O necessário abastecimento da população não será descurado, pelo que a diversificação de mercados, já em estudo pelo Fundo de Comercialização, poderá contribuir para tal, disse ainda o presidente, que apontou igualmente para o caminho de reforçar as relações comerciais com os países limítrofes e ou-

tras antigas colónias portuguesas.

O artesanato, referiu ainda, será protegido como forma de «incentivar a actividade criadora do povo».

Depois de salientar a «natural aliança» com o Terceiro Mundo e a necessidade da cooperação estrangeira, o presidente Pinto da Costa saudou os trabalhadores estrangeiros, especialmente os caboverdianos, a quem assegurou um lugar idêntico ao dos cidadãos, os conterrâneos que vieram festejar a independência e anunciou o propósito de melhorar a assistência hospitalar e acabar de vez com o alcoolismo, o jogo, a prostituição, o banditismo e outros sistemas parasitários de vida.

No domínio de política externa, declarou aceitar os cinco princípios de coexistência pacífica e, no âmbito Igreja-Estado, definiu o carácter laico do segundo, numa linha de separação total, chamando a atenção para a necessidade de «descolonização imediata» da Igreja, cujo «papel nefasto» acentuou.

### Solidariedade internacional

Ainda durante o seu discurso, Manuel Pinto da Costa saudou as delegações estrangeiras presentes, com especial relevo para o Gabão: Saúdo todos os povos amigos na pessoa dos seus representantes, mas de um modo especial o do Gabão, e especialmente o seu presidente, o meu grande amigo Albert Bernard Bongo, cujo apoio foi constante.

Recorda-se que ao longo da existência do MLSTP, que se formou em 1960 como Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), com sede no Gana no tempo de N'Krumah, o Gabão (e sobretudo o seu presidente) deu o completo e incondicional apoio à luta do MLSTP, recebendo no seu território os seus principais dirigentes, a partir de 1966, ano da queda de N'Krumah. Ainda sob a forma de CLSTP, o movimento teve a sede sucessivamente em Santa Isabel, Guiné

Equatorial e, por fim, em Libreville, capital do Gabão, de onde desenvolveu intensa actividade política contra o domínio colonial português.

Compreende-se assim a presença «em força» do Gabão nas cerimónias da independência de São Tomé e Príncipe, bem como a constituição da delegação, de que faziam parte o chefe de Estado, Albert Bernard Bongo, o primeiro-ministro, Leon Mbiango, oficiais e membros do Governo.

Lado a lado com a bandeira do novo Estado, que é verde, vermelha e amarela, com duas estrelas pretas representando as duas ilhas do arquipélago, tremulavam as bandeiras do MPLA e do PAIGC.

Presentes às cerimónias países de todos os continentes: a maioria dos países africanos, alguns da Europa, Ásia e América e ainda a ONU e a OUA.

Das saudações recebidas pela jovem República salientamos a enviada por Samora Machel, presidente da República Popular de Moçambique, ao secretário-geral do MLSTP, Pinto da Costa:

Com a maior alegria e emoção, o Comité Central da FRELIMO, o Conselho de Ministros e o Povo da República Popular de Moçambique saudam e reconhecem desde a sua proclamação a República irmã de São Tomé e Príncipe. Forjada pela pilhagem, exploração, humilhação, brutalidade, crimes e massacres do colonialismo, herdeira de uma rica tradição nacional de resistência popular dirigida pela sua vanguarda, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, a nova República contribuirá certamente para o reforço do campo anticolonialista e para a criação de uma vasta frente anti-imperialista no nosso continente. Estivemos juntos no processo de uma luta de libertação. E necessário que nesta nova fase reforçemos os laços já criados. No novo combate que empreendemos, estamos inteiramente convosco na defesa da soberania nacional, na luta pela utilização dos recursos do país em favor das massas, na batalha para implantar a democracia real, pela qual se bateu o povo sob a vossa direcção. Unidos venceremos. Saudações fraternais e calorosas. A luta continua.

Acordo geral de cooperação e amizade entre Portugal e São Tomé e Príncipe

Estes são os momentos grandes da nossa revolução — afirmou o almirante Rosa Coutinho no Aeroporto da Portela, referindo-se à independência de São Tomé e Príncipe.

Acompanhado pelo ministro da Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos, e pelos representantes dos partidos políticos que estiveram presentes na cerimónia da independência — Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP; José Tengerinha, do MDP/CDE, e Magalhães Mota, do PPD, o almirante Rosa Coutinho considerou que era sempre impressionante assistir ao nascimento de uma nova nação, acrescentando:

A descolonização de São Tomé é mais uma obra de que o Povo Português e o Povo de São Tomé se podem orgulhar, frisando que os países da Organização da Unidade Africana (OUA) e das Nações Unidas tiveram, mais uma vez, a oportunidade de verificar a honestidade da Revolução Portuguesa.

Por outro lado, a assinatura do Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre Portugal e São Tomé e Príncipe demonstra bem as intenções com que os dois povos olham para o futuro, como afirmou Rosa Coutinho: Um crescimento harmónico, um desenvolvimento amigo entre duas nações que se amam e respeitam e entre cujos povos se pretendem desenvolver os maiores laços de cooperação e amizade.

### Texto do Acordo Geral de Cooperação e Amizade

O texto do Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre Portugal e São Tomé e Príncipe, assinado no passado dia 12, na cidade de São Tomé, é do seguinte teor:

«Considerando que no protocolo do acordo assinado em Argel, aos 26 de Novembro de 1974, entre o Governo Português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, ficou solenemente proclamada a intenção das partes contratantes de estimular e desenvolver a compreensão e amizade entre Portugal e São Tomé e Príncipe, através de uma cooperação sincera e eficaz na base de independência, igualdade e respeito mútuo da soberania e dos interesses recíprocos dos dois povos;

Considerando estar previsto no artigo 15.º do referido protocolo, que, para o efeito, serão celebrados acordos bilaterais de cooperação, nomeadamente nos domínios económico, financeiro, técnico e cultural, as partes contratantes decidem concluir o seguinte Acordo Geral de Cooperação e Amizade:

ARTIGO 1.º — 1 — As partes contratantes reconhecem a existência de especiais laços de amizade e de solidariedade entre os respectivos povos e prosseguirão uma política comum de cooperação, com vista a reforçar esses laços.

2 — As formas de cooperação recíproca nos vários domínios, designadamente no económico, financeiro, técnico, científico, cultural, judicial, diplomático, consular e militar serão definidas por acordos especiais, que concretizarão o presente Acordo Geral.

ARTIGO 2.º — As partes contratantes propõem-se celebrar um acordo cultural, com vista a reforçar o intercâmbio cultural e artístico entre os dois povos, com respeito mútuo das culturas portuguesa e são-tomense.

ARTIGO 3.º — 1 — O Estado Português compromete-se a cooperar, dentro das suas possibilidades e quando solicitado, no processo de desenvolvimento científico e técnico de São Tomé e Príncipe, nomeadamente: a) pondo à disposição do Estado de São Tomé e Príncipe pessoas e entidades qualificadas, bem como meios técnicos adequados; b) contribuindo para a formação de quadros de são-tomenses; c) participando na criação e desenvolvimento de centros de ensino e formação, e de organismos científicos e técnicos; d) facilitando o acesso dos cidadãos de São Tomé e Príncipe aos estabelecimentos portugueses de ensino e formação profissional.

2 — O Estado de São Tomé e Príncipe, à medida que dispuser de condições, facultará a Portugal cooperação em termos análogos.

ARTIGO 4.º — 1 — Os cidadãos portugueses que, por acordo entre os dois Estados, prestem serviço em São Tomé e Príncipe a título de cooperação técnica, ficarão abrangidos por um estatuto

a definir pelas partes contratantes.

2 — Por acordo das partes, e após exame, caso a caso, poderão ser integrados no estatuto de cooperantes funcionários públicos portugueses, em exercício de funções à data da independência.

ARTIGO 5.º — 1 — As partes contratantes colaborarão mediante consultas entre os respectivos serviços oficiais, e permuta de informações e documentação.

2 — No interesse de qualquer das partes ou dos seus cidadãos, serão passadas cópias e certidões dos documentos dos arquivos da outra.

ARTIGO 6.º — No âmbito das questões económicas e financeiras de interesse mútuo, as partes contratantes consultar-se-ão regularmente, procederão, em conjunto ou em separado, aos estudos necessários e efectuarão trocas de informações e documentação naquele domínio.

ARTIGO 7.º — As partes contratantes, desejosas de promover pelo aumento das trocas comerciais recíprocas o desenvolvimento equilibrado das suas relações económicas, celebrarão um acordo especial de comércio, compatível com as obrigações internacionais de ambas as partes.

ARTIGO 8.º — As partes contratantes propõem-se celebrar um acordo em matéria diplomática e consular, em ordem à protecção dos interesses dos Estados de São Tomé e Príncipe e de Portugal e dos respectivos cidadãos.

ARTIGO 9.º — Tendo em vista a manutenção da paz e a defesa dos interesses dos dois Estados, as partes contratantes consultar-se-ão e estudarão formas de cooperação no domínio militar.

ARTIGO 10.º — Os transportes marítimos e aéreos, dada a importância que assumem para as relações entre os dois Estados, serão objecto de um acordo a celebrar entre as partes contratantes.

ARTIGO 11.º — 1 — Os nacionais de cada uma das partes contratantes beneficiarão, no território da outra, do tratamento de nacionais desta no que respeita ao exercício das profissões liberais.

2 — A título excepcional e temporário, no território de

cada uma das partes contratantes, o acesso a certas profissões liberais poderá, todavia, ser reservado prioritariamente aos seus nacionais, com vista a facultar-lhes maior qualificação e experiência nas suas actividades profissionais.

ARTIGO 12.º — 1 — Cada uma das partes reconhece aos nacionais da outra o direito ao trabalho e fixará os demais direitos que os nacionais de uma delas poderão ter no território da outra, incluindo a sua admissão ao exercício de funções públicas.

2 — Cada uma das partes contratantes obriga-se a respeitar, no seu território, o livre gozo e exercício de direitos pelas pessoas singulares e colectivas nacionais da outra parte, e abster-se-á de tomar qualquer medida discriminatória contra as pessoas e bens nacionais da outra parte.

ARTIGO 13.º — 1 — Os nacionais de cada uma das partes não podem ser colectados no território da outra, com taxas, contribuições ou impostos, seja qual for a sua denominação ou natureza, diferentes ou mais elevados que os cobrados aos seus próprios nacionais.

2 — As partes contratantes adoptarão as providências necessárias destinadas a reprimir a evasão fiscal e a evitar a dupla tributação.

ARTIGO 14.º — Logo que seja possível, as partes encetarão negociações destinadas a regular o estatuto pessoal e o regime de bens dos cidadãos portugueses residentes em São Tomé e Príncipe e dos cidadãos são-tomenses residentes em Portugal.

ARTIGO 15.º — 1 — Com o fim de assegurar a melhor aplicação do presente Acordo, os dois Governos decidem criar uma Comissão Mista Permanente de Cooperação, composta de representantes do Estado Português e do Estado de São Tomé e Príncipe.

2 — A Comissão Mista apreciará, em geral, a forma como decorrem as relações de cooperação entre as partes contratantes e proporá a acção das providências necessárias à aplicação do presente Acordo e das convenções especiais de cooperação que vierem a ser concluídas.

ARTIGO 16.º — Qualquer diferendo relacionado com a interpretação ou aplicação dos acordos especiais previstos neste Acordo Geral, que não seja solucionado por negociação diplomática, poderá ser resolvido por uma entidade arbitral a escolher pelas partes contratantes.

ARTIGO 17.º — O presente Acordo entrará em vigor na data da troca de instrumentos de ratificação e terá duração indeterminada, podendo ser denunciado por qualquer das partes mediante aviso prévio de um ano.»

## EDIÇÕES «AVANTE!» INFORMAM

**O ANTI-COMUNISMO, ARMA DA REACÇÃO**

V. Mchvenetradze

Preço 20\$00

Marx, Engels e Lênine ensinaram-nos a não acreditar nos ideólogos burgueses pelo que dizem e a saberem descobrir por trás das suas concepções os seus interesses de classe, para não sermos «estupidamente enganados».

O que se esconde por trás do anticomunismo? Qual o seu objectivo real, de classe?

O anticomunismo, nas suas variadas formas, é a arma ideológica e política de que o imperialismo se serve para resolver a contradição essencial da época contemporânea — a contradição entre o capitalismo e o socialismo — a favor do capitalismo.

É, pois, na luta contra ele que os comunistas e todas as forças progressistas devem concentrar a sua atenção.

**A SITUAÇÃO MUNDIAL E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO**

Boris Ponomarev

Preço 8\$00

«Independentemente do seu valor como documento político, o artigo de Boris Ponomarev tem, entretanto, hoje, para o Povo Português uma importância inesperada e muito especial. A recepção utilizou o nome do autor e o seu estudo científico para uma campanha de calúnias e provocações contra o PCP. Antes do 11 de Março foi amplamente distribuído em Lisboa um folheto anónimo cuja última página citava um «documento confidencial» de Boris Ponomarev, contendo «ordens em forma de conselhos e sugestões» enviados a todos os Partidos Comunistas do Ocidente, tendo em vista as experiências chilena, portuguesa e grega dos Partidos Comunistas». O conteúdo desse folheto fascista nada tinha, evidentemente, a ver com o ensaio político do camarada Ponomarev.

Posteriormente, em 21 de Junho, o chamado Jornal do Caso República, sob o título «Documento Ultra-Secreto Elaborado em Moscovo na Base da Tática do PCP», retomou a provocação e reproduziu, com ligeiras modificações formais, o texto polémico a que se alude. Fê-lo, porém, com estridências sensacionalistas, afirmando tratar-se de um documento que caltra «no conhecimento da imprensa europeia» devido a uma «falta». O Jornal do

**O PCP e a Juventude**

CADERNOS

Preço 50\$00

Abreindo com um informe apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal em nome do Secretariado do CC ao I Congresso legal do nosso Partido, em 1943, este volume inclui também textos de outros camaradas de direcção do Partido, escritos ao longo de mais de 30 anos e que mostram o que tem sido, durante esse tempo, e

**O PCP e a JUVENTUDE**

Preço 50\$00

Abreindo com um informe apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal em nome do Secretariado do CC ao I Congresso legal do nosso Partido, em 1943, este volume inclui também textos de outros camaradas de direcção do Partido, escritos ao longo de mais de 30 anos e que mostram o que tem sido, durante esse tempo, e

papel e a orientação do PCP quanto à juventude e o que tem sido a luta da juventude portuguesa, e em particular da juventude comunista, pela transformação da nossa sociedade rumo ao socialismo. Inclui também vários documentos actuais, nomeadamente proclamações da UEC e da UJC, bem como os discursos do camarada Álvaro Cunhal nos Encontros nacionais destas duas organizações juvenis, realizados em Janeiro e Março de 1975.

**DEMOCRACIA SOCIALISTA**

V. I. Lênine, Karl Marx, in: Obras Completas, tomo 26, Moscovo, 1969.

Realismo consequente, que também abarca o campo da vida social; a dialéctica, a doutrina mais profunda e mais abrangente do desenvolvimento; a teoria da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado na História Universal — o de criar uma sociedade nova, a sociedade comunista.»

V. I. Lênine, Karl Marx, in: Obras Completas, tomo 26, Moscovo, 1969.

**DEMOCRACIA SOCIALISTA**

V. I. Lênine

Preço 30\$00

«Lênine rejeita categoricamente o estribilho de «democracia pura», da «democracia em geral» que não quer dizer nada, e põe a questão assim: a liberdade, para quem? No Interesse dum ou de quais classes? A igualdade de qual classe com qual outra? Há diversas espécies de liberdade e de igualdade; nem todas são obrigatoriamente atribuídas dum democracia verdadeira, nem convergem sempre para ela. Por exemplo, a concepção leninista insurgiu-se contra a liberdade de empreender acções que tenham em vista minar a democracia, difundir as opiniões misantropicas, fazer propaganda belicista. E Lênine sublinhou por várias vezes que, no âmbito dum democracia autêntica, não pode haver liberdade de para os nossos inimigos, para aqueles que procuram enterrar-nos.»

A experiência histórica, sobretudo a de entre as duas guerras, mostrou as consequências funestas para as conquistas democráticas dos povos, quando uma intelectual liberdade de acção é deixada a adversários tão irredutíveis da democracia como o são os fascistas. Em todos os países onde o fascismo se apossou do poder [como em Portugal durante o último meio século], as liberdades e os direitos democráticos dos regimes de democracia burguesa foram suprimidos.»

Da Introdução, de Mikhail Lebedev.

**MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**

K. Marx - F. Engels

Preço 30\$00

«A actual edição é, pois, como dissemos, a primeira em língua portuguesa, legal ou não, em Portugal ou no Brasil (pelo menos que saibamos), estabelecida directamente sobre os originais, em alemão e em inglês, publicados nas mais rigorosas edições científicas dos textos de que presentemente se dispõe...»

V. Magalhães Vilhena, do Prefácio à presente edição.

«Com a clareza e o fulgor do génio, este obra delineia uma nova concepção do Mundo, o mate-

rialismo consequente, que também abarca o campo da vida social; a dialéctica, a doutrina mais profunda e mais abrangente do desenvolvimento; a teoria da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado na História Universal — o de criar uma sociedade nova, a sociedade comunista.»

V. I. Lênine, Karl Marx, in: Obras Completas, tomo 26, Moscovo, 1969.

**DEMOCRACIA SOCIALISTA**

V. I. Lênine

Preço 30\$00

«Lênine rejeita categoricamente o estribilho de «democracia pura», da «democracia em geral» que não quer dizer nada, e põe a questão assim: a liberdade, para quem? No Interesse dum ou de quais classes? A igualdade de qual classe com qual outra? Há diversas espécies de liberdade e de igualdade; nem todas são obrigatoriamente atribuídas dum democracia verdadeira, nem convergem sempre para ela. Por exemplo, a concepção leninista insurgiu-se contra a liberdade de empreender acções que tenham em vista minar a democracia, difundir as opiniões misantropicas, fazer propaganda belicista. E Lênine sublinhou por várias vezes que, no âmbito dum democracia autêntica, não pode haver liberdade de para os nossos inimigos, para aqueles que procuram enterrar-nos.»

A experiência histórica, sobretudo a de entre as duas guerras, mostrou as consequências funestas para as conquistas democráticas dos povos, quando uma intelectual liberdade de acção é deixada a adversários tão irredutíveis da democracia como o são os fascistas. Em todos os países onde o fascismo se apossou do poder [como em Portugal durante o último meio século], as liberdades e os direitos democráticos dos regimes de democracia burguesa foram suprimidos.»

Da Introdução, de Mikhail Lebedev.

**MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**

K. Marx - F. Engels

Preço 30\$00

«A actual edição é, pois, como dissemos, a primeira em língua portuguesa, legal ou não, em Portugal ou no Brasil (pelo menos que saibamos), estabelecida directamente sobre os originais, em alemão e em inglês, publicados nas mais rigorosas edições científicas dos textos de que presentemente se dispõe...»

V. Magalhães Vilhena, do Prefácio à presente edição.

«Com a clareza e o fulgor do génio, este obra delineia uma nova concepção do Mundo, o mate-

**MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**

K. Marx - F. Engels

Preço 30\$00

«A actual edição é, pois, como dissemos, a primeira em língua portuguesa, legal ou não, em Portugal ou no Brasil (pelo menos que saibamos), estabelecida directamente sobre os originais, em alemão e em inglês, publicados nas mais rigorosas edições científicas dos textos de que presentemente se dispõe...»

V. Magalhães Vilhena, do Prefácio à presente edição.

«Com a clareza e o fulgor do génio, este obra delineia uma nova concepção do Mundo, o mate-

rialismo consequente, que também abarca o campo da vida social; a dialéctica, a doutrina mais profunda e mais abrangente do desenvolvimento; a teoria da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado na História Universal — o de criar uma sociedade nova, a sociedade comunista.»

V. I. Lênine, Karl Marx, in: Obras Completas, tomo 26, Moscovo, 1969.

**DEMOCRACIA SOCIALISTA**

V. I. Lênine

Preço 30\$00

«Lênine rejeita categoricamente o estribilho de «democracia pura», da «democracia em geral» que não quer dizer nada, e põe a questão assim: a liberdade, para quem? No Interesse dum ou de quais classes? A igualdade de qual classe com qual outra? Há diversas espécies de liberdade e de igualdade; nem todas são obrigatoriamente atribuídas dum democracia verdadeira, nem convergem sempre para ela. Por exemplo, a concepção leninista insurgiu-se contra a liberdade de empreender acções que tenham em vista minar a democracia, difundir as opiniões misantropicas, fazer propaganda belicista. E Lênine sublinhou por várias vezes que, no âmbito dum democracia autêntica, não pode haver liberdade de para os nossos inimigos, para aqueles que procuram enterrar-nos.»

A experiência histórica, sobretudo a de entre as duas guerras, mostrou as consequências funestas para as conquistas democráticas dos povos, quando uma intelectual liberdade de acção é deixada a adversários tão irredutíveis da democracia como o são os fascistas. Em todos os países onde o fascismo se apossou do poder [como em Portugal durante o último meio século], as liberdades e os direitos democráticos dos regimes de democracia burguesa foram suprimidos.»

Da Introdução, de Mikhail Lebedev.

**MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**

K. Marx - F. Engels

Preço 30\$00

«A actual edição é, pois, como dissemos, a primeira em língua portuguesa, legal ou não, em Portugal ou no Brasil (pelo menos que saibamos), estabelecida directamente sobre os originais, em alemão e em inglês, publicados nas mais rigorosas edições científicas dos textos de que presentemente se dispõe...»

V. Magalhães Vilhena, do Prefácio à presente edição.

«Com a clareza e o fulgor do génio, este obra delineia uma nova concepção do Mundo, o mate-

**MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**

K. Marx - F. Engels

Preço 30\$00

«A actual edição é, pois, como dissemos, a primeira em língua portuguesa, legal ou não, em Portugal ou no Brasil (pelo menos que saibamos), estabelecida directamente sobre os originais, em alemão e em inglês, publicados nas mais rigorosas edições científicas dos textos de que presentemente se dispõe...»

V. Magalhães Vilhena, do Prefácio à presente edição.

«Com a clareza e o fulgor do génio, este obra delineia uma nova concepção do Mundo, o mate-

### EM FRENTE PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO DISTRITO DE VISEU!

A partir de uma luta contra os despedimentos na casa agrícola Santos Lima, da freguesia de Santar (Nelas), deu-se início a todo um processo que culminará com a formação de um grande sindicato para os assalariados rurais do distrito de Viseu.

Com efeito, no dia seguinte aos despedimentos, foi constituída, na referida casa agrícola, uma Comissão de Trabalhadores, que imediatamente endereçou uma carta ao sr. Santos Lima, recusando os despedimentos e pedindo aumento de salários para 120\$00 diários (os salários actuais são de 80\$00 para os homens e de 70\$00 para as mulheres, referidos a oito horas sem domingos nem feriados).

Ao mesmo tempo que assim recusavam esses despedimentos, foi exigida a presença, no local de trabalho e no dia seguinte, dos colegas despedidos, sem se esperar pela resposta da entidade patronal.

Esta notícia teve imediata aceitação por parte dos assalariados agrícolas da região e a própria comissão de trabalhadores convocou uma reunião para a constituição de uma comissão pró-Sindicato na freguesia de Santar.

Esta comissão está já a dinamizar, nas freguesias e concelhos mais próximos, a for-

mação de novas comissões pró-Sindicato, ao mesmo tempo que distribuiu um comunicado aos assalariados agrícolas do distrito de Viseu (onde estão incluídos também os resinheiros), a apelar para a constituição de novas comissões pró-Sindicato e a lembrar a aliança necessária com os pequenos e médios proprietários, que na grande maioria dos casos vivem com as mesmas ou ainda maiores dificuldades.

Além das reuniões já feitas, está neste momento a Comissão pró-Sindicato de Santar a elaborar um Acordo Colectivo de Trabalho com as principais casas agrícolas da freguesia (6). Para o efeito foi enviado um caderno reivindicativo às entidades patronais, com o prazo de 10 dias para uma resposta.

Desse caderno reivindicativo constam os seguintes pontos: I — Despedimentos. II — Caixa de Previdência. III — Problema da venda dos produtos agrícolas aos próprios trabalhadores agrícolas. IV — Pagamento de domingos e feriados. V — Aumento de salários.

Algumas entidades patronais responderam, dizendo todas elas, por umas palavras ou por outras, que pagariam o que a lei estipular.

«Considerando que no protocolo do acordo assinado em Argel, aos 26 de Novembro de 1974, entre o Governo Português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, ficou solenemente proclamada a intenção das partes contratantes de estimular e desenvolver a compreensão e amizade entre Portugal e São Tomé e Príncipe, através de uma cooperação sincera e eficaz na base de independência, igualdade e respeito mútuo da soberania e dos interesses recíprocos dos dois povos;

### O "AVANTE!" É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

**LÊ • ASSINA • DIVULGA**

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

**a opinião**

REDAÇÃO: AV DA BOAVISTA 601 PORTO — TEL. 64418

«Considerando que no protocolo do acordo assinado em Argel, aos 26 de Novembro de 1974, entre o Governo Português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, ficou solenemente proclamada a intenção das partes contratantes de estimular e desenvolver a compreensão e amizade entre Portugal e São Tomé e Príncipe, através de uma cooperação sincera e eficaz na base de independência, igualdade e respeito mútuo da soberania e dos interesses recíprocos dos dois povos;

«Considerando que no protocolo do acordo assinado em Argel, aos 26 de Novembro de 1974, entre o Governo Português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, ficou solenemente proclamada a intenção das partes contratantes de estimular e desenvolver a compreensão e amizade entre Portugal e São Tomé e Príncipe, através de uma cooperação sincera e eficaz na base de independência, igualdade e respeito mútuo da soberania e dos interesses recíprocos dos dois povos;

### O "AVANTE!" É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

**LÊ • ASSINA • DIVULGA**

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

**a opinião**

REDAÇÃO: AV DA BOAVISTA 601 PORTO — TEL. 64418

**Novos livros Estampa**

**AS LUTAS DE CLASSES EM PORTUGAL NOS FINS DA IDADE MÉDIA**

Álvaro Cunhal

Colecção Teoria, n.º 27

Preço — 40\$00

**LITERATURA E LUTA DE CLASSES**

Soeiro Pereira Gomes

Obras

de Augusto da Costa Dias

Preço — 80\$00

**OS KOLKOSES — COOPERATIVAS AGRÍCOLAS SOVIÉTICAS**

CADERNOS Políticos, n.º 32

Preço — 30\$00

**A ECONOMIA SOCIALISTA**

Leonide Abalkine

CADERNOS Políticos, n.º 33

Preço — 40\$00

**A CULTURA E A REVOLUÇÃO CULTURAL**

V. I. Lênine

Biblioteca do Socialismo Científico, 17

Preço — 50\$00

**EDITORIAL ESTAMPA**

Rua da Escola do Exército, 9, r/c, Dto.

Telef. 55 56 63 Lisboa-I

**Novos livros Estampa**

**AS LUTAS DE CLASSES EM PORTUGAL NOS FINS DA IDADE MÉDIA**

Álvaro Cunhal

Colecção Teoria, n.º 27

Preço — 40\$00

**LITERATURA E LUTA DE CLASSES**

Soeiro Pereira Gomes

Obras

de Augusto da Costa Dias

Preço — 80\$00

**OS KOLKOSES — COOPERATIVAS AGRÍCOLAS SOVIÉTICAS**

CADERNOS Políticos, n.º 32

Preço — 30\$00

**A ECONOMIA SOCIALISTA**

Leonide Abalkine

CADERNOS Políticos, n.º 33

Preço — 40\$00

**A CULTURA E A REVOLUÇÃO CULTURAL**

V. I. Lênine

Biblioteca do Socialismo Científico, 17

Preço — 50\$00

**EDITORIAL ESTAMPA**

R

# A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!

(Continuado da 1.ª pág.)  
domingo passado no Grémio da Lavoura de Rio Maior, convocada pelo Secretariado das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores do Ribatejo, com sede em Alpiarça, foi habilmente aproveitada pela propaganda reaccionária, que dizia que os comunistas de Alpiarça vinham ocupar as terras dos pequenos e médios agricultores da região. Manejando a população, a reunião não se chegou a realizar e, de provocação em provocação, dentro em pouco a multidão lançava-se para as sedes do nosso Partido e da FSP, destruindo o seu recheio e incendiando-o, enquanto alguns militantes comunistas eram agredidos. Entretanto, o estado de exaltação da população continuou a ser fomentado e no dia seguinte a imprensa da região era destruída na praça pública com o argumento de que transcrevia comunicados de partidos que a população considerava não correspondem à verdade, isto é, as sedes dos partidos políticos não tinham sido assaltadas, o seu recheio não tinha sido destruído e não tinha havido agressões a elementos progressistas.

Na Lourinhã, também ontem as forças reaccionárias locais tentaram manobrar a população no sentido de ser atacado o Centro de Trabalho do nosso Partido e não fora a atitude energética das reduzi-das forças da GNR daquela localidade os intentos dos reaccionários teriam sido atingidos.

**Manifestação em Aveiro**  
Mas, domingo foi uma jornada fértil para a reacção levantar a cabeça. Em Aveiro, explorando os sentimentos religiosos do nosso povo, e muito particularmente das populações rurais, e aproveitando-se ainda do período de tensão que se tem vivido, a reacção achou oportuno fazer uma «prova de força». Assim, realizou em Aveiro uma «manifestação de cristãos», de apoio aos bispos portugueses pela firme determinação que

vêm demonstrando na defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana» (nomeadamente «a informação livre e objectiva»), como diz a tar-jeta convocatória, não assinada, distribuída em todo o distrito.

Apoiando-se em padres reaccionários gravemente comprometidos com a política de terror fascista nos tempos de Salazar e Caetano, os reaccionários tinham garantida a convocação feita do pulpito das igrejas. Só no concelho de Espinho, quatro padres diferentes pediram aos crentes que assistiam à missa para se incorporarem na manifestação.

Procurando adulterar o conflito Renascença, lançam-se numa campanha pelo direito à informação ou, melhor dizendo, numa campanha anticomunista e anti-MFA, numa fase já muito adiantada de provocação e de desafio à nossa jovem democracia.

Fazem agitação clandestina (anónima) contra o processo revolucionário em curso, apelando à luta contra decisões do Conselho da Revolução no que diz respeito à solução do caso Renascença.

No domingo, organizaram excursões de todos os pontos do distrito e de fora dele. De Braga Paços de Ferreira, Mondim de Basto, Vila Nova de Gaia, Grijó, Avintes, do longínquo distrito da Guarda e até de Lisboa, veio gente até Aveiro. Com que recursos espalharam milhares de panfletos e se deslocou gente de tão longe?

Mas pela amplitude que quiseram dar à manifestação, ela está longe de ter sido um êxito. Alguns milhares desfilarão pela avenida principal de Aveiro, sem entusiasmo, com cartazes de letras rigorosamente desenhadas do mesmo modo fabricados em série e provavelmente dados no próprio local aos «manifestantes» com nomes de numerosas povoações do distrito, que afirmavam estar com o episcopo da «Slogans» dos «objectivos» da manifestação: «Não ao monopólio da informação», «Liberdade de informação» —

restituição da Renascença», «Verdade na informação». Outros que denunciavam o carácter da manifestação: «Final quem manda em Portugal?», «Não às prisões arbitrárias», «Defesa dos perseguidos injustamente», «Não ao saneamento, não à desunião», «Não ao ódio, não à vingança». E muitos outros.

O bispo seguia entre a multidão, protegido por conhecidos ex-ANP do distrito (eng. Garcia Pulido, que acumulava «tachos políticos», no tempo do fascismo — presidente da Junta de Turismo da Curia, da Casa do Povo de Sanga-lhos, além de ser da comissão distrital da ex-ANP; Odilon Lopes Amado, de Anadia, que no dia seguinte ameaçou de agressão um camarada nosso, acusando-o e responsabilizando-o pela divulgação na imprensa diária da sua presença na manifestação); alguns CDS, um deles por sinal deputado da Constituinte, saneados da administração como por exemplo o eng.ª Pontes, vice-governador civil antes do 25 de Abril; etc. O destaque que estes e outros conhecidos fascistas tiveram no desfile, a posição do PPD que, através de um comunicado apoiava «a luta dos cristãos nesta hora em que os mesmos decidiram manifestar-se», mostra bem o cariz desta manifestação. Assim como o silêncio cúmplice, demagógico e oportunista do PS.

**Trabalhador ferido por latifundiários**  
Por outro lado, em Évora, a reacção perdeu a cabeça e atirou-se para a confrontação armada com os trabalhadores agrícolas, Carabinas, espingardas e pistolas tudo foi utilizado pelos doze latifundiários e seus lacaios, que pretendiam impedir a entrada dos trabalhadores na Herdade de Sousa da Fé, propriedade do dr. José Manuel Martins de Andrade, e feriram gravemente o operário agrícola José Prova.

A propósito dos acontecimentos verificados a Comissão Distrital do PCP de Évora difundiu um comunicado

em que recorda que «os latifundiários que exploraram miseravelmente durante anos e anos os trabalhadores agrícolas, os pequenos agricultores e todo o povo trabalhador mostram agora e mais uma vez as suas verdadeiras intenções de factóras que são, numa tentativa desesperada para travarem o avanço da Reforma Agrária e o caminhar decidido do Povo Português em estreita aliança com o MFA rumo ao socialismo».

Os trabalhadores que se dirigiram à Herdade de Sousa da Fé e onde foram recebidos a tiro iam proceder ao alargamento da ocupação iniciada em Março passado, decisão esta tomada numa reunião recente e com o aval do Centro Regional da Reforma Agrária.

Além disso, pronunciando-se sobre este atentado, o Centro Regional da Reforma Agrária manifestou num comunicado «a sua firme determinação de fazer executar a Reforma Agrária, recorrendo a todos os meios à sua disposição e, se necessário, solicitar a força das armas».

Também o Comando da Região Militar do Sul se pronunciou sobre o acidente, afirmando a dada altura que «as averiguações consequentes permittem concluir que se trata de um acto extremo da entidade patronal, que não hesitou em recorrer ao concurso de elementos vindos de outras regiões com o intuito de entravar a justa luta dos trabalhadores e as decisões emanadas dos órgãos governamentais encarregados da execução da Reforma Agrária».

E termina a nota do Comando da Região Militar do Sul afirmando que considera que tais actos são contrários à política definida pelo MFA de apoio aos legítimos interesses das classes trabalhadoras, pelo que «o Comando da Região Militar do Sul afirma que está atento a todas as manobras do mesmo tipo e declara-se disposto a contra elas actuar com toda a firmeza».

**Escalada reaccionária no Norte**  
Entretanto, a reacção não desarma e continua a movimentar-se cada vez mais a descoberto. No Norte, começam a manifestar-se indícios de tentativas de paralisações e mesmo de marchas organizadas sobre Lisboa. Ainda ontem de manhã elementos afectos ao PPD assaltaram o Sindicato dos Professores do Porto. Analisando a situação afirma-se num comunicado da Direcção da Organização Regional do Norte do nosso Partido que «as reuniões clandestinas visando manipular os pequenos e médios comerciantes em acções subversivas de «lock-out»; as reuniões de vendedores de automóveis tentando o apoio dos trabalhadores das garagens para acções violentas; os maneios dos reaccionários contra as comissões de trabalhadores e até comissões de moradores; as acções forjadas em assembleias nas escolas com o fim descarado da reintegração de professores fascistas saneados; as distribuições às claras de propaganda nazi anónima; o recurso à bomba e incêndio de sedes — pateiam uma ampla, concentrada e bem coordenada conjura reaccionária contra o MFA, o Conselho da Revolução e o Governo Provisório, cujo objectivo claro é o desmembramento a curto prazo do actual sistema de Poder e a sua substituição por uma coligação reaccionária de direita».

E acrescenta o comunicado: «É hoje evidente que a direcção do PS está directamente envolvida nesta escalada reaccionária. Um pouco por toda a parte se assiste à unidade do PS com o PPD, o CDS e até mesmo com forças declaradamente fascistas, unidade realizada na acção prática depois de planeada em reuniões».

**Álvaro Cunhal no comício da UJC**  
Realiza-se amanhã, às 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, um grande comício promovido pela União da Juventude Comunista, ao qual estará presente o camarada Álvaro Cunhal.

Além dos temas específicos relativos às tarefas da UJC — nomeadamente a próxima realização do Juventuro, Jornadas Unitárias de Trabalho Revolucionário — o comício será pretexto para a análise dos problemas da actual conjuntura política e da participação dos comunistas na construção da sociedade socialista.

**Álvaro Cunhal em Castelo Branco**  
No próximo sábado realiza-se em Castelo Branco uma grande Festa Popular, promovida pelos comunistas locais. A noite efectua-se um comício a que estará presente o camarada Álvaro Cunhal.

# O TURISMO EM PORTUGAL: UMA TORRE SEM ALICERCES

A crise que o turismo atravessa em Portugal, de há ano e meio para cá, tornou-se num dos graves problemas nacionais quer pelos milhares de trabalhadores que ocupa, quer pela importância que a indústria turística assumiu, durante o regime fascista, nomeadamente como factor do equilíbrio da balança de pagamentos.

Tratando-se de um sector que, sem quaisquer dúvidas, é dos que mais reflectem as oscilações do poder de compra, intimamente dependente das flutuações dos sistemas económicos vigentes, torna-se por de mais evidente que ao procurar analisar as causas originárias da crise se terá de ter em conta não só as de carácter nacional mas também as de carácter internacional.

Do ponto de vista mundial a situação do turismo pode considerar-se alarmante. Só durante o ano de 1974, o turismo sofreu, em média, uma baixa da ordem dos 30 por cento, motivada por condicionamentos de ordem vária, de que podemos apontar, entre outros, a crise económica mundial do capitalismo, consequência da crise industrial provocada pela crise petrolífera; a inflação, que levou à diminuição do poder de compra das classes trabalhadoras e médias; a instabilidade monetária internacional motivada pela crise do dólar e de quase todas as moedas europeias; as medidas restritivas à exportação de capitais tomadas por alguns países.

Do ponto de vista nacional as origens da crise não estão,

no essencial, ligadas à mudança de regime político, como alguns pretendem fazer crer. O turismo português, nos moldes em que foi concebido, estava condenado desde o início. Porque na realidade a indústria turística em Portugal não se dedicava fundamentalmente ao turismo. Antes era uma capa para os mais abjectos negócios especulativos e inflacionários.

A reportagem do «Avante!», recolheu as opiniões de Hélder Salgueiro Antunes, da Secretaria de Estado de Turismo, e Cristiano de Freitas, da Direcção-Geral de Turismo. O tema não ficou esgotado, longe disso. Os problemas que enfermam a indústria turística são demasiado complexos.

**A crise**  
«Avante!» — A crise que afecta o turismo em Portugal veio provocar um agravamento da situação económica nacional. Quais as causas que deram origem a essa crise?  
R — Remontando às origens, há uma crise de turismo a nível internacional que deriva da situação em geral dos grandes mercados geradores de turismo. Como se sabe, a principal fonte de turismo na Europa são os países industrializados da OCDE. A crise económica-política desses países teve como consequência, neste campo, uma retração dos movimentos turísticos internacionais, bastante acentuada, e todos os países receptores foram afectados com isso.

«Avante!» — A nível nacional, a revolução iniciada em 25 de Abril de 1974 poderá ser considerada como a principal causa da crise interna?  
R — Como afirmámos, ao nível dos grandes mercados geradores de turismo existe uma crise e os mercados receptores — concretamente a Espanha, a Grécia e Portugal — ressentiram-se disso. O ano de 74 foi um exemplo para todos esses países e para Portugal também.

O 25 de Abril, onde acrescento qualquer coisa relativamente à crise em Portugal, digamos, numa altura de baixa, o recuo de uma instabilidade política que porventura poderia haver em Portugal, recuo esse explorado de forma gigantesca na imprensa internacional.

Por exemplo — nós realizámos no ano passado um tor-

neio de golfe. Fizemo-lo porque queríamos mostrar que Portugal estava aberto ao turismo, que não existiam quaisquer razões para deixar de vir ao nosso País. O torneio correu normalmente, não houve um único incidente. Convidámos para assistir ao torneio uma série de jornalistas estrangeiros para que pudessem ver por si próprios qual o ambiente em que se vive em Portugal e o revelassem de pois nos respectivos países. Pois um dos artigos que foi publicado no estrangeiro sobre o assunto era acompanhado, nada mais nada menos, de uma fotografia de um homem de capacete, picareta e metralhadora, no campo de golfe. É por de mais evidente o que se pretendia fazer crer com isto. A mentira é muito utilizada no estrangeiro, procurando (e conseguindo) impedir a vinda de turistas. Há pouco tempo, uma consagrada emissora francesa lançou o seguinte alerta para os turistas que pensavam vir a Portugal: «Atenção, a gasolina em Portugal aumentou para 4800, e as pousadas (bastante conhecidas em França) deixaram de funcionar!».

Ora, nem a gasolina aumentou para 4800 nem as pousadas deixaram de funcionar. Em relação às pousadas, o que aconteceu foi a modificação do sistema de gestão — acabaram-se com os concessionários e, juntamente com a Federação de Sindicatos criou-se um sistema de administração directa do Estado.

O facto é isto, é evidente que o 25 de Abril teve qualquer coisa a ver com a actual cri-

se, na medida em que é utilizado para especulações sobre o que se passa em Portugal. Não foi a modificação de regime político que influiu directamente na vinda de turistas cá, mas a especulação que é feita no estrangeiro, mesmo quando o Estado português assume a responsabilidade de garantir formas de turismo de categoria, que se podem de-

terminado tipo de empreendimentos, determinado tipo de organização turística com um determinado tipo de zonas já desenvolvidas, tem vocação para o turismo, a resposta é afirmativa.

Se se perguntar se as empresas turísticas em Portugal tinham possibilidade de se manter a médio prazo — já sem falar em crise —, a generalidade delas não tinha.

Basta saber que as empresas turísticas eram constituídas na base de pouquíssimo capital próprio, insignificante mesmo, e à custa de longo recurso aos empréstimos a médio e longo prazo, a larguíssimo recurso a empréstimos a curto prazo e à sonegação da pequena e média poupança.

Olhando para o panorama da indústria turística, para a sua constituição, colocam-se exactamente as mesmas dúvidas que as formuladas em relação à especulação na Bolsa. Como é que isso se poderia manter?

Este aspecto parece-nos importante pois a situação do turismo não se pode separar do resto da situação económica e política. O facto de o turismo estar ligado à especulação permite que se pergunte como é que se poderia avançar, com um sistema onde a Bolsa assumia as proporções que chegou a ter durante o regime fascista. É evidente que se não tivesse acontecido o 25 de Abril, teria havido uma catástrofe económica, que o sistema cairia de podre.

Pode mesmo perguntar-se como é que empreendimentos, cujo volume total de investimentos é da ordem dos 40 mil contos, por exemplo, onde o capital do investidor é de 500000, que se constituíram à base de empréstimos da

rios que não poderiam de maneira nenhuma subsistir e que agora atribuem as culpas à revolução portuguesa.

«Avante!» — Parece existir uma contradição entre o facto de a indústria turística, tal como estava a ser explorada, não ter possibilidades de subsistir e ter sido, ao mesmo tempo, a segunda maior fonte de divisas do País. Como se explica isso?  
R — Existem aí dois aspectos totalmente diferentes. Primeiro, há o aspecto da estrutura financeira das empresas ligado profundamente ao sistema capitalista do regime fascista, absolutamente corrupto.

Quando à importância do turismo na balança de pagamentos é preciso ter em consideração a enorme exploração a que estavam submetidos os trabalhadores da indústria turística. Basta recordar que mais de 60 por cento foram beneficiados com o primeiro salário mínimo nacional. Por outro lado, como os salários eram baixíssimos, qualquer empreendimento que precisaria, por exemplo, de 200 empregados para estar em pleno funcionamento, empregava, supunhamos, 400, o que permitia uma prestação de serviços considerada de luxo.

É evidente que, a partir do momento em que há uma recessão a nível mundial e ainda, no nosso caso, uma mudança de um regime fascista para um democrático — que já não dá cobertura aos negócios sujos que se praticavam — a crise que já era inevitável se precipita e chegamos à actual situação.

**Reconversão**  
«Avante!» — Dado que estão investidos no turismo muitos milhões de contos, que evidentemente não interessa perder, e que Portugal possui, de facto, óptimas condições para a prática turística como se poderá reconverter esta indústria e quais os problemas que desde já se colocam?  
R — Para já, o maior problema que vai ser necessário resolver é o da mão-de-obra excedente do turismo. Como já se referiu, a mão-de-obra no sector era tão barata que o investidor empregava quase sempre um número de trabalhadores bastante superior ao necessário.

A partir do momento em que se caminha para um tipo de turismo, que seja lucrativo para a colectividade será inevitável limitar o número de trabalhadores ao estritamente necessário. O excedente terá de ser canalizado para outros sectores. Começamos já a ver que a reconversão do turismo não pode ser encarada isoladamente, mas sim integrada no contexto geral da economia nacional.

Torna-se para isso necessário, e cada vez mais, uma efectiva colaboração interministerial que não se tem verificado, não tanto por culpa dos ministérios mas pelas solicitações quotidianas verdadeiramente absorventes, o que não deixa de ser um erro a corrigir.

Para além desta reconversão da mão-de-obra excedente, que poderemos considerar um problema base, há o problema da reconversão das estruturas de constituição das empresas turísticas, que é obrigatório fazer-se. De imediato.

É absolutamente indispensável que o Estado se defina no seu papel relativamente à indústria e à intervenção na indústria.

Por outro lado, e pensando em termos de reconversão, parece evidente que um dos primeiros passos a dar é acabar com a dependência económica de uma indústria tão instável como a turística,



Cristiano de Freitas



Hélder Salgueiro Antunes

## ALGARVE:

### O GRANDE CONTRASTE

A província algarvia é talvez a que mais sofre, no momento actual, as consequências da grave crise que afecta o turismo, devido, em grande parte, à política do governo fascista, que, preocupando-se com o lucro fácil, abandonou quase por completo a exploração das potencialidades da aquela província, limitando-se a aproveitar as suas extraordinárias condições naturais para o turismo.

É verdadeiramente chocante o contraste existente entre as regiões do litoral e as serranas. Ao longo da costa, os hotéis de luxo, as «vilas típicas», os campos de golfe, os iates, os bares, as «boites». Na zona da serra, aldeias sem estradas, sem transportes, sem luz eléctrica, sem água; campos abandonados ao mar e às pedras.

O êxodo da serra para o litoral foi inevitável. Muitas das aldeias serranas são apenas povoadas por reformados. Como Guerreiros do Rio, no concelho de Alcoutim, à beira do Guadiana, onde os seus 500 habitantes vivem isolados do mundo. Pela simples razão de que não vai ali um único transporte público.

Há muitos anos que lutamos para conseguir trazer cá uma carreira de camionetas — disse um velho camarada, combatente infatigável.

O povo de Guerreiros do Rio, aldeia igual a tantas outras da serra algarvia, não desiste da luta. Elegeram uma comissão de moradores e procuram resolver os seus problemas, satisfazer necessidades tão prementes como a assistência médica, os transportes, etc.

Este aspecto parece-nos importante pois a situação do turismo não se pode separar do resto da situação económica e política. O facto de o turismo estar ligado à especulação permite que se pergunte como é que se poderia avançar, com um sistema onde a Bolsa assumia as proporções que chegou a ter durante o regime fascista. É evidente que se não tivesse acontecido o 25 de Abril, teria havido uma catástrofe económica, que o sistema cairia de podre.

Pode mesmo perguntar-se como é que empreendimentos, cujo volume total de investimentos é da ordem dos 40 mil contos, por exemplo, onde o capital do investidor é de 500000, que se constituíram à base de empréstimos da

# A CONSTITUINTE E A CONTRA-REVOLUÇÃO

Nos últimos oito dias, a maioria da Assembleia Constituinte continuou a violar frontalmente o regime por ela própria aprovado e nada fez para cumprir a sua missão exclusiva: contribuir para a elaboração da futura Constituição do País. Os senhores deputados da maioria repetiram e especularam as semanas anteriores. Nada fizeram de útil. Continuaram a servir-se da Constituinte para fins diferentes dos que lhe foram atribuídos. Não perderam as esperanças de transformar a Assembleia em imitação de parlamento burguês, em tribuna de especulação e propaganda ao serviço da reacção.

O grupo de deputados comunistas denunciou mais uma vez essas manobras reaccionárias. Numa declaração apresentada pelo camarada Carlos Brito foi sublinhado que alguns questionamentos e intervenções, sendo interpelações directas ou indirectas ao Conselho da Revolução, ao Governo Provisório e à Administração, traduzem uma clara interferência na vida política e administrativa do País. «Os deputados do PCP — salienta-se no documento — repudiam todas as tentativas para transformar esta Assembleia numa Câmara de oposição ao MFA e ao processo revolucionário».

O debate sobre a discussão e esclarecimento dos princípios políticos e ideológicos dos projectos apresentados confirmou que a maioria não está interessada em elaborar uma Constituição revolucionária. Quer impor a sua Constituição. Numa declaração de voto vencida, afirmaram os deputados comunistas: «Assistimos com preocupação à formação de uma aliança dirigida a enfocar e debater as questões fundamentais do processo revolucionário e das aspirações das massas trabalhadoras e do povo, para depois os consagrar na Constituição».

Nos projectos de Constituição do CDS, do PPD e do PS tendem todos, como salientou o camarada Vital Moreira, a pôr fora da lei o que há de especificamente revolucionário na Revolução Portuguesa.

Como era de esperar, a maioria rejeitou todas as propostas do grupo de deputados comunistas postas à votação. O projecto de Constituição do nosso Partido não será aprovado pela maioria. É natural. Como disse o camarada Octávio Pato é o projecto de uma Constituição Revolucionária, isto é, de uma constituição concebida não como epílogo de uma revolução terminada, mas sim como quadro constitucional de uma revolução que continua a desenvolver-se a caminho de um determinado objectivo — a construção em Portugal, num curto prazo histórico, de uma sociedade e de um Estado socialistas, assentes na colectivização dos principais meios de produção e no Poder político das classes populares».

Um tal projecto torna-se inaceitável para uma maioria que não é revolucionária. Uma maioria que respira em cada sessão o seu carácter reaccionário.

# ASSEMBLEIAS POPULARES

(Continuado da 1.ª página)

no Cacém. Com a presença de um delegado do MFA, nela foi defendida a consolidação do processo de democratização em curso no nosso país, que exige a participação activa das populações na discussão e resolução dos problemas que a afectam e a rodeiam.

Assim, várias propostas foram aprovadas nessa Assembleia Popular, nomeadamente quanto à necessidade da nacionalização de todo o ensino particular; da oficialização dos jardins infantis já ocupados com o apoio maioritário das comissões de moradores, de pais e de trabalhadores, para pressionar o aparelho do Estado no sentido de lhe dar o carácter oficial e gratuito; da construção de novas escolas por parte do Estado; da representatividade das comissões do país no Conselho de Moradores e outras medidas que interessam à população da zona.

A aliança Povo-MFA tem sido uma realidade constante do processo revolucionário, até ao momento presente, mas é necessário que as massas trabalhadoras sejam asseguradas condições de participação activa, o que passa por formas de organização popular, numa prática democrática, independente e unitária, lê-se no histórico projecto aprovado na Assembleia de Delegados do MFA, que deve ser considerado como um documento-guia de acção prática das unidades mili-

tares e organismos populares.

Esse documento-guia, que prevê a formação de uma Assembleia Popular Nacional, vem reconhecer a necessidade e o fundamento do grande número de organizações populares já criadas e a funcionar por iniciativa dos trabalhadores em todo o País. E essa necessidade tem sido comprovada na prática pelas variadíssimas comissões de trabalhadores, de moradores, colectivas, centros sociais e outras associações, onde a participação activa do povo trabalhador se tem manifestado na defesa dos seus verdadeiros interesses, em formas de acção verdadeiramente democráticas, independentes e unitárias. Através delas é que a Revolução se consolida e avança a caminho do socialismo.

Entretanto, também a freguesia de Nossa Senhora de Fátima, de Lisboa, realizou no sábado passado a sua Assembleia Popular, em que estiveram presentes representantes de 21 empresas, nomeadamente Caba, Gulbenkian, Comundo, Isolux, Garantia Funchalense, Refrigeração Polar, Mocar, Medicamenta, Ciba, Processa, Electroécnicos Reunidos, A. M. Almeida, TAP, J. J. Gonçalves e várias representações sindicais, para além dos seguintes representantes do MFA: capitão Barros Nogueira, alferes Enes, 1.º-sargento Barreiros e furriel Pedro Borges.

Durante a assembleia foram

# «O POVO VENCERÁ, COM O MFA»

## CERTEZA AFIRMADA NA GRANDIOSA MANIFESTAÇÃO EM LISBOA DA INTERSINDICAL

«Com o MFA, o Povo Vencerá» Esta uma das palavras de ordem mais vibrantemente gritada por milhares de vezes na grandiosa manifestação de 10 de Julho, convocada pela Intersindical à qual aderiu o nosso Partido e outras organizações democráticas e revolucionárias. Este o grito que a multidão de trabalhadores, unidos no mesmo fervor revolucionário, lançou à reacção, que sob diversas matizes desenvolve nova escalada.

Esta a certeza cada vez mais conscientemente assumida por vastas camadas do Povo Português, que decisivamente se envolvem no compromisso histórico de construção de um país novo.

das as idades, muitas mulheres de crianças pela mão ou nos braços, caminharam durante duas horas e meia, aguentaram mais uma hora de espera, para clamarem a sua confiança no MFA, no Conselho da Revolução, no Presidente da República, no Primeiro-Ministro. Com a sua presença e entusiasmo, os trabalhadores, a força da Revolução, deram uma das mais expressivas respostas às forças contra-revolucionárias.

A cada escalada da reacção, reafirma-se e fortalece-se a vontade popular de marchar em frente em aliança com o MFA, braço armado do Povo Português que este jamais deixará amputar por mais te-

tória é difícil mas é nossa». «Na batalha da produção, a vitória da Revolução», outro grito uníssono, outra certeza afirmada ali fisicamente. Representantes dos trabalhadores da Sorefame, Lisnave, Guérin, ENP, JF Santos, Pereira e Brito, SIDUL, C. Santos, Utic, Alfette, Guida, Artes Gráficas, CP, etc., e numerosas delegações sindicais e células de diversas empresas, empunhando cartazes e distícos, testemunhavam a participação dos trabalhadores no processo revolucionário, diziam da legitimidade da condução deste processo, garantiam o empenho na batalha da produção. Deles firme brotaria «O Povo diz não a paralização». Naquelas bocas, isto significa, a consciencialização revolucionária pronta a combater chantagens, aventuras e jogos venham eles donde vierem pois, em última análise, partem sempre dos inimigos descobertos do processo revolucionário.

bolizando a aliança Povo-MFA contra a reacção, mostrava trabalhadores e militares num trem, atropelando o capital, e dizia «Contrôle o patrão — Esmagar a reacção para atingir o socialismo — Unidade MFA-Poder Popular.

As 23 horas, com a chegada do Presidente da República, do Primeiro-Ministro e de outros destacados elementos do Conselho da Revolução,

do processo revolucionário rumo ao socialismo.

### Discurso de Vasco Gonçalves

No decurso da grandiosa manifestação unitária, o general Vasco Gonçalves foi o primeiro orador, tendo afirmado:

«Trabalhadores portugueses! E com a maior alegria que verifico como compre-

rios aos do povo e nunca dos interesses do povo. Nenhum povo se oprime a si próprio», continuou o Primeiro-Ministro para, mais adiante, acentuar:

«Quem, cujos interesses se não oponham aos das classes trabalhadoras, poderá recetar que elas se organizem? Trabalhadores! Trabalhadores! O que o MFA quer construir é o Socialismo, mas o socialismo só se constrói na unidade das massas populares e na unidade de objectivos.»

O Primeiro-Ministro prosseguiu: «A organização popular permitirá obter essa unidade, permitirá dinamizar o aparelho de Estado que o MFA não quer pura e simplesmente destruir, mas sim transformar profundamente, colocando-o ao serviço de toda a colectividade. A organização popular não se faz para marginalizar os partidos, cujo objectivo é o socialismo. Esses partidos têm um papel fundamental na transformação e democratização do aparelho de Estado, para o que o povo tem o direito de exigir a esses partidos uma actuação unitária, a colocação dos objectivos nacionais acima dos objectivos partidários. Numa palavra, tem o direito de exigir o patriotismo.

Finalmente, a terminar, Vasco Gonçalves salientou: «No dia 25 de Abril de 1974, o MFA assumiu um compromisso com as classes mais desfavorecidas. Ao longo do tempo, e através dos golpes da reacção, foi-se cimentando a sua aliança e clarificando a sua opção ao consagrar a organização popular. O MFA, para além de reconhecer o «contrôle» progressivo dos trabalhadores sobre as suas próprias condições de existência pratica um acto simples de justiça para com o povo que demonstrou sem tibieza, nos momentos difíceis a sua consciência política e a sua vontade de libertação. Pela unidade inquebrantável entre o Povo e as Forças Armadas! Vivam os trabalhadores portugueses! Viva Portugal!»

### Discurso de Costa Gomes

Seguiu-se o Presidente da República que, também vibrantemente aplaudido e frequentemente interrompido pelos gritos de apoio da multidão, disse:

«Amigos, companheiros de trabalho, camaradas de revolução: em nome do MFA, do Conselho da Revolução e em meu próprio nome, agradeço o calor humano da vossa presença, o apoio moral que esta manifestação em nós redobrará as forças. A nossa Revolução é um ser jovem que necessitamos de defender dos inimigos, e proteger de condições desfavoráveis.»

Definindo os inimigos da Revolução e interrompido pela multidão aos gritos de «socialismo sim, vigarice não», o Presidente da República prosseguiu: «São nossos inimigos o oportunismo e o aventureirismo, são condições mórbidas a indisciplina social e a incapacidade de produzir o que o povo necessita.»

Continuando, o general Costa Gomes disse: «Gosto de me entender com os trabalhadores, camponeses e operários, com todos aqueles que desde a manhã oferecem a sua força de trabalho, o seu braço e a capacidade de seu cérebro em benefício do Povo Português, que somos todos nós.

«Sei que esta manifestação estava projectada há vários dias e que pretende reforçar a unidade e a autoridade dos órgãos do Poder, especialmente do MFA.»

Mais adiante: «Vós sois os representantes dos portugueses generosos, dos homens humildes, que, como nós, são capazes de trabalhar duramente toda a semana. Entendo a vossa presença como uma manifestação de trabalhadores que afirmam a disciplina, a autoridade, a ordem e o trabalho e que negam o oportunismo e o aventureirismo pseudo-revolucionários.»

A finalizar, Costa Gomes disse: «Assim, nós somos os verdadeiros revolucionários, firmes nos objectivos socialistas mas serenos no ritmo de quem tem muito de construtivo a fazer. Viva Portugal.»

### Discurso de Costa Martins

Por último, falou, de improviso, o major Costa Martins,

Trabalho. Os ataques que por vezes são dirigidos contra o Ministério do Trabalho devem, em última análise, ser vistos como ataques contra os próprios trabalhadores. Mas os trabalhadores estão sempre prontos, no momento decisivo, a dar o seu exemplo e a marcar a sua posição, com todo o realismo.

«Ainda recentemente o provaram os trabalhadores verdadeiramente conscientes do distrito de Setúbal, quando da manobra nitidamente reaccionária que foi montada naquele distrito. Até os sindicatos chegaram a ser enganados. Mas reconheceram imediatamente que tinham sido enganados e fizeram a sua análise, concluindo que o Ministério do Trabalho estava efectivamente a fazer o laço construtivo em prol dos interesses dos trabalhadores. O planeamento de que tenho falado ainda não está concluído, muito longe disso. Foi essa uma das principais razões que levou aquela situação. Portanto, confiantes nos trabalhado-



Millhares de trabalhadores responderam ao apelo da Intersindical...

«Com o MFA, o Povo Vencerá» Quantos ignorando esta realidade, procuram sabotá-la ou destruí-la, ficarão pelo caminho. É a História, a memória dos povos, não terá piedade dos que se opõem cada vez menos dissimuladamente ao processo revolucionário.

«A unidade é agora mais clara que nunca.» Estas palavras do Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, perante a multidão, aglomerada junto ao Palácio de Belém, são o reflexo de uma realidade cada vez mais definida: a de que nada romperá a unidade dos trabalhadores empenhados no avanço da Revolução Portuguesa rumo ao socialismo, do qual a aliança Povo-MFA constitui uma das mais potentes alavancas.

A manifestação de 10 de Julho foi, antes de mais, uma jornada popular de unidade revolucionária.

O nosso Partido, representado pelos camaradas José Vitoriano e Pires Jorge, membros do Comité Central, o MDR/CDE representado por José Tengarrinha, a Frente Socialista Popular representada por Bana Costa e António Miranda, a UEC e a UJC, mobilizaram milhares de militantes e simpatizantes. Mas também, milhares de portugueses sem partido corresponderam ao apelo da Intersindical Nacional. Cento de to-

nebrosas que sejam as intrínsecas de quem está, clara e objectivamente, com a contra-revolução.

### Aqui está a força do MFA

Aberto por uma viatura militar plena de militares e civis, o cortejo era encabeçado pelos representantes da Intersindical, aos quais se seguiram as delegações do nosso Partido, da FSP e do MDP/CDE. Na primeira fileira dos manifestantes, ondulavam, na brisa leve do entardecer estival, bandeiras azuis com o símbolo do MFA. Logo a seguir, uma delegação de centenas de marinheiros com dois cartazes: «Escola Naval com a Classe Trabalhadora» e «O Grupo n.º 2 Escolas da Armada apoia a luta dos trabalhadores, rumo ao socialismo».

Após esta segunda cabeça da manifestação, um enorme rio humano em que as bandeiras e cartazes eram vagas agitadas no mesmo ritmo. «Aqui está a força do MFA», grito espontâneo, não programado nas palavras de ordem, um dos primeiros brados a envolver a multidão. E nos rostos, a convicção de que quando as Forças Armadas de um país, contam com uma tal força, a do movimento popular de massas, então a reacção não passará, a reacção não passará, então a vi-

### Povo-MFA — indestrutível aliança

Uma simples canção, e muitas foram as entoadas na caminhada até Belém, falava da esperança e firmeza das massas populares. Uma simples canção, viva em milhares e milhares de vozes, um simples gesto, o comum, de punhos erguidos no ar na mesma cadência, e quantos assistiam ao desfile, sentiam o poder contido na imensa multidão que avançava no cair da tarde. Multidão constantemente engrossada por trabalhadores e outros populares que, em diversas partes do trajecto, a aguardavam. Multidão aclamada por populares que nas janelas, amide ornamentadas, saudavam a manifestação.

Alguns camponeses, vindos da região de Loures e Alhos Vedros, fato de domingo, lado a lado com os operários e outros trabalhadores, eram a imagem da aliança das classes trabalhadoras. Um dos «slogans» mais ouvidos: «A classe operária está com a Reforma Agrária», sintetizava a aliança da classe operária com o camponês, aliança que se vai alicerçando a cada passo.

Pelas 22 horas, a multidão desaguava como um rio de som e cor, frente ao Palácio de Belém. A espera, ainda que longa, não desmobilizou os trabalhadores. Gritava-se: «Daqui ninguém arreda pé!» Frente à varanda um enorme cartaz da Sorefame, sim-



...manifestando a sua confiança no MFA...

o entusiasmo popular redobrou. Como se para trás não estivesse um dia de trabalho, o cansaço do trajecto, a explosão de alegria e aplauso, a vibração, foram impressionantes. Interrompidos, frequentemente, por aplausos, o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o ministro do Trabalho deram, com as suas palavras, a mesma certeza que colheram da multidão: a da indestrutível aliança Povo/MFA, instrumento vitorioso do avanço

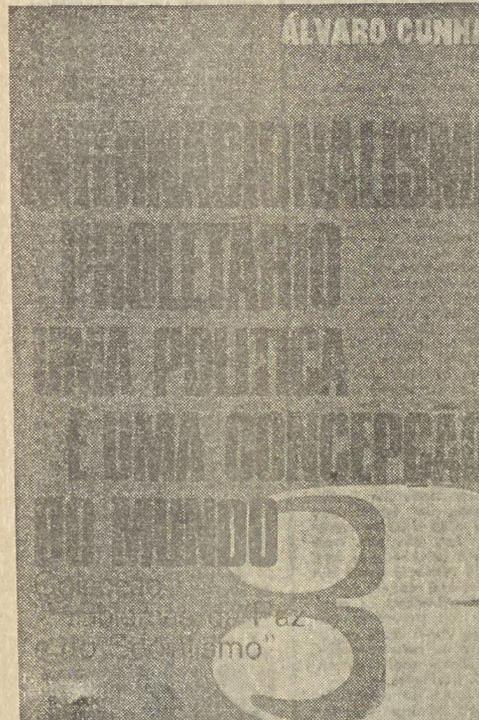
destes a importância para a nossa Revolução e para a nossa pátria da unidade entre o Povo e o Movimento das Forças Armadas. Essa unidade está agora mais clara do que nunca. Ao propor, através dos seus órgãos mais representativos, a Assembleia do Movimento das Forças Armadas e o Conselho da Revolução, uma estrutura de participação directa dos trabalhadores, demonstrou o Movimento das Forças Armadas a sua preocupação de unidade dos trabalhadores, bem como a sua própria unidade.

Vasco Gonçalves acentuou: «A opção do Movimento das Forças Armadas pelas classes trabalhadoras, tantas vezes afirmada, teve mais uma confirmação prática. Mas se o Movimento das Forças Armadas foi ao encontro dos trabalhadores, foi também ao encontro da História, a qual prova a necessidade da organização dos trabalhadores como garantia de avanço para o socialismo.

«É necessário que todo o País saiba que o MFA não pretende qualquer ditadura. A organização popular não se destina a oprimir mas a libertar. A organização popular não caracteriza nenhum Estado policial, as polícias nasceram sempre das organizações destinadas a oprimir e não das destinadas a libertar, e a opressão nasceu sempre do domínio sobre a sociedade de interesses contra-



...para o avanço do processo revolucionário



As grandes manifestações convocadas nos últimos dias pela Intersindical registaram o nível de participação popular e o entusiasmo que seria de prever. Os trabalhadores portugueses, responderam à chamada de sua Central Única e manifestaram o seu apoio ao MFA, repudiando as manobras reaccionárias e oportunistas daquelas que querem fazer desviar a Revolução do seu objectivo último: a construção da sociedade socialista.

Numa das maiores manifestações de sempre

# OS TRABALHADORES DO PORTO SAUDARAM O MFA E A REVOLUÇÃO

No momento em que cresce, com particular incidência no Norte, a actividade conspiratória e contra-revolucionária da reacção, e em que forças conservadoras tentam manipular sectores da população voltando-os contra o processo revolucionário, a classe operária e o povo trabalhador do Porto deram mais uma prova da sua unidade e da sua força na luta pelo socialismo.

Numa enorme manifestação, convocada pela União dos Sindicatos do Porto com o apoio de várias outras organizações sindicais e políticas, entre as quais o nosso Partido, a FSP, o PRT e o MDP/CDE, o povo do Porto saiu mais uma vez à rua numa das maiores manifestações de sempre, mostrando inequivocamente o seu apoio às decisões da última Assembleia do MFA, e à única via para atingir o socialismo — a unidade Povo/Movimento das Forças Armadas, que todas as forças reacçãoárias teimam em destruir.

Às 19 horas, uma enorme massa humana concentrava-se já na Praça Gen. Humberto Delgado, enquanto pelos altifalantes se escutavam os hinos da Intersindical, do MFA e a «Grândola». De todos os lados, milhares de pessoas chegavam, transportando cartazes e bandeiras ao som de palavras de ordem que dia a dia marcam o ritmo da revolução: «O povo está com o MFA!» e, ainda, «Assim se vê a força de quem trabalha!» e «O povo não quer fascistas no Poder!».

Rostos cansados de mais um dia de trabalho chegavam de punhos cerrados, mãos, que dia a dia movimentam as fábricas, e ali estavam agora a dizer «não à paralisação, sim à batalha da produção».

«Intersindical! Intersindical!», foi o grito unânime dos milhares de vozes, quando em nome da USP, Manuel Freitas, operário têxtil, iniciou a sua importante intervenção. Depois de uma breve análise da situação, caracterizada pelas tentativas reacçãoárias de paralisar a marcha da revolução, onde não deixou de frisar a campanha internacional, o boicote ao comércio com os países socialistas, a fuga dos pides e a fuga de boatos que não cessam de haver, aquele dirigente sindical salientou ainda: «Não esqueçamos todas as afirmações e atitudes de algumas responsáveis políticas e do patronato reacçãoário, estranhamente coincidentes para a divisão do MFA, do Conselho da Revolução e para a paralisação da vida económica. Vibrantemente aplaudido pela multidão que gritava «o povo diz não à paralisação!», o orador lançou algumas perspectivas para a dura batalha da construção do socialismo: É necessário reforçar a nossa vigilância, criando Comissões de Moralidade, Conselhos de Aldeia, Cooperativas, Conselhos de Defesa da Revolução, Assembleias Populares, em suma, incentivar a criação de organismos populares unitários e combater todas as manobras de divisão do MFA e do movimento popular de massas. Depois de exigir a aplicação imediata das medidas já promulgadas para a Reforma Agrária e o saneamento revolucionário do aparelho de Estado, Manuel Freitas referiu-se ainda à necessidade da nacionalização do comércio externo, ao julgamento dos pides, legionários e sabotadores económicos, e ao reforço da unidade sindi-

constituição de um Governo Revolucionário. E a moção terminava com um compromisso solene dos trabalhadores: Não viraremos a cara à batalha da produção; a reacção não passará; a unidade avançará; a unidade trabalhadores/MFA será reforçada; rumo ao socialismo a produção não paralisará.

Eram quase 21 horas quando o brigadeiro Eurico Corvacho, calorosamente saudado pela multidão, iniciou o seu discurso, frequentemente interrompido por oportunas palavras de ordem.

Amigos, companheiros revolucionários, camaradas trabalhadores — começou por dizer o comandante da Região Militar do Porto: — Encontramo-nos profundamente emocionados, não só pela grandiosidade da manifestação, mas também pelo ardor com que vocês se manifestam e, além disso, porque se trata de uma manifestação de trabalhadores. Isso leva-nos a concluir que os avanços concretos na revolução se dirigem correctamente para as camadas mais desfavorecidas. A medida que se dão passos e avanços na revolução com vista à construção de uma sociedade verdadeiramente socialista, as forças que não estão interessadas em que se atinja essa sociedade redobram os seus esforços para que o processo pare, e, se possível, haja um retrocesso. Um imenso clamor humano

interpretando o profundo significado das palavras do deiro Corvacho lançou uma vez a palavra de ordem já tantas vezes repetida ao longo desta manifestação: «O povo diz não à paralisação!» O «slogan» de «Socialismo sim, vigiarie não» ouviu-se também mais uma vez, quando Corvacho acrescentou: «As manobras das forças que não estão interessadas na construção da sociedade socialista, vocês conhecem-nas tão bem como eu, nos vossos locais de trabalho e no dia-a-dia da nossa vida nacional. A luta é de morte com as forças capitalistas. Como ainda nos encontramos numa fase de transição, essas forças possuem um grande campo de manobra. Só com a unidade de todo o povo trabalhador e de todas as classes desfavorecidas é que nós conseguiremos combater essas forças e levar a revolução até à sociedade socialista. Com a unidade das massas populares e a sua aliança com o MFA, não só a reacção não passará como teremos a certeza de que construiremos a sociedade socialista».

E com os milhares de manifestantes a cantarem o hino nacional, encerrou-se mais esta manifestação unitária, que veio sem dúvida consolidar a unidade Povo/MFA, e provar a todos os reacçãoários que a revolução não para. Nem a revolução nem a produção!

## «A luta é de morte com as forças capitalistas»

Foi então apresentada aos manifestantes e aprovada com uma estrondosa aclamação uma mensagem a ser entregue ao brigadeiro Corvacho e dirigida ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Conselho da Revolução e à Assembleia do MFA: Operários e camponeses, mineiros e pescadores, estudantes e professores, funcionários públicos e trabalhadores, quadros e técnicos — povo do Porto —, reunidos nesta manifestação popular unitária, convocada pela USP/INTERSINDICAL, saudam o Presidente da República e o Primeiro-Ministro como seus companheiros de luta, como soldados de primeira linha no duro combate em que todos nós — povo e a sua vanguarda de trabalhadores — estamos empenhados contra o inimigo implacável, combate esse que mantemos até à sua completa destruição; saudam o Conselho Superior da Revolução como órgão máximo e dinâmico da Revolução; saudam o MFA, que na sua já histórica Assembleia de 8 deste mês, soube, mais uma vez, responder à ofensiva da reacção, à provocação do capitalismo e às hesitações de falsos revolucionários e seus aliados. Nessa saudação vai também um incitamento para que a arrancada revolucionária que se iniciou depois do 11 de Março, para que o decisivo passo dado pela última Assembleia do MFA não mais se detenha até à implantação do poder das massas trabalhadoras.

A mensagem apresentava ainda uma série de pontos que já destacamos, mas dos quais, pela sua importância e pelo aplauso com que foram sublinhados por todo o povo presente, salientamos: Que o capitalismo seja varrido de vez da nossa pátria e que o movimento unitário revolucionário possua a sua expressão de poder com a

## REAFIRMADA EM BEJA A SOLIDEZ DA ALIANÇA ENTRE O POVO E O MFA

Os operários agrícolas vieram também par as ruas da cidade de Beja, no passado dia 14, reafirmar a solidez da aliança Povo/MFA, manifestando o seu caloroso apoio ao Conselho da Revolução, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro. Concentrados na Praça da República, cerca de 3 mil trabalhadores, na sua grande maioria operários agrícolas correspondendo à convocação da União dos Sindicatos do Sul, quiseram com a sua presença e participação demonstrar às forças reacçãoárias que infestam o seu próprio distrito e o País, que estão com o processo revolucionário e dispostos aos maiores sacrifícios para superarem os entraves que se ergam ao avanço popular na construção de um país novo sem exploração e miséria. O ânimo das classes laboriosas dos campos, das quais o proletariado rural constitui a guarda avançada, manifestou-se uma vez mais através do modo massivo e veemente como aderiram a esta jornada popular de apoio ao MFA.

Além do sindicato dos operários agrícolas de Beja e de diversas comissões de trabalhadores, encontravam-se presentes as delegações do PCP do MDP/CDE e da FSP, partidos que apoiaram a realização desta manifestação. No uso da palavra, o representante do Sindicato dos Operários Agrícolas focou a questão da Reforma Agrária e a determinação das classes trabalhadoras dos campos em preservar e consolidarem a aliança Povo/MFA, defendendo-a com coragem dos ataques divisionistas dos reacçãoários e aparentados. O reforço da aliança Povo/MFA constitui também a linha determinante do discurso proferido pelo 2.º comandante da Base Aérea n.º 11 que foi, frequentemente interrompido por fortes aplausos da multidão. Entre os oradores, incluiu-se um camarada do nosso Partido e um representante da FSP. O adjunto do governador civil e o presidente da Câmara de Beja foram também muito saudados pelos manifestantes, que com o seu regozijo e entusiasmo transformaram as pacatas ruas da cidade de Beja num cenário de ardor revolucionário das massas populares.



O capitão Vasco Lourenço e os generais Otelo Saraiva de Carvalho, Costa Gomes e Vasco Gonçalves quando recebiam as aclamações dos manifestantes, em Lisboa. Também nas outras manifestações promovidas pela Intersindical em diversos pontos do País, os elementos do MFA presentes foram calorosamente saudados

## ENTUSIASMO E PARTICIPAÇÃO NA MANIFESTAÇÃO DE COIMBRA

«Trabalharemos mais e produziremos melhor pelo desenvolvimento de uma economia nacional solidamente colocada ao serviço dos interesses do povo português.» Estas palavras de Marques dos Santos, representante da Intersindical, na grandiosa manifestação ocorrida no passado dia 14, ao fim da tarde, em Coimbra, exprimem a vontade unânime de quantos aderiram ao apelo da União dos Sindicatos de Coimbra e vieram para as ruas gritar o seu apoio ao MFA e ao Conselho da Revolução.

Milhares de trabalhadores desfilarão pelas ruas da cidade expressando a sua adesão ao processo revolucionário e a firme disposição de não embarcar em manobras lesivas do avanço da democratização no nosso país. Representantes de diversos sindicatos e de algumas zonas da cidade, identificados com disticos, e inúmeras representações de trabalhadores de diversas empresas dirigiram-se desde a Praça 8 de Maio até ao Quartel-General da Região Militar do Centro. Presentes também delegações do nosso Partido, do MDP/CDE e da LCI, os três partidos que apoiaram a manifestação.

Em nome dos trabalhadores organizados na sua associação de classe, o representante da Intersindical leu uma moção de apoio ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Conselho da Revolução e ao MFA, da qual destacamos algumas passagens:

«O MFA, ao definir como objectivo principal a atingir a independência nacional e que este objectivo apenas se conseguirá através de uma sociedade socialista, fez atrair sobre si e sobre os trabalhadores portugueses o ódio do imperialismo internacional e das forças locais aliadas do capitalismo nacional e internacional. «A medida que a nossa Revolução encontra o caminho correcto para aquele objectivo, os ataques daquelas forças vão, por consequente, aumentando e teremos que nos preparar inclusive para nos opormos a acções armadas. «Os boatos, as injúrias, o fomento do ódio entre popu-



Coimbra também manifestou o seu apoio ao MFA

«Estamos na Revolução e contra a reacção. Apoiamos as medidas revolucionárias decididas na última Assembleia do MFA, e confiamos que a sua regulamentação por parte do Conselho Superior da Revolução se transforne rapidamente numa realidade. «Lutaremos pela sua aplicação prática, tendo sempre como objectivo fomentar a participação das massas populares através das organizações sindicais, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, etc., nas tarefas da Revolução. «Lutaremos pela criação de um amplo sector estadual ao serviço do povo português. «Lutaremos pela liquidação total dos monopólios. «Lutaremos pelo saneamento do aparelho do Estado. «Lutaremos ao lado das forças progressistas e do MFA para a concretização de todas estas medidas, e estaremos colectivamente empenhados na sua realização.»

«Com o MFA, o povo vencerá, «A reacção não passará, a reacção não passará, «Controles operário, rumo ao socialismo, «O povo diz não à paralisação», «Intersindical contra o capital.»

depende a construção de uma sociedade socialista e a independência da nossa Pátria. Aos trabalhadores portugueses, nesta hora difícil mas heróica da nossa Revolução, o comandante da RMC pede unidade, vigilância e confiança nas suas Forças Armadas. O MFA não permitirá que a Revolução iniciada em 25 de Abril de 1974 seja recuperada para reforço dos privilégios de minorias do nosso país, mas tudo fará para que ela venha a resolver, com a brevidade possível, os graves problemas que afectam a maioria da nossa população, as classes mais desfavorecidas.»



O povo do Porto saiu mais uma vez à rua numa das maiores manifestações de sempre

**REVISTA INTERNACIONAL**  
**PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO** nº5 1975

Gustav Husak, Doghique Tubant, Rezhay Arismendi e Iradj Iskenderi: Islam de temporalidade histórica da vitória sobre o fascismo

O X Congresso do Partido Comunista da Índia

O Partido marxista-leninista de nossa época

A política cultural do Estado socialista

Problemas do movimento revolucionário na América Latina

Mariem N'Gouabou: o socialismo científico em África

Dias Lourenço: nova direita da reacção

Manifestações no movimento estudantil da Grã-Bretanha

**REVISTA TEÓRICA E INFORMATIVA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS**

**INTERLIVRO**  
 R PEDRO NUNES 9-A-LISBOA  
 DICCIONÁRIO POLITÉCNICO PORTUGUÊS-RUSSO por Matveev-Assyantz cerca de 36 000 termos e LIVROS PARA ESTUDO DA LÍNGUA RUSSA VISITE A URSS A FALAR RUSSO Única livreria especializada em livros soviéticos

Em resposta à moção e a própria manifestação convocada...

**PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!»**

A «Secca» (V. N. de Gaia) na batalha da produção

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E UNIDADE

Por todo o País são cada vez mais numerosos e conscientes os exemplos de total adesão da classe operária e dos restantes trabalhadores à actual fase de reconstrução da economia nacional, de revitalização duma economia numa sociedade construída à medida dos reais interesses das classes trabalhadoras.

Engrossam de dia para dia as fileiras dos trabalhadores que têm respondido com uma muito firme disposição de luta contra o patronato reaccionário.

Factores determinantes desta luta são a consciência de classe e a unidade efectiva dos trabalhadores.

Há permanentemente que melhorar e alargar o «controlo» da produção e os exemplos de vanguarda constituem a melhor lição e estímulo para os restantes trabalhadores.

O processo seguido pelos trabalhadores da empresa SECCA, que já lançaram e montaram o «controlo» organizado da produção, são disso um valiosíssimo exemplo; são um exemplo de como os trabalhadores inseriram o «controlo» da produção no contexto geral da luta de classes e na consolidação da democracia a caminho do socialismo.

A Firma SECCA — Construções Metálicas, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, tem a sua sede nas próprias instalações em Rechousa, CANELAS, V. N. GAIA, e nela laboram 159 trabalhadores dos serviços de produção, dos serviços administrativos e serviços comerciais.

No passado dia 17 de Maio, foi apresentada aos trabalhadores, reunidos em Assembleia Geral, uma proposta de nacionalização da empresa. A par disto, foi proposto que se realizasse um estudo que visasse não só a participação dos trabalhadores na gestão da empresa, como também a análise de alguns aspectos económicos e financeiros.

Acima de tudo — e este é o facto que mais ressalta — é o da unidade. Num momento e numa situação de luta contra o capitalista parasitário e ao consequente empenhamento na batalha da produção, todos os trabalhadores, operários, empregados de serviços, empregados de escritório, técnicos, quadros administrativos, conjugaram os seus esforços para a realização dos objectivos comuns. Daqui resulta uma constante e perfeita articulação entre a actividade de «controlo» da produção e as estruturas sindicais.

As tomadas colectivas de posição, o debate frutuoso, que tem sido na prática permanente dos trabalhadores, acerca dos problemas mais candentes da empresa, nomeadamente em torno da situação económica da empresa e propostas a apresentar ao Governo, são disso uma demonstração irrefutável.

É de facto esta unidade que tem estado na base de luta contra o administrador Francisco Correia de Campos, capitalista parasitário que saiu do nosso país dois ou três dias antes do 11 de Março.

Efectivamente, também este Francisco Correia de Campos fez parte desses aspectos particulares da SECCA mas que é também um dos exemplos de que se reveste a luta dos trabalhadores. Casado com Ana Júlia Galvão de Melo, foi o primeiro secretário de Marcelo Caetano, enquanto este era o Presidente do Conselho. Em conjunto com seus irmãos, possui diversas empresas, quintas, colecções de moedas e antiguidades, em Portugal; grandes fazendas, empresas e prédios, em Angola; e uma fábrica de cigarros e terrenos em Moçambique. Individual-

Entretanto, é necessário transformar a médio prazo parte do financiamento que se prevê para breve. Quando em 1973 foi decidido proceder-se à construção de novas instalações e, simultaneamente, à criação de quadros humanos e aquisição de equipamentos que permitissem uma rápida e eficiente resposta às solicitações do mercado que se pretendia servir, desde logo se considerou a necessidade de aumentar o capital próprio de 10 000 para 15 000 contos e, por outro lado, recorrer a um financiamento, a médio prazo, de 12 000 contos.

Esta questão preocupa seriamente e é um dos pontos profundamente analisados no estudo da situação da empresa decididos na Assembleia Geral de Trabalhadores a que já aludimos.

Naquele estudo pareceu oportuno aos trabalhadores referir que quando os grandes capitalistas retraem os

nos foi apresentado e que é o início de um processo que, com as correcções que o tempo e a experiência de trabalho colectivo indicarem, os conduzirá num caminho de luta pelo reactivar da economia, pela batalha da produção e pelo socialismo.

Foi o José Paupério Fernandes quem se debruçou sobre a estrutura dos órgãos de gestão: Nós não pretendemos um «controlo» burocrático, nós pretendemos um «controlo» efectivo por parte de todos os trabalhadores. Ora, pensamos fazer esse «controlo» estendendo a gestão da empresa a todos os trabalhadores, pelo menos a uma grande maioria, criando subcomissões de trabalhadores em todos os sectores. Esses delegados eleitos dessas subcomissões terão assento numa comissão de gestão que será formada pelos representantes dos trabalhadores. A ideia é exactamente conseguir obter um «controlo»

Assinante do suplemento diário do «Avante!»

JÁ PODES LEVANTAR A TUA COLEÇÃO DE CARTAZES DO PCP

Está já concluída a edição especial de 16 cartazes do PCP destinada aos assinantes do suplemento diário do «Avante!» publicado durante a campanha eleitoral.

Está previsto o envio pelo correio para todos os assinantes. Contudo, a vultosa despesa que tal envio implica leva-nos a apelar no sentido de que os destinatários procedam pessoalmente ao levantamento das suas colecções.

Por outro lado, o levantamento directo evitará os naturais danos que a expedição pelo correio pode implicar nas pastas e nos próprios cartazes.

Foram previstas diversas formas de se proceder ao levantamento, bem como uma data limite.

Levantamentos em Lisboa

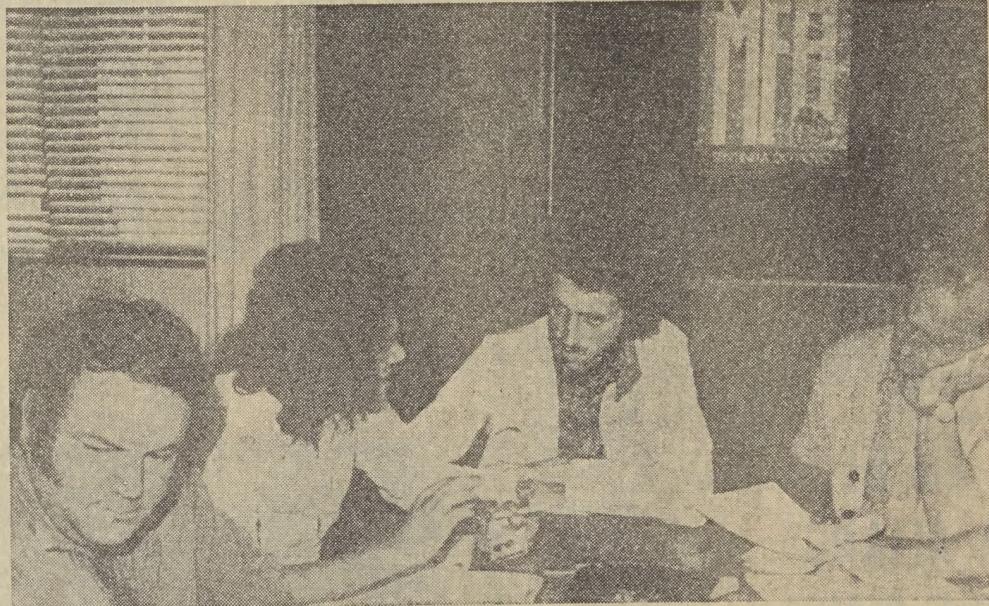
De 19 a 31 de Julho, os assinantes poderão levantar imediatamente as suas colecções no pavilhão da Editorial «Avante!», na Feira Popular de Lisboa. Mesmo assinantes que não residam em Lisboa podem dirigir-se à Feira Popular.

Levantamentos noutros locais

Os assinantes que não tenham possibilidade de se deslocar a Lisboa podem dirigir-se entre o dia 19 e 31 de Julho aos seguintes Centros de Trabalho a fim de informarem que desejam proceder directamente ao levantamento:

- VIANA DO CASTELO
BRAGA
PORTO (Aníbal Cunha)
VILA REAL
BRAGANÇA
AVEIRO
VISEU
GUARDA
COIMBRA
LEIRIA
SANTARÉM
CASTELO BRANCO
PORTALEGRE
ÉVORA
BEJA
FARO
FUNCHAL
CIDADE DA HORTA
ANGRA DO HEROÍSMO

A partir do dia 10 de Agosto, encontrar-se-ão nestes Centros, para serem levantadas, as colecções dos assinantes que se tiverem inscrito.



Trabalhadores da empresa falam ao «Avante!»

depois Spínola e o Galvão de Melo. — Ele funcionava como meio de ligação entre Marcelo, Tomás e Spínola.

Não admira, pois, a sua prática de sabotagem económica e a sua fuga dois dias antes do 11 de Março, talvez para ver para que lado é que as coisas tombavam.

Foi então que os trabalhadores começaram a avançar e a não deixar que a sabotagem e as ordens que o administrador, mesmo de Inglaterra, ainda tentou enviar, prosseguissem. A unidade e a organização foram a melhor arma dos trabalhadores.

Nacionalização da empresa

O Francisco Correia de Campos, por si ou pela EMOBEL, de que é o único proprietário, foi sucessivamente tomando o capital accionista até atingir a actual posição maioritária de 76,65 por cento do capital social.

Neste momento, e após ter abandonado o País, desistindo de ressaltar os interesses da empresa, a EMOBEL não tem capacidade realista nos recursos próprios que lhe permitam manter o seu equilíbrio financeiro, a não ser pela utilização de bens pessoais do administrador.

investimentos, provocando, conscientemente, grandes dificuldades económicas que conduzem a um agravamento da situação de desemprego, fazem-no com o único objectivo de reconquistar o seu poder económico e, através dele, poderem continuar a exploração da classe trabalhadora.

No nosso caso, concretamente não só se podem criar condições de desemprego como também a não concretização de um programa no qual se previa a criação de novos postos de trabalho.

A partir duma profunda análise sob o ponto de vista económico, os trabalhadores passam a perspectivas da nova sociedade socialista em construção e duma eventual alteração das relações produtivas.

Os trabalhadores da SECCA têm a noção clara de que a sociedade socialista em construção se caracteriza necessariamente pela abolição da propriedade privada dos meios de produção, eliminando-se assim a contradição entre carácter social da produção e a apropriação privada dos resultados dessa mesma produção.

Assim se caminhará para um desenvolvimento económico e social harmonioso, substituindo a amargura da produção capitalista pela planificação generalizada. Com efeito, a propriedade privada dos meios de produção permite aos capitalistas utilizarem esses mesmos meios, fundamentalmente na satisfação de interesses lucrativos, individuais, sem atender às reais necessidades sociais.

Embora com o plano de reconversão incompleto, no caso de se verificar o financiamento a médio prazo e após algumas reformulações, poder-se-á concretizar um programa previsto da expansão da empresa, na base dum estudo técnico-económico já elaborado. Se assim for, prevê-se que, a curto prazo, se criem mais 104 postos de trabalho.

Neste momento, em que se impõe uma tomada de posição resoluta no campo económico, como indica o Conselho de Revolução, é necessário que os trabalhadores sintam que a economia já não lhes é estranha, ou seja que a construção socialista da economia é tarefa deles e para eles. Isto implica a afirmação clara do princípio do «controlo» organizado da produção pelos trabalhadores para objectivos de produção e eficiência coordenados pelos órgãos centrais de planeamento.

Antes de mais, os trabalhadores estão absolutamente certos de que todos os passos deverão ser dados para reforçar o sector socialista da produção, através da nacionalização daquelas empresas em

de produção em toda a empresa, o que, se for um êxito, nos traz uma maior produtividade.

Teremos uma assembleia geral de empresa para definir as grandes linhas de acção. Nessa assembleia geral será eleita uma comissão de gestão que será composta por vinte e tal membros. A comissão de gestão terá um secretário eleito por todos os membros da comissão, e que andará por uns 5 ou 6 membros. A comissão de gestão tem as subcomissões de todos os sectores, do sector comercial, de produção, administrativos, pessoal e quando for criado o sector de assuntos sociais.

No seguimento do diálogo, registámos ainda a opinião do eng. técnico Eduardo Pérez Sánchez, a propósito dos quadros técnicos:

— Há aqui um aspecto que me parece positivo realçar, dada a forma como tem sido encarado e a nós nos parece correcto encarar, que é o aspecto dos quadros.

Nós pensamos que, por muito privilegiados que fossem os quadros, não há dúvida que, face às relações de produção existentes, eles eram de igual modo elementos explorados pelos capitalistas. Na sua grande maioria por razões económicas tiveram o privilégio de estudar. Esse privilégio veio-lhes da posição



Perante uma deficitária situação financeira que a firma atravessa, os trabalhadores da firma J. J. Gonçalves, por quem estão em risco de desemprego directamente dois mil trabalhadores e indirectamente onze mil e porque ela é uma das dez maiores empresas do país no comércio por grosso e retalho, deram recentemente uma conferência de imprensa onde expuseram essa mesma situação, apontando a necessidade de uma efectiva intervenção estatal. Efectivamente, só essa intervenção, que se traduza num financiamento e em recursos técnicos e humanos, garantindo o futuro da empresa, nomeadamente redimensionando os sectores de actividade e, numa fase ulterior, promovendo uma readaptação às necessidades nacionais.

Uma coisa ficou patente e é certa: o facto de que os trabalhadores, por um lado, estão absolutamente confiantes em que o Governo fará a necessária intervenção para, por outro lado, poderem participar de facto numa planificação socialista da economia nacional.

METALÚRGICOS DO PORTO EM CONFERÊNCIA UNITÁRIA

A prática de diversas Conferências Unitárias já efectuadas por todo o País tem demonstrado a capacidade da classe operária em dar a resposta firme e coerente aos muitos problemas que se levantam nos sectores de actividade económica mais afectados.

Como em muitos outros sectores da economia nacional, os trabalhadores metalúrgicos estão firmemente decididos a colocar as empresas em que trabalham ao serviço do Povo Português. No entanto, isto só é possível numa perspectiva política antimonopolista que conduza à criação de um sector estatal da economia, que ponha fim à situação precária de muitas empresas. De facto, os desvios de mais-valias para fins estranhos à empresa, uma má gestão praticamente em todas, irregularidades e sabotagem económica, fuga e abandono das administrações são as causas fundamentais dessa situação precária.

No entanto, a grande maioria das empresas tem validade económica. Para tanto exige-se para algumas delas, a curto ou a médio prazo, medidas de reconversão total ou parcial, como seja o caso do ramo automóvel.

Perfeitamente conscientes disto, os trabalhadores metalúrgicos do distrito do Porto ir-se-ão reunir no próximo domingo, na Faculdade de Engenharia desta cidade, a fim de abordarem as dificuldades das empresas metalomecânicas e analisarem e apontarem colectivamente os processos para a sua solução de forma a sugerir caminhos que, posteriormente, serão apresentadas ao Governo.

No sentido de prosseguir os trabalhos já iniciados no dia 5, reunir-se-ão, no passado dia 12, 21 comissões de trabalhadores, continuando a discussão dos objectivos já apontados para a Conferência Unitária dos Trabalhadores de empresas metalomecânicas do distrito do Porto. Nesta segunda reunião preparatória, avançou-se mais, quer no alargamento da comissão de iniciativa quer na perspectivização do modo como decorrerão os trabalhos. Nomeadamente, ficou definido um inquérito que será entregue em cada empresa e que visa um levantamento das dificuldades e da situação específica de cada empresa.

Novos estatutos sindicais

OS TRABALHADORES FIRMES NA DEFESA DA UNIDADE

Os trabalhadores portugueses têm vindo, dia após dia, a consolidar importantes conquistas e a encetar novas fases de combate unitário no irremissível caminho para a sociedade socialista.

caso dos sindicatos dos Profissionais de Armazém, dos Cartoneiros, dos Conservelros, dos Ferrovários, dos Gráficos, dos Lanificios, dos Metalúrgicos, dos Motoristas, dos Marítimos, da Panificação, do Calçado, dos Seguros, dos Têxteis, do Vestuário e dos Viajantes.

Quando a contra-revolução manobra e intriga para se instalar no Poder, as massas trabalhadoras, em unidade revolucionária, defendem a revolução e constroem o socialismo.

Na actual etapa da revolução, em que mais uma vez os sindicatos têm um importante papel, nomeadamente na alteração das relações de produção, novamente a reacção jogou forte mas perdeu muito.

Nomeadamente no Norte, onde as forças reaccionárias empenharam maiores esforços, e após um balanço das Assembleias Sindicais efectuadas, a batalha dos Estatutos revestiu-se de uma grande importância.

Antes de mais, é de referir o facto de ter chamado à participação na vida dos sindicatos um elevado número de trabalhadores. No que diz respeito a 8 sindicatos, regista-se a presença de cerca de 54 mil trabalhadores nas respectivas assembleias, o que em relação ao total de sócios efectivos corresponde a uma percentagem multissimo superior à exigida na lei.

verifica-se que os oportunistas de direita e de esquerda não conseguiram impor os princípios que defendem. Vejase, por exemplo, o que se passou relativamente à tese esquerdista do sindicalismo vertical de classe.

No que diz respeito à adesão à Intersindical a batalha dos Estatutos demonstrou que a esmagadora maioria dos trabalhadores não se deixaram envolver nas manobras de divisão das forças de direita, reforçando ainda mais o apoio que a Intersindical goza no seio dos trabalhadores.

De salientar ainda o facto de, na maioria dos casos, as forças de direita terem visto gorados os seus esforços de utilizar-se nas assembleias da aprovação dos Estatutos para provocar a divisão dos trabalhadores, contribuindo, assim, exclusivamente, para reforçar a unidade destes.



Apenha do sal: um trabalho pesado mas do qual depende o futuro económico da nova cooperativa

NA HERDADE DA GÂMBIA

OS TRABALHADORES AVANÇAM UNIDOS NO CAMINHO DA COOPERATIVIZAÇÃO

A poucos quilómetros de Setúbal e confinando com o rio Sado estende-se a herdade da Gâmbia, 715 hectares de terreno cujo proprietário — o eng. João Botelho Moniz Borba — trazia praticamente abandonados. Só ultimamente e devido à pressão feita pelos trabalhadores agrícolas semeou alguma coisa, mas manifestando o mais completo desinteresse, que os trabalhadores atribuem a uma tentativa de sabotagem económica.

Face a um panorama que os ameaçava directamente, já que o desemprego na região no sector agrícola é grande, os trabalhadores da herdade ocuparam-na na segunda-feira passada dispondo-se a fazer aquilo que ao patrão não interessava: trabalhar a terra.

mondava. Próximo, um homem encostado a uma espécie de enchada tomava conta do fluxo da água para alagar o terreno. Trabalho difícil, na medida em que andam durante todo o dia curvadas com água pelos joelhos separando as ervas daninhas do arroz. Mas as mulheres e alguns homens que também faziam o trabalho reflectiam a alegria de quem já não trabalhava para quem os explora.

Falámos com Luciana Maria dos Santos Deodato, também ela membro da Comissão de Trabalhadores que cada moio é vendido a 276\$00, de metros fazia lembrar uma zona coberta de neve. Uma marina abandonada Manuel Oliveira, que há 35 anos trabalha ali, é o salinero. Foi por sua iniciativa que este ano veio tratar das salinas, pois o patrão nunca mais o chamava e se tardasse mais uns tempos as salinas ficariam perdidas. Declarou ele que no ano passado se tiraram dali, em média, cerca de 2 mil moios de sal e que, se atendermos a que cada moio é vendido a 276\$00,

Os mineiros do Pejão na Batalha da Produção

TRABALHAR MAIS E MELHOR APESAR DAS CONDIÇÕES DE VIDA

Seguindo pela margem esquerda do rio Douro, do Porto, em direcção a Castelo de Paiva, «descobrimos» a dada altura uma pequena povoação, denominada Pedorido, já no concelho de Castelo de Paiva, no seio da qual vamos encontrar um recanto extremamente agradável (para quem val de passagem, é claro!) que guarda nas suas entranhas aquilo a que incorrectamente se convencionou chamar Minas do Pejão. Com efeito, a mina que deu o nome ao lugar, já há muito que se encontra fechada, mas o nome persiste, embora actualmente em funcionamento dê pelo nome de Germunde. Sobranceira ao rio Douro, a mina (única no País, donde se extrai actualmente grande quantidade de carvão) está inserida no Couto Mineiro do Pejão, fonte de economia de divisas para o nosso País.

É sábado! Enquanto a maioria dos trabalhadores goza já o início de mais um fim-de-semana, no Pejão continua-se a trabalhar arduamente para garantir a subsistência de uma central termo-eléctrica e a própria vida... Falar de vida para os mineiros do Pejão talvez não faça sentido, já que na sua labuta diária não têm tempo sequer de pensar nisso. Que vida! Ao penetrar nas galerias de o hão-de conduzir aos «desmontes» o mineiro não pode pensar nos riscos que o esperam.

Constitui, na verdade, um constante desafio à própria natureza a actividade desenvolvida, dia e noite, pelos mineiros do Pejão... Contando com os trabalhadores dos escritórios, são cerca de 1200 as pessoas que ali vão diariamente buscar a sua sobrevivência, na sua maior parte vindas de longe e com o Sol por nascer.

As condições de trabalho

Os mineiros, mormente aqueles que trabalham nos «desmontes», isto é, na zona mais interior, onde se procede à extração do carvão, não ignoram quanto representa para a nossa economia o seu trabalho diário. Trabalho que principia às 8 horas e termina sete horas e meia mais tarde, com meia hora de intervalo para a refeição, no interior da mina. Outro turno entra às 17 horas para só sair da mina 30 minutos depois da meia-noite. Falar das condições de trabalho no interior da mina é descobrir o mundo diferente em que vivem aqueles homens. Um mundo onde tudo é artificial, desde o ar que se respira até à própria luz que cada um deles tem de levar à cinta. Naturais são o pó e a humidade que, em cada momento, são absorvidos pelos trabalhadores.

A mina de Germunde funciona neste momento a 300 metros de profundidade, embora a exploração esteja a ser feita no quarto e quinto pisos, ou seja, nos níveis de 200 e 250 metros de profundidade. A mina desenvolve-se sobretudo em profundidade e, segundo os estudos que estão a ser feitos (sondagens), prevê-se que se possa duplicar a actual profundidade, isto é, passar para os 600 metros.

Entretanto, ressalta uma realidade: a produção diária, traduzida em mil toneladas de carvão bruto, a partir de Junho de 1974. E porque? Até Junho de 1974, os mineiros do Pejão, por necessidade, viveram subordinados aos interesses capitalistas, sujeitando-se a usufruir ordenados de miséria. A partir des-

ros raramente fazem horas extraordinárias, pela simples razão de que durante o seu período normal de serviço, aqueles homens dão o seu máximo e depois pretendem apenas descansar, para no dia seguinte estarem de novo aptos a renderem aquilo que se deseja.

Numa breve troca de impressões, o eng. Vieira Lopes, administrador por parte do Estado, e o sr. António Nunes Vieira, que trabalha nas minas do Pejão há quase quatro décadas de anos, informaram-nos que o pessoal sente a necessidade de trabalhar. E adiantam: «Quando numa Assembleia Geral se falou na Batalha da Produção, todos, mas todos, concordaram em colaborar, trabalhando fora de horas com salário normal. Já por duas vezes que trabalhamos de sábado para domingo, com óptimos resultados. Da primeira vez, até vieram elementos das Forças Armadas dar a sua colaboração — gesto esse que galvanizou ainda mais os mineiros do Pejão!»

Pelo que nos foi dado testemunhar, com efeito, poucos estarão tão empenhados na Batalha da Produção, como os mineiros do Pejão! Esses homens, sentiram como ninguém a revolução portuguesa, sabem quanto representa o seu trabalho para o «isto» vá para a frente, mas sabem também que na retaguarda têm pessoas da sua confiança a zelar pelos seus interesses.

O próprio sindicato tem desenvolvido grande actividade para que sejam melhoradas as condições de trabalho e concomitantemente as condições de vida dos mineiros, mas evidenciando sempre uma grande compreensão, sem grandes reivindicações, pois os dirigentes sindicais sabem que não podem pedir aquilo que não há.

Aqueles que se deixam arrastar por certas ideologias, de certos dirigentes, podem apontar os mineiros do Pejão como exemplo, porque eles são de facto uma grande lição para todos nós.

No Pejão, já se sabe pouco e trabalha-se a sério! Este rancho de mulheres confia no seu trabalho e no futuro

Um rancho de mulheres, no «monte» da herdade, acabava de almoçar. A manhã tinha sido de trabalho, um trabalho que a partir de agora era feito com outro sabor já que os frutos reverterão a seu favor. E não é o trabalho que as assusta, pois nunca, na vida souberam fazer outra coisa. Os divertimentos pertenciam às classes exploradoras, aos latifundiários, que apenas sabiam gastar os lucros obtidos à custa dos trabalhadores.

Foi num ambiente cordial que as trabalhadoras agrícolas nos contaram todo o processo da sua luta. E todas queriam falar, acrescentavam pequenos pormenores, afiançavam a sua vontade de continuar a lutar por uma vida mais digna, onde a exploração do homem pelo homem não mais seja possível e onde o direito ao trabalho esteja assegurado.

Foi Maria Beatriz Marques, que pertence à Comissão de Trabalhadores que ocupou a herdade, quem nos começou a relatar os factos. Os seus 27 anos estão já marcados pelos trabalhos duros do campo, mas denota toda uma força interior que transborda, sem receios, sabendo o que lhe interessa e aos seus camaradas de luta. «O patrão tudo o que fazia aqui na herdade era de empurrão — começou por dizer. — Nunca concordava com nada. Algumas das searas que fez eram pura e simplesmente sabotagem. Por outro lado, dizia-nos que nós estávamos inscritas na Previdência e que descontava para lá mas quando fomos ver nem sinal da nossa presença. (E mostrou-nos um recibo da última jorna paga a 12 deste mês, onde, efectivamente, não se viam discriminados os descontos legais para a Previdência.) E continuou na sua exposição, afirmando que o patrão há cerca de quatro anos deixou de fazer searas e apenas semeava alguma forragem para o gado, mas mesmo assim pouca. Além disso, ainda há pouco tempo teria afirmado que os terrenos de regadio estavam todos semeados, mas mais tarde veio a comprovar-se que tal não era verdade.

Construir o futuro Os trabalhadores que ocuparam a herdade da Gâmbia e que agora ali trabalham, dando todo o seu esforço, são 56 (19 homens e 37 mulheres). Nesta altura, um miúdo in-

terrompe a conversa das mulheres para dizer que também existem ali dois rapazes e que não se limitam a brincar, ajudando segundo as suas possibilidades. A conversa desenrola-se com alegria. As sombras negras do passado desfizeram-se já. A partir de agora o futuro pertence a aquelas mulheres, um futuro que vão construir, para si e para os seus filhos. E riem-se de uma maneira franca quando alguém solta um gracejo.

Entretanto, Maria Beatriz continua a falar dos projectos que os trabalhadores têm. Refere a possibilidade de lhes fornecerem dinheiro por via oficial para comprarem vacas torinas caso todos os trabalhadores estejam de acordo. Depois fala das culturas de tomate e arroz, as únicas que presentemente existem e onde de todos os esforços estão a ser feitos. Mas existe também a resina e a madeira em relação às quais os trabalhadores estão atentos. Depois, Maria Beatriz fala de um pomar de 360 persegueiros que o latifundiário plantou no ano passado e que por incuria deixou secar por completo.

A herdade, onde a moradia do patrão domina, possui um picadeiro e um recinto onde eram criados veados. Ainda há pouco tempo existiam ali várias dezenas que eram vendidos para os grandes restaurantes, mas, segundo explica o antigo feitor — agora em pé de igualdade com os restantes trabalhadores — devido a se ter estragado o cadeado fugiram quase todos e hoje apenas seis animais se encontram no cercado.

Entretanto, uma outra trabalhadora, Inês Augusta Duarte, de 22 anos e um espírito irrequieto, recorda o que se passou com o filho da senhora Amália, que era ajudante de ovelheiro e a quem o patrão não pagava segundo a tabela salarial aprovada. Quando os elementos do Sindicato a informaram dessa situação bem como que o seu filho teria a receber a dobrar todos os domingos e dias feriados que trabalhasse, ela dirigiu-se ao patrão para que ele regularizasse a situação e pagasse o atrasado. Mas este fez-se desentendido e nunca regularizou a situação anterior, esquecendo deliberadamente os atrasados que devia ao trabalhador.

Aproveitar o arroz e o sal No arrozal, um rancho de mulheres cantava enquanto



«Tudo o que o patrão fazia aqui na herdade era de empurrão»

ocupou a herdade da Gâmbia e delegada sindical. Decidiu, mulher sempre disposta a lutar, Luciana começou por nos dizer: «Este ano só podemos aproveitar o arroz e o sal. (A herdade tem três salinas.) No entanto, pensamos arranjar as terras para que no ano que vem comecem a produzir como deve ser. Este ano o que nos vai salvar é o sal que já está apinhado, bem como a lenha e a resina.

Entretanto, as mulheres continuavam na sua faina que para um leigo era extremamente difícil de fazer de tal modo as ervas daninhas se assemelham ao arroz. E, contudo, elas fazem a separação tão depressa e sem se enganar que chega a causar espanto. Luciana fala depois, serenamente e com um conhecimento profundo das realidades dos projectos que existem para assegurar o trabalho para todas aquelas pessoas. A ideia é formar uma cooperativa, que já tem nome (Cooperativa 1.º de Maio), cujos estatutos estão prontos faltando unicamente serem aprovados pelos trabalhadores para em seguida serem entregues ao Governo.

Dali fomos às salinas onde também um rancho de mulheres estava entregue ao trabalho de recolher o sal em pequenos montes. O branco que se estendia por centenas

faz uma quantia interessante. E acrescenta: «Só esta marina onde estamos a trabalhar vale cerca de 1500 contos. Entretanto, no ano passado o patrão abandonou uma marina da qual não permitiu que os trabalhadores retirassem o sal para o venderem. E assim perdeu-se tudo com a decisão do proprietário. Atitudes como esta são comuns aos grandes proprietários que não estão interessados em que os seus trabalhadores possam lucrar com o que eles desperdiçam, mas hoje a situação é diferente. Até agora e perante a ocupação do proprietário não reagiu, mas os trabalhadores estão dispostos a não o deixarem lá entrar. Explica a Luciana: «(Patrão até agora não se interessou pela sorte dos trabalhadores e a partir deste momento também não tem nada que se interessar. Mas a luta continua — só que presentemente é dirigida noutro sentido: produzir, manter a unidade dos trabalhadores na sua batalha, única possibilidade de poderem vencer e verem os frutos do seu trabalho. O mais difícil foi feito. Agora é só continuar e os trabalhadores com quem falámos demonstraram não estar dispostos a abdicar das suas conquistas.»



Este rancho de mulheres confia no seu trabalho e no futuro

«Hoje em Portugal é-se pró ou contra a Revolução. Não se pode fingir ser pró, sendo, ao mesmo tempo, contra. Isso implica o risco de ver um dia as suas conquistas esmagadas e os seus filhos devorados pela contra-revolução», escreve L'Humanité, de Paris num editorial em que critica duramente o comportamento de partidos que voltaram ao caso às realidades portuguesas, «como é o caso do PS».

Também num editorial, o diário «Izvestia», de Moscovo, órgão do Governo soviético, analisa a atitude da maioria dos órgãos de Informação da Europa capitalista que «continuam a aumentar artificialmente a tensão em torno da situação em Portugal, procurando gerar a desconfiança e a hostilidade em relação às transformações sociais realizadas». O «Izvestia» assinala ainda que a política do PS contribui objectivamente para a actividade da reacção externa e interna.

«Só pedimos à Igreja que coloque os seus membros ao serviço da nossa Revolução», afirmou o brigadeiro Charais, comandante da Região Militar do Centro e membro do Conselho da Revolução, ao jornal «Vouga Livre», de Vouzela.

Acusados de exportação ilegal de capitais e de crimes contra a economia nacional, foram presos vários administradores da Editora Verbo. A fraude — subfacturamento de livros exportados para o Brasil — ascende a 10 000 contos.

«A luta é de morte com as forças capitalistas», declarou no Porto o brigadeiro Eurico Corvecho, comandante da Região Militar do Norte.

Segundo notificaram os órgãos de Informação diários, o ex-primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos recebeu abusivamente, como honorários, das Companhias Reunidas Gás e Electricidade, verbas em excesso que atingem 9500 contos.

O sr. Arnaldo de Matos, secretário-geral do MRPP fugiu do hospital onde se encontrava preso. A fuga, segundo tudo indica, não teria sido possível sem ajudas do interior.

O programa de construções escolares para o corrente ano atinge a verba de um milhão de contos: 200 000 para o primário; 300 000 para o secundário; 230 000 para o preparatório; 150 000 para o superior; e quantias menores para o magistério primário, compra de terrenos e acção social escolar.

O Banco de Portugal divulgou um comunicado com as normas a que deve obedecer, a partir de agora, a compra e venda de moeda estrangeira.

Foi assinado em Moscovo um acordo de cooperação cultural entre a União das Sociedades Soviéticas de Amizade e a Associação de Amizade Portugal-URSS.

O camarada Daniel Guliev, secretário do CC do Partido Comunista da República soviética do Azerbaijão salientou durante uma recepção oferecida à delegação da Associação de Amizade Portugal-URSS, que o povo daquela República e todo o povo soviético admiram a coragem do povo português na sua luta pela liberdade e pelo progresso.

«Verificamos que o PCP leva em linha de conta a situação existente em Portugal e tenta preservar e desenvolver essa preciosa conquista que foi o derrube do fascismo e a instauração da democracia em Portugal», declarou em Paris o camarada Jean Colpin, membro da Comissão Política do Partido Comunista Francês.

As bases programáticas para a reforma do ensino superior foram aprovadas pelo Conselho da Revolução. Determina-se que «o ensino superior, tal como os restantes graus de ensino, deve servir a construção de uma sociedade democrática e socialista em Portugal». As bases aprovadas instituem «para todos os estudantes do ensino superior um ano vestibular constituído por actividades de serviço cívico, que criem nos estudantes hábitos de trabalho socialmente produtivo e que os integrem nos grandes problemas nacionais.»

O Sindicato dos Delegados do Procurador da República divulgou um comunicado em que assume uma posição democrática e revolucionária sobre problemas relacionados com o avanço da Revolução na área da Justiça. «É urgente — salienta-se no documento — iniciar um amplo debate político-ideológico, quer publicamente quer a nível dos órgãos do Poder, sobre o carácter de classe da Lei, da Justiça e dos Tribunais, em conformidade com o que este Sindicato vem defendendo desde a sua criação. Só no quadro desse debate é possível determinar o papel que resta aos Tribunais no actual processo, o saneamento de estruturas e de pessoas a levar a cabo e o âmbito e funcionamento do Tribunal Popular.»

A polícia política brasileira começou a apreender jornais e revistas portuguesas aos passageiros que desembarcam no Rio ou São Paulo, procedentes de Lisboa. A medida, pelo seu carácter profundamente reaccionário e provocatório, suscitou críticas até dos próprios órgãos da censurada imprensa brasileira.

O secretariado da comissão política do CDS e o seu grupo parlamentar divulgaram um comunicado no qual se declaram totalmente em oposição ao Plano de Institucionalização da Aliança Povo-MFA. Entre outros disparates diz-se no documento que «o plano prevê para Portugal uma estrutura comunista soviética».

O Ministério da Comunicação Social proibiu a entrada em departamentos públicos ao jornalista Douglas Ferreira da Silva, da revista «O Cruzeiro», do Rio de Janeiro. Motivo: atitudes provocatórias e insultuosas desse repórter brasileiro.

«A Revolução Portuguesa é acompanhada com expectativa pelos países não alinhados», declarou em Lima o ministro dos Negócios Estrangeiros do Peru, Miguel Angel de la Flor.

Segundo um despacho do ministro da Agricultura, as máquinas dos grandes agrários, quando subaproveitadas, passam a poder ser requisitadas pelos directores dos Centros Regionais da Reforma Agrária, «sempre que tal se mostre necessário e aconselhável».

# informação

## A defesa da Revolução exige eficácia punitiva

O avanço da Reforma Agrária ampliou e diversificou as formas de sabotagem económica. Muitos agrários venderam tudo o que conseguiram (desde o recheio dos seus palácios ao gado, passando pelas máquinas agrícolas) e trataram de enviar ilegalmente o dinheiro para o estrangeiro. Outros recorreram a «habilidades» legais para roubar o País. No distrito de Santarém, por exemplo, os trabalhadores verificaram que um latifundiário obtivera um empréstimo bancário de mil contos para «pagar salários». Depois meteu o dinheiro no bolso e fugiu para Espanha.

As modalidades de contrabando de moeda de que lança mão toda uma escória reaccionária são muitas. O Brasil e a Espanha, particularmente, estão inundados de escudos. Por cada pessoa que nos portos e aeroportos é interceptada por violação das leis cambiais há 10 ou 20 que passam tranquilamente pela fiscalização. Semanas atrás, um reaccionário chegou a São Paulo com uma mala cheia de escudos.

Os factos demonstram, porém, que, na maioria dos casos, os verdadeiros responsáveis recorrem a intermediários. São parentes, amigos ou emigrantes que, a troco de uma percentagem, transportam o dinheiro contrabandeados do País. Certos agrários limitam-se a dar uma «gorjeta» a elementos da sua confiança que atravessam ilegalmente a fronteira e depositam grandes quantias, com a ajuda de outros contactos, em bancos espanhóis.

Como as punições, até agora, para esse tipo de crimes, têm sido relativamente suaves, o contrabando de dinheiro aumenta. As divisas são apreendidas, o indivíduo apanhado em flagrante é encaminhado à Justiça mas raramente fica preso. O processo instaurado não assusta aqueles que continuam em liberdade.

Esses crimes de alta traição exigem uma resposta revolucionária. Uma Revolução a caminho do socialismo tem de ser implacável com aqueles que pretendem destruir a sua economia e a sua estabilidade financeira. Urge, portanto, que os cúmplices dos sabotadores que se escondem nos bastidores sejam também atingidos por punições exemplares. Em pouco mais de um ano o dinheiro enviado fraudulentamente para o estrangeiro representa uma quantia superior ao «déficit» previsto da balança de pagamentos.

Não é aliás apenas no tocante ao contrabando de moeda que a ausência de uma justiça revolucionária eficaz e de medidas punitivas drásticas estimulam um desafio permanente à Revolução, favorecendo a montagem de uma sinistra rede de complicitades.

O caso da fuga dos ex-pídes de Alcoentre encerra também lições actuais e importantes. Alguns desses criminosos conseguiram chegar a Espanha sem muita dificuldade. Como? Graças à ajuda que receberam. Outra teria sido a situação se existisse uma legislação especial que estabelecesse pesadas penas para qualquer pessoa que prestasse auxílio directo ou indirecto a ex-pídes ou gente da sua laia. A advertência firme de que os cúmplices dos foragidos de Alcoentre seriam também responsabilizados por crime de alta traição teria certamente produzido efeitos práticos positivos.

O ex-ministro da Justiça, sempre tão preocupado com problemas formais, permaneceu, entretanto, mudo enquanto as Forças Armadas e o povo davam caça aos ex-pídes que andavam a monte. Não considerou necessário advertir os eventuais cúmplices de que a solidariedade aos fugitivos os transformaria também em adversários da Revolução, em contra-revolucionários e que, como tal, se expunham a severas penas. Uma Revolução, mesmo com as características originais da nossa, com um mínimo de sangue derramado, tem de aprender a defender-se dos seus inimigos. A reacção não passou nem passar. Mas a imaginação revolucionária é cada vez mais necessária para que todas as suas tentativas sejam esmagadas no berço. É preciso reforçar a eficácia e a rapidez do poder punitivo revolucionário.

## Apenas oportunistas?

A superficialidade do saneamento continua a provocar justos protestos dos trabalhadores imigrados, principalmente na França e na República Federal da Alemanha. Mas não só. Na Holanda também há elementos gravemente comprometidos com o fascismo que se cobriram após o 25 de Abril com capas democráticas para mais facilmente tentarem obter cargos oficiais e desenvolverem as suas manobras contra-revolucionárias.

Um desses camaleões é o sr. José Avelino Rentes de Carvalho, colaborador do «Expresso» (onde ultimamente assina «o nosso correspondente na Holanda») fazia passar por refugiado político na Holanda, onde reside desde 1956. Era um estranho refugiado. Mantinha relações confidenciais com a Embaixada portuguesa e em 1973 servia ainda de intermediário entre o Consulado português e a Polícia holandesa.

Sob o manto de opositorista tentou prestigiar na imprensa holandesa a personalidade de Marcello Caetano fazendo a sua apologia no importante semanário «Vrij Nederland» (11 de Dezembro de 1971). Essa manobra foi depois desmascarada no jornal «Unidade», continuação de «Túlipa Vermelha», editado por democratas portugueses exilados. Com esse procedimento pretendia ser nomeado para um cargo diplomático. Chegou, aliás, a ser convidado para o posto de adido cultural. Mas, para cobrir junto dos exilados políticos portugueses essa nomeação espalhava o boato de que participava de negociações secretas entre o governo de Caetano e o PAIGC (declaração policopiada em Novembro de 73). No PAIGC, claro, ninguém conhecia a existência do sr. Rentes de Carvalho (carta do secretário-geral do PAIGC ao Angola Comité, em 9/4/74).

Depois do 25 de Abril passou a escrever artigos ambíguos sobre Portugal no «Vrij Nederland» e desenvolveu esforços para ser designado como intérprete oficial de ministros portugueses de passagem na Holanda.

Pouco se sabe do passado do sr. Rentes de Carvalho, colaborador do «Expresso». Trabalhou nos serviços comerciais da Embaixada do Brasil na Holanda e hoje ensina a língua portuguesa no Seminário de Portugueses de Amsterdão.

Quantos Rentes de Carvalho continuarão a desenvolver as suas actividades suspeitas na Europa? Certamente muitas centenas.

## Senhores advogados com a Revolução ou contra a Revolução

A maioria dos senhores membros da Ordem dos Advogados está, ao que parece, entusiasmada com os conceitos de liberdade e legalidade que têm sido expostos, em floridos discursos no plenário da Constituinte pelos seus colegas da maioria daquela Assembleia. É natural. Pertencem à mesma família social e ideológica.

Na reunião realizada em Coimbra sob a presidência do bastonário da Ordem foi concretamente aprovada uma proposta do dr. Francisco de Sousa Tavares, tendente a impugnar a «criação de quaisquer tribunais especiais, designadamente para o julgamento dos delitos políticos praticados depois do 25 de Abril» e pedida a constituição de uma comissão de inquérito «para julgar todas as violações aos direitos fundamentais dos acusados e detidos por delitos políticos».

A incitativa da inquieta maioria do plenário foi, como era de esperar, apressadamente transmitida para o exterior pelas agências noticiosas ocidentais. Será mais um



prato forte para os políticos da social-democracia e para os órgãos da reacção internacional empenhados em apresentar Portugal como um País sem lei, à beira do caos, no qual todos os atropelos à justiça são tolerados e incentivados pelo Conselho da Revolução e pelo MFA.

A Ordem dos Advogados ficou calada quando os pídes fugiram de Alcoentre, mas alguns dos seus membros estão preocupados com a situação dos pídes presos. Ilustres membros da Ordem dos Advogados não protestaram ainda contra os privilégios especiais de que gozam destacados contra-revolucionários presos por crimes de sabotagem económica, mas vieram a público, invocando códigos e leis do tempo do fascismo, para exigir, no ano passado, a libertação dos banqueiros e aventureiros do BIP e da Torralta. Ergindo o Direito — o seu Direito — em poder quase divino e reivindicando a aplicação de leis antidemocráticas investiram então, enquanto tomavam o partidos dos inimigos da Revolução, contra conquistas revolucionárias dos trabalhadores. Agora retomam a ofensiva. Os pretextos são outros, mas a linguagem e os fins são os mesmos.

O plenário de advogados reunido em Coimbra aprovou sem hesitar propostas que, pelas suas intenções, têm um conteúdo contra-revolucionário. Com entusiasmo. Mas não se limitou a isso. Rejeitou simultaneamente por esmagadora maioria uma proposta de conteúdo democrático e revolucionário apresentada pelo dr. Duarte Vidal. Porque continua verdadeiras, porque continua sugestões revolucionárias que doiam à maioria dos membros da assembleia. Para combater a inevitável reforma da profissão de advogado, numerosos juristas reaccionários começaram já a protestar contra aquilo a que chamam a «socialização da advocacia», ideia terrível que atribuem aos comunistas.

Como assinala o dr. Duarte Vidal — que até há pouco, assinala-se, foi um destacado elemento do Partido Socialista — a tendência predominante entre os advogados é a de procurarem manter a «sua» Ordem, com a estrutura herdada do fascismo. O que está em causa não é a «socialização da advocacia» mas a «inserção da profissão numa sociedade socialista». E esse objectivo não pode agradar a muitas centenas de advogados a quem o fascismo proporcionou situações de privilégio. A destruição das estruturas do capitalismo monopolista representou para muitos a perda de empregos milionários, de causas que rendiam milhares de contos.

Numa sociedade de transição para o socialismo na qual o salário mais alto não pode, por lei, ultrapassar 35 contos (deduzidos os impostos) há advogados — que não são assalariados — que ainda ganham mensalmente três e quatro vezes essa quantia. Por um lado isso parece-lhes pouco; por outro temem que essa situação não possa durar. Levantam o fantasma da «socialização», porque recebem a Revolução. Realmente o exercício da profissão de advogado, nas sociedades capitalistas, está intimamente associado à exploração do homem pelo homem. E a maioria dos senhores advogados reunidos em Coimbra não ignora esse facto. Arvoram-se em defensores da legalidade e dos direitos do homem, mas o que pretendem é criar obstáculos a uma verdadeira legalidade democrática e revolucionária, dificultar, sabotar, impedir, se possível, a construção de uma sociedade na qual todos os portugueses — e não apenas uma minoria de privilegiados — sejam beneficiados pela existência das mais amplas liberdades, dos mais amplos direitos.

O plenário nacional de advogados reunido em Coimbra confirmou que a maioria dos participantes não está com a Revolução, mas sim contra a Revolução.

## A social-democracia europeia mobiliza-se contra a Revolução Portuguesa

Nos últimos dias toda a imprensa internacional, especialmente a europeia, dedicou editoriais e comentários à evolução da situação política em Portugal. As análises e opiniões, como era de esperar, reflectem uma perspectiva

de classe. Órgãos abertamente reaccionários como «L'Aurore» e «Le Figaro», de Paris, o «Daily Telegraph», de Londres, o «Die Welt» da República Federal Alemã voltam a pintar um quadro de catástrofe e amontoam informações falsas e calúnias. O «Figaro» lança todo o seu veneno contra o MFA. O «Daily Telegraph» lamenta que «as denúncias feitas pelo dr. Mário Soares ao regime se tenham registado demasiado tardes». E depois dos inevitáveis ataques ao MFA esforça-se por estabelecer um recorde de desonestidade escrevendo: «A NATO e a Comunidade Europeia têm estado a oferecer à Junta Militar auxílio económico em troca de moderação.» E pergunta, em tom ameaçador: «Nada há que a NATO e a CEE possam fazer agora para ajudar o povo português e proteger os seus próprios interesses?» Os senhores do «Daily Telegraph» sabem perfeitamente que em Portugal não há nenhuma Junta Militar, que a CEE nunca ofereceu qualquer ajuda a Portugal e que a missão da NATO, bem conhecida, não consiste precisamente em prestar auxílio, económico ou político, a qualquer povo. A pergunta final, aliás, deixa transparecer as verdadeiras intenções do órgão da direita inglesa. O que sugere é uma ingerência aberta da NATO e da CEE nos assuntos internos portugueses.

A social-democracia europeia, tanto através dos seus dirigentes mais qualificados, como da sua imprensa, manifesta a sua solidariedade calorosa ao PS e particularmente ao dr. Mário Soares que alguns jornais procuram transformar em herói da democracia. O chanceler austríaco, Bruno Kreisky, aproveita os acontecimentos de Portugal para intrigar, insinuando que o desanuviamento da Europa poderia ser ameaçado pelo que se passa no nosso País. Mas foi sobretudo na Itália que a campanha contra a Revolução portuguesa assumiu maior amplitude através de uma deturpação consciente dos factos e do papel desempenhado pelo PS. É de lamentar que os socialistas italianos tenham contado com a ajuda de dirigentes e forças progressistas que se associaram irresponsavelmente às críticas ao nosso Partido, ao movimento popular de massas, MFA, atribuindo-lhes a culpa pela saída do PS do Governo, abstendo-se de referências às manobras divisionistas e à chantagem dos seus amigos socialistas.

Por incrível que pareça, o conservadoríssimo «Times», de Londres, consegue ser mais objectivo. Para o «Times» o abandono do Governo pelos socialistas «foi uma jogada do secretário desse partido, dr. Mário Soares».

No conjunto da imprensa social-democrata europeia, merece destaque uma excepção. O «Aftonbladet», de Estocolmo, publica algumas verdades. Esse diário sueco salienta que «a retirada de Soares não era inesperada, pelo contrário.» «A esmagadora vitória do seu partido nas eleições — escreve — nunca foi seguida por um aumento de influência (...) Os socialistas escolheram agora o rumo da oposição. É duvidoso que o MFA aceite tais liberdades. O MFA considerará a decisão dos socialistas como uma confirmação das suas próprias suspeitas sobre a desconfiança inspirada pela direcção do partido, a sua dependência do Ocidente, a sua susceptibilidade à pressão estrangeira e a falta de vontade em se subordinar à dinâmica da Revolução.» E o «Aftonbladet» acrescenta: «Até certo ponto o próprio Soares é responsável por essa profunda desconfiança. O seu partido cedo negligenciou a construção de uma linha merecedora de confiança e de cooperação com o MFA.»

O «Aftonbladet» constitui, como sublinhamos, uma excepção. Em toda a Europa os políticos e os jornais da social-democracia estão lançados em plena ofensiva contra a Revolução portuguesa e as suas conquistas. A Internacional Socialista acaba, de resto, de dirigir um apelo a todos os governos para que ajudem Portugal. Mas o seu jogó torna-se claríssimo ao reafirmar a sua total solidariedade com o PS português. Que tipo de ajuda é essa? A chamada Confederação Internacional dos Sindicatos Livres — a famigerada CISL, que promoveu um seminário em Portugal para combater a unidade aprovada pelos trabalhadores — também se mobiliza em defesa dos seus amigos socialistas portugueses. A confederação sindical manipulada pelos grandes monopólios europeus não está com meias medidas. Desfralda as bandeiras da «República» do dr. Raul Rego e proclama, alarmada, que a evolução da situação em Portugal está a ameaçar a democracia. Que democracia? A «democracia» daqueles que ameaçam desenvolver esforços para paralisar o País e considerar a batalha da «República» mais importante do que a batalha da produção? A democracia das altas personalidades da social-democracia que convergem para Lisboa neste fim-de-semana?

Enquanto a reacção europeia insulta a Revolução Portuguesa e trata de imprimir uma dimensão continental à campanha anticomunista em curso, a atitude dos órgãos de Informação dos países socialistas é oposta. Apresentam a imagem fiel da realidade. O «Pravda», de Moscovo, acusa o PS português de «aumentar as dificuldades do país, de concluir com os partidos da direita.» «As exigências de alguns grupos políticos, pedindo a formação de um novo governo, do qual seriam excluídos o PCP e o MDP/CDE — salienta — testemunham tentativas das forças de direita para travar o processo revolucionário em Portugal.»

Na República Democrática Alemã, toda a imprensa condena as tentativas dos sociais-democratas europeus para interferirem no processo democrático português e denuncia como provocatório o apelo lançado pela Internacional Socialista.

Na República Democrática do Vietnam, o «Nhan Dan», de Hanói, denuncia também a manobra do PS português e acentua que o debate sobre a realidade portuguesa contribui para «desmascarar as intenções enganadoras dos partidos socialistas dos países capitalistas durante este período da História.»

São apenas alguns exemplos entre muitos. Enquanto a imprensa que o dr. Mário Soares define como «democrática» calunia a Revolução e o MFA, quem restabelece a verdade são os jornais que o PS aponta como inimigos da liberdade e da objectividade. Como escreve L'Humanité, de Paris, «os militares actualmente no Poder em Lisboa derrubaram uma ditadura fascista que mantinha um terror sangrento em Portugal há meio século (...) Nada disso, que sabemos, existe actualmente no país. Nunca, ao longo da sua história, conheceu uma tal liberdade.»

O conceito de liberdade e democracia dos capitalistas é realmente oposto ao dos povos que constroem o socialismo e dos partidos e forças que na Europa e em Portugal se propõem avançar para o socialismo.

# informação

## Nova escalada repressiva no Brasil

A repressão intensificou-se no Brasil. E, mais uma vez, todo o furor antidemocrático da ditadura fascista foi dirigido contra o Partido Comunista Brasileiro. É o próprio aparelho de terror policial quem o confessa. Em nota oficial distribuída pela Sexta Região Militar, o major Hilton Portela informa que «os órgãos de segurança do país em operação conjunta» prenderam 17 pessoas que são acusadas de pertencer ao PCB. Eis os seus nomes: Sérgio Veiga Santana, Carlos Marighela Filho, Marcelo Veiga Santana, Sebastião Amaral do Couto, José Ivan Dantas Puglisi, Ademar Sato, Roberto Argolo, Luís Contreiras de Almeida, Marco Medeiros, Heitor Casais e Silva, Alfrío Feliciano Pimenta, Osvaldina Dias Pimenta, Ceci Sato, Euricles dos Santos, Moisés da Mota, Maria Lima de Couto e Paulino Vieira.

Os torcionários brasileiros vangloriam-se de ter «esfacelado» a organização do PCB no Estado da Bahia. É uma bravata. Quando meses atrás invadiram duas tipografias do PCB no Rio e em São Paulo afirmaram que haviam destruído o aparelho de informação do PCB. E, contudo, dias depois, a «Voz Operária» órgão do Comité Central daquele partido irmão era distribuída, clandestinamente, em todo o Brasil em desafio à ditadura fascista. Mas a escalada re-



pressiva, essa, sim, é uma realidade. Muitos dos patriotas agora presos na Bahia estão a ser submetidos a espancamentos e torturas. A tortura, no Brasil, como no Uruguai e no Chile, é uma rotina. É sabido que os professores dos carrascos de Pinochet e Bordaberry foram membros da polícia política brasileira. Um dos casos mais chocantes de tortura é o que envolve o nome de Oswaldo Pacheco, ex-dirigente do Comando-Geral de Trabalhadores. Apelos da família e de companheiros, com o relato das violências a que tem sido submetido, correm hoje pelo Mundo.

Os fascistas brasileiros estão enganados ao supor que a actual escalada repressiva conseguirá quebrar o espírito de luta da classe operária do Brasil e da sua vanguarda revolucionária, o PCB. O total fracasso económico da política imposta à nação pelo golpe militar de 1964 não pode mais ser ocultado. E o esclarecimento das massas populares e a sua mobilização para a luta contra a ditadura não teriam sido possíveis sem o heróico trabalho desenvolvido nas mais duras condições de clandestinidade pelos comunistas brasileiros.

O actual surto de violência policial reflecte a agudização de contradições internas cada vez mais explosivas. O próprio núcleo mais reaccionário das forças que desencadearam o golpe de 1964 dividiu-se. Uma ala vê no endurecimento do regime e na aplicação dos dispositivos fascistas do Acto Institucional n.º 5, isto é numa violência mais ampla e intensa contra as forças democráticas, a solução para a sobrevivência do sistema. Outra ala, mais realista, procura manobrar e confundir a oposição, atrair sectores descontentes das classes dominantes e, através de algumas concessões, alargar as estreitas bases sociais e políticas da ditadura. Assim, o Congresso é tratado com maior «respeito» aparente. Com a grande imprensa burguesa é feito um acordo visando à sua liberalização controlada. Por outro lado, o Governo tenta atrair e neutralizar a Igreja. A política salarial é corrigida, embora o operariado industrial brasileiro seja um dos mais explorados da América Latina. As teorias da «distensão» e do «aprimoramento do regime» são largamente difundidas. Procura-se apresentar o general Geisel, presidente da República, como um «liberal».

No essencial o regime não mudou. É uma ditadura fascista. O Governo do general Ernesto Geisel é um Governo antioperário, de traição nacional, que serve os interesses dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais. É contra essa situação que o Partido Comunista Brasileiro se levanta como vanguarda revolucionária.

## A Conferência sobre a Segurança Europeia vitória das forças da paz

Em Genebra chegou-se finalmente a um acordo de princípio quanto à fixação de uma data para uma cimeira sobre a Segurança Europeia. A conferência foi marcada para o dia 30 do corrente depois de aprovado o compromisso relativo à região mediterrânica. Foi aliás o delegado português, Fortunato de Almeida, que presidiu à comissão coordenadora, quem anunciou a data.

Chegou-se a um acordo prévio quanto ao prazo voluntário de 21 dias para notificação de manobras a realizar dentro de uma distância de 250 quilómetros das fronteiras de outro país nas quais participem mais de 25 000 homens. A Turquia, porém, pretende que essa distância seja reduzida, alegando que tem fronteiras com cinco países de regimes políticos muito diferentes e integrados em alianças também diferentes.

Um dos problemas que suscitou um debate particularmente vivo foi o relativo ao último dos chamados «dez princípios», que trata das obrigações dos Estados em face de acordos que se relacionam indirectamente com as res-

pensabilidades das quatro potências — URSS, Estados Unidos, Inglaterra e França — em Berlim. A União Soviética alcançou uma importante vitória ao ser aprovado o ponto da declaração de inviolabilidade das actuais fronteiras europeias, contestado por alguns países da NATO.

Embora as divergências existentes sejam numerosas e a sua superação não seja fácil, é negável que o simples facto de se ter marcado, por fim, uma data para a Conferência de Helsínquia representa uma vitória das nações que defendem uma política de paz e desarmamento para a Europa. Na cimeira do dia 30 estarão presentes 35 países. Entre eles figuram todas as nações europeias (excepto a Albânia) e os Estados Unidos. A participação do Canadá ainda não está garantida, mas é provável.

Durante dois anos os Estados Unidos e alguns dos seus aliados desenvolveram esforços para sabotar os trabalhos preparatórios da Conferência de Helsínquia. O imperialismo, embora proclame o contrário, não está interessado na Segurança Europeia. Fala de paz, mas estimula a escalada armamentista. As últimas declarações do secretário da Defesa dos Estados Unidos, James Schlesinger, durante e após a cimeira da NATO em Bruxelas, são esclarecedoras a respeito da estratégia imperialista. Ao insistir na necessidade do rearmamento, ao aludir à eventualidade do emprego de armas nucleares táticas, ao sugerir a construção de abrigos antiatómicos na Europa Ocidental, Schlesinger, como porta-voz das tendências mais agressivas do imperialismo americano, visa criar uma psicosse de guerra, uma atmosfera incompatível com uma política de desarmamento e de paz. A pressão da opinião pública internacional, de todas as forças progressistas europeias e a firmeza e a coerência de que a União Soviética e os demais países membros do Tratado de Varsóvia deram provas durante as negociações e acabaram derrotando as manobras americanas.

A Conferência sobre a Segurança Europeia em Helsínquia pode vir a ser o grande passo para uma política de paz duradoura em todo o mundo, uma política que demonstre, de uma vez por todas, a necessidade do desaparecimento de alianças como a NATO que constituem uma ameaça permanente para a segurança mundial e especialmente para a coexistência pacífica entre povos com sistemas sociais e económicos diferentes.

## As duas caras da social-democracia sueca

As exportações da Suécia para a América Latina aumentaram consideravelmente nos últimos anos. Numerosos monopólios suecos instalaram-se em países latino-americanos e passaram a realizar grandes negócios. Os seus lucros anuais ascendem à dezenas de milhões de contos. Grande parte desse dinheiro, da riqueza gerada por trabalhadores de países subdesenvolvidos, é enviada para a Suécia.

Mas a Suécia tem uma boa imagem na América Latina. É o resultado de uma política diplomática bem concebida e melhor executada. A Suécia nunca interveio nos assuntos internos dos países latino-americanos, nunca apoiou ditaduras como as de Stroessner, Somoza, Trujillo, etc. Procurou sempre, pelo contrário, estreitar os seus laços com governos democráticos e até com a República Socialista de Cuba.

O primeiro-ministro sueco, Olof Palme, visitou agora o México, a Venezuela e Cuba para colher os frutos dessa hábil política. Foi calorosamente recebido em todas as capitais onde esteve. Em Havana fez questão de lembrar que o seu Governo nunca se submeteu à política de bloqueio e sanções que o imperialismo americano tentou impor. A Suécia não só manteve como ampliou as suas relações comerciais com Cuba. No último ano o comércio bilateral entre os dois países atingiu quase 5 milhões de contos. No México e, em Caracas, Palme ouviu muitos elogios. A imprensa recordou o seu apoio aos movimentos de libertação africanos, a sua condenação da guerra do Vietnam, a firmeza com que o embaixador Harald Edelstam enfrentou a Junta fascista de Santiago após o golpe de Setembro de 1973, quando a Embaixada sueca em Santiago abriu as suas portas a centenas de patriotas perseguidos pelo exército e pela polícia de Pinochet. Até diplomatas cubanos, alvo de provocações fascistas, receberam, então, a solidariedade calorosa da Suécia. Foi aliás a Suécia que assumiu a responsabilidade pelos assuntos cubanos no Chile quando os «gorilas» de Santiago fecharam a Embaixada de Cuba.

A Suécia não é um país militarmente poderoso. Não tem a pretensão de fazer e desfazer regimes na América Latina. Não poderia competir nesse terreno com os Estados Unidos. Aproveitou até os erros do imperialismo americano para fazer bons negócios à sombra de uma política de sorrisos, de uma política democrática. A própria Revolução Cubana não assusta a social-democracia sueca. Havana está muito longe de Estocolmo.

Mas a Suécia é um país capitalista. Um país governado por uma dúzia de famílias que controlam uma poderosa estrutura monopolista. O Partido Social-Democrata da Suécia diz-se socialista, mas trata de reforçar as estruturas do capitalismo. Por isso mesmo tem uma política para a América e outra para a Europa. Faz jogo limpo com Cuba como o fez no Chile. Mas quando se trata da Europa o caso muda de figura. A linguagem e os actos da social-democracia sueca e do sr. Olof Palme são totalmente diferentes em relação a Portugal. A Revolução Portuguesa não lhes agrada. Não estão interessados em ajudá-la; não manifestam a sua solidariedade às forças que em Portugal lutam por uma real independência nacional. Aqui toda a sua simpatia vai para os defensores do capitalismo, para aqueles que fazem a apologia do «socialismo em liberdade», para os que criticam e pretendem dividir o MFA, para os anticomunistas fanáticos. Portugal está na Europa e o sr. Olof Palme e os seus companheiros temem que a marcha vitoriosa para o socialismo da Revolução Portuguesa se transforme num «mau exemplo» para o Continente. O Governo e as empresas suecas instaladas em Portugal não estão interessados em desenvolver formas de ajuda ao nosso país. O Partido Social-Democrata da Suécia tem, isso sim, ajudado financeiramente o PS e aplaudido a sua política divisionista, as suas críticas ao MFA, as suas campanhas anticomunistas. Os monopólios suecos com interesses económicos em Portugal (o exemplo da Lisnave é expressivo) tratam, pelo

seu lado, de nos criar dificuldades, de desenvolver manobras de sabotagem contra a economia portuguesa.

Como os factos demonstram, a social-democracia sueca tem duas caras. Infelizmente para nós, a que pode ser contemplada de Portugal não é a dos sorrisos e da solidariedade. É a dos monopólios, dos partidários do cerco económico, a dos governantes que estimulam provocações contra-revolucionárias, a de um país capitalista que adopta relativamente à Revolução Portuguesa o tipo de procedimento que condenou na América quando aplicado pelo imperialismo americano.

## Em perigo a vida do camarada Luís Corvalán

O estado de saúde do camarada Luís Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, agravou-se nos últimos dias. Baseado em informações recebidas do Interior e no depoimento de Alejandro Libertto — vice-secretário-geral do Partido Socialista Chileno — o Partido Comunista do Chile divulgou em Havana uma nota na qual são revelados novos factos sobre o comportamento criminoso da Junta Fascista em relação a Corvalán. Libertto, que saiu em liberdade de Los Álamos, após uma campanha de solidariedade internacional, informou que o comandante daquele sinistro campo de concentração, Conrado Pacheco, viola o próprio regulamento do presídio, estabelecendo novas restrições que atingem Luís Corvalán. Além de não receber correio, o grande patriota chileno não pode tratar a sua saúde abalada. Todos os medicamentos que a família lhe envia são retidos pelo comandante do campo. E o médico de Los Álamos não se interessa pelo assunto. Cumpre instruções de Pinochet.

O aspecto físico de Luís Corvalán piorou tanto que os seus camaradas estão alarmados.

A ditadura fascista chilena não teve coragem em Setembro de 1973 de fuzilar Luís Corvalán, conforme havia ameaçado. Mas procura matá-lo agora através de um regime prisional comparável aos dos piores campos de concentração nazistas da Alemanha de Hitler.

É preciso, portanto, é urgente, é um dever ineludível arrancar o camarada Luís Corvalán das mãos dos seus carrascos. O primeiro passo para que esse objectivo seja atingido é a ampliação da campanha de solidariedade internacional. Em todo o mundo foi acolhida com entusiasmo a ideia de se organizarem todos os meses no dia 27 — Corvalán foi preso a 27 de Setembro de 1973 — em dezenas de países jornadas de solidariedade sob a palavra de ordem «liberdade para Luís Corvalán». Em Portugal estão já em organização várias iniciativas. No próximo dia 27 estaremos todos com o pensamento em Los Álamos, exigiremos todos: Liberdade para o camarada Luís Corvalán, herói do povo chileno, herói da América Latina!

## O anticomunismo arma da reacção uruguaia

Bordaberry e Cia estão inquietos com a amplitude do movimento internacional de solidariedade com a luta do povo do Uruguai. Em Montevideo, o governo fascista e a Imprensa oficial comemoram já a responsabilizar o movimento comunista pela repercussão crescente no estrangeiro dos actos de violência antidemocrática que atingem o povo uruguaio. Trata-se de um pretexto para intensificar a campanha que visa ao corte de relações diplomáticas com a União Soviética objectivo há muito perseguido pelas forças mais reaccionárias do país.

Respondendo à provocação, o Comité Executivo do Partido Comunista do Uruguai divulgou uma nota na qual afirma: «O único culpado do extremo isolamento internacional do Uruguai — de que uma das mais recentes e vergonhosas manifestações foi o alinhamento do Uruguai, na própria OEA, somente com Pinochet, Stroessner e Somoza — é a ditadura, com as consequentes repercussões económicas. Além desse aspecto,



é o conjunto da política económica e social da ditadura quem causa os males e sofrimentos da República, dos trabalhadores e de todo o Povo. Não pode haver saídas positivas para o Uruguai que não passem pelo derrubamento da ditadura.» Mais adiante, a direcção do PCU alerta o povo contra as provocações em curso e exorta-o «a defender as relações diplomáticas com a URSS e os países socialistas como capítulo fundamental do combate pela liberdade e pela verdadeira independência nacional. As amplias, amistosas e sólidas relações diplomáticas e comerciais com o mundo socialista, estranho à crise que sacode o mundo capitalista, estão destinadas, por outro lado, a ser no futuro um alicerce da recuperação e do progresso económico da República».

O anticomunismo assume as formas mais diversas, mas é sempre uma arma que a reacção procura utilizar contra as forças progressistas, tanto em regimes fascistas como em situações históricas que se caracterizam por avanços revolucionários do povo. Em Portugal a reacção fomenta o anticomunismo para dificultar a marcha para o socialismo; no Uruguai encontra nele um pretexto para tentar justificar a escalada repressiva, no esforço inútil de atribuir aos amigos do povo uruguaio a responsabilidade das consequências da política de traição nacional do fascismo.

- Dezanove anos depois do lançamento do primeiro Sputnik, duas naves cósmicas, uma Soyuz soviética e uma Apolo americana, encontrar-se-ão hoje no espaço. A atracagem deverá fazer-se sobre a Inglaterra. Durante dois dias, as duas naves formarão um único conjunto, estando previstas visitas mútuas e experiências científicas. É uma vitória do desanuviamento.
- Na Argentina consumou-se a queda do astrólogo fascista José Lopez Rega. Foi afastado não só das funções de ministro do Bem-Estar Social como do cargo de secretário particular da presidente Maria Estela de Perón. Foi graças à mobilização dos trabalhadores argentinos e particularmente à greve geral decretada pela CGT que Lopez Rega e outros ministros reaccionários se viram forçados a apresentar os seus pedidos de demissão. A ameaça de um golpe de Estado fascista foi provisoriamente afastada, mas, por ora, são gratuitas as previsões das agências noticiosas de que se iniciou uma viragem fundamental na orientação política do governo argentino. Basta lembrar que vários dos novos ministros são homens de Lopez Rega.
- Mais de 730 jovens de 65 países graduaram-se este ano na Universidade Patrice Lumumba, de Moscovo.
- Com a venda das suas «reservas estratégicas» de estanho, os Estados Unidos provocaram uma queda brusca das cotações do produto no mercado mundial. O país mais afectado é a Bolívia. Torna-se oportuno recordar que os EUA constituíram pela primeira vez essas reservas durante a segunda guerra mundial. A ditadura militar de Enrique Peñaranda, a título «ajuda da Bolívia à grande democracia americana», vendeu o estanho a preços quatro vezes inferiores àqueles pelos quais no fim do conflito foi negociado por Washington. A lição não serviu para nada. Os EUA repetiram agora o que haviam feito há 30 anos. À custa dos mineiros bolivianos que morrem de sílicose aos 30 anos.
- O escritor reaccionário Alexandre Soljenitsine encontra-se nos Estados Unidos a convite da confederação sindical AFL-CIO, controlada pelos grandes monopólios americanos e em cuja direcção há sempre elementos da CIA.
- No México entrou em vigor uma drástica restrição na importação de artigos de luxo.
- Em Estugarda, na República Federal Alemã, foi preso Victor Arajis, antigo oficial das SS hitleristas, acusado do assassinio de milhares de judeus na Letónia, durante a segunda guerra mundial.
- Em Itália um milhão de crianças trabalham como adultos ganhando entre 600 e 1200 escudos por mês. No país há, contudo, um milhão de adultos desempregados.
- A força aérea de Israel bombardeou mais um acampamento de refugiados palestinos no Líbano, em Ain Al Helwa. Foi abatido um dos aviões agressores.
- O Japão e os Estados Unidos reconheceram a República Democrática de Cabo Verde.
- O número de freiras em todo o mundo diminuiu 24,6 por cento nos últimos 4 anos. Actualmente há ainda 609 369 religiosas.
- O gerente da Corporação Estatal Petrolífera do Equador denunciou como manobra provocatória as declarações de um dirigente da Gulf Oil segundo as quais o governo equatoriano estaria encontrando dificuldades para vender o petróleo daquela empresa nacional. A Gulf pretende forçar uma baixa no preço do petróleo do sector estatal.
- Custará 15 milhões de contos o oleoduto peruano que transportará o petróleo da floresta amazónica para os portos do Pacífico, através da cordilheira dos Andes. O oleoduto terá 600 quilómetros de extensão.
- O Partido Democrata Cristão do Paraguai denunciou a existência de um organismo de «segurança» fantasma na empresa encarregada da construção da grande barragem de Itaipu, controlada pelo subimperialismo brasileiro. O organismo é uma máquina de corrupção. Uma nora do general Aguirre, apesar de ser cidadã brasileira, desempenha as funções de «assessora de segurança e inteligência» pelas quais recebe 25 contos mensais.
- Quatrocentos e trinta mil cidadãos da República Democrática do Vietnam frequentaram no último ano cursos de formação para adultos.
- Cientistas soviéticos e búlgaros aperfeiçoaram um sistema automático para instalações de regadio por aspersão. O novo processo fornece ao solo a humidade necessária, permitindo economizar 50 por cento de água.
- Segundo o «Washington Post», a empresa americana Ashland Oil Company ofereceu há 3 anos ao presidente da República do Gabão uma quantia equivalente a 5000 contos para poder continuar a operar naquele país africano.
- Durante 5 dias os aviões espanhóis foram boicotados nos aeroportos de Roma e Milão pelos trabalhadores italianos, como protesto contra o julgamento pela «justiça» de Franco de dois nacionalistas bascos.
- O Governo do Dubai, um dos emirados do golfo Pérsico, nacionalizou todas as operações de gás e petróleo no seu território.
- «Quando observamos os problemas do crime, da violência, das drogas, da pobreza, do desemprego e da exploração ficamos convencidos de que não existe qualquer futuro sob o capitalismo internacional.» Essa verdade antiga foi reconhecida agora em Havana pelo primeiro-ministro da Jamaica, Michael Manley, num encontro com trabalhadores cubanos. Fidel Castro e Manley dirigiram um apelo aos povos do Terceiro Mundo para que se unam contra «o imperialismo e o neocolonialismo».
- Nos últimos 12 meses, o índice de preços e serviços vitais registou no Chile um aumento de 422,9 por cento.
- A República Democrática da Guiné e a França normalizaram as suas relações diplomáticas, interrompidas em 1965.

# OS ASSALARIADOS RURAIS DO NORTE AVANÇAM NA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE

Conforme tinha ficado bem expresso na I Conferência dos Camponeses do Norte, realizada no Porto em fins de Dezembro, os assalariados agrícolas do Norte sentiam como urgente a necessidade de criar os seus sindicatos embora não sobressaça como fazê-lo. Decorridos alguns meses após esta primeira discussão do assunto pelos directamente interessados, são já dados importantes passos com vista à efectivação deste importante objectivo, nomeadamente no distrito do Porto. Os assalariados rurais da zona demarcada do vinho do Porto dão também já alguns passos com vista à sua organização de classe, o mesmo acontecendo já em algumas zonas do distrito de Braga. Até aqui submetidos a formas ignominiosas de exploração, os assalariados rurais do Norte unem-se e formam as suas organizações de classe, com vista a defenderem os seus interesses e a defenderem os interesses nacionais, contra a sabotagem dos grandes proprietários, dos absentistas.

Em Penafiel, tarde quente de sábado, no salão paroquial, entre centenas e centenas de olhos fixos, um homem, alto, magro, maxilares saídos, faces encovadas, moreno, testa lavrada por profundas rugas, olhos grandes, mãos freneticamente agitadas, ao lado da mesa e virando-se para os presentes, disse:

— As minhas mãos não são de vadio: são mãos caledadas, mãos do próprio trabalhador. Reparem bem, faz favor!... Não sou nenhum vadio.

Eu vim aqui porque gosto de ver a discutirmos todos os nossos problemas enquanto os nossos patrões estão a comer a nossa carne. Há direito, hoje, no tempo em que estamos, que um homem trabalhador ganhe 80\$00? E sempre mirrado; se se vai beber uma pinga de água à fonte o patrão ralha por isso. Neste tempo o fascismo acabou ou continua? O tempo do fascismo acabou. Ali não há férias. Tenho um irmão que é encarregado, virei-me para ele e disse: «É preciso falar ao patrão. Queremos mais ordenado; não se admite no tempo que estamos se receba 80\$00; o patrão come frango, o patrão come bife, o patrão tem carro, tem televisão, passeia por onde quer, e então o pobre do trabalhador anda ali a esmagar, a trabalhar? Quantas vezes os filhos em casa, mal alimentados, desprezados, porque a esposa tem que ir para o campo trabalhar. Estão aqui muitas mães e muitos pais dizem se é assim se não é? Muitas vezes anda um pequenito agarradinho à saia da mãe, cheinho de fome e de sede, por que motivo? Porque não há dinheiro nem condições para os podermos tratar melhor. Vocês digam-me, povo de Penafiel, é verdade ou é mentira? Colegas, vocês ouvem? Porque é que hoje um artista ganha 4 ou 5 contos; um patrão chama um troia, «tal dia queria que você fosse a minha casa compor este te-lhado», e paga-se muito bem; mas chega um pobre trabalhador do campo, trabalha de manhã à noite e só ganha 80\$00! E o patrão nem tão-pouco diz obrigado ao pobre trabalhador, nem um copo de vinho. Pois ali não há nada, só temos lá um tanque no meio do terreno, lá beber ao tanque? Pergunto eu: isto é socialista ou fascista? Percam o medo, aqui não há medo, aqui é que se discute e resolve os nossos problemas. Toda a gente tinha medo, só tenho pena de não estarem aqui aqueles fascistas. É bom que acabem os fascistas e o medo. Portanto, é bom que todos nós unamos para formarmos um sindicato a sério, para ver se conseguimos resolver os nossos problemas na reivindicação dos nossos direitos. Temos que trabalhar muito.

Estas palavras duras de um jornalista de uma quinta do concelho de Lousada, do distrito do Porto, o sr. José António Ribeiro, pela frequência e pela força com que eram aplaudidas pelos seus camaradas, são bem a expressão do que sentem na generalidade, todos os assalariados rurais do Norte: uma forte consciência da exploração que vitimam aqueles que mourem de sol a sol na quinta de proprietários absentistas.

Por iniciativa da União dos Sindicatos do Porto/Intersindical, o processo de organização de classe dos assalariados rurais, designadamente, tem dado efectivos e importantes passos na estruturação do seu sindicato. Efectivamente, grande número de assalariados rurais tem acorrido às assembleias já realizadas, por muito que os proprietários das quintas e os feitores tentem desmobilizar e desinteressá-los.

## Contra as actividades reaccionárias

De facto, também aqui os proprietários têm levado a cabo uma série de actividades reaccionárias, que vão desde o despedimento puro e simples de trabalhadores até ao desinteresse pela terra, deixando-a parcial ou totalmente em pousio.

Exemplo deste desinteresse é o que aconteceu na Quinta de Segade, que é uma das maiores propriedades da freguesia de Bustelo e que tem vindo a ficar ao abandono, deixando de ser cultivada. Como em todas as outras, trabalham aí alguns operários agrícolas, de sol a sol, quando têm direito a oito horas de trabalho diário; não têm assistência médica a que têm direito; e não têm assistência na velhice, como seja os casos do sr. Mécilio e do sr. Agostinho, que deram todo o esforço de uma vida de trabalho e que agora são votados ao desprezo. Mas a acção do patrão do «fascista Sousa Pereira» (como é normalmente chamado pelos trabalhadores), que foi reitor da Universidade do Porto, não fica por aqui: começou também a despedir trabalhadores. Despediu um primeiro e depois mais dois, sem justa causa. Contra isto levantaram-se os outros assalariados da quinta, que se recusaram a trabalhar enquanto não fossem readmitidos. Esta unidade dos trabalhadores e a presença de representantes da USP/Intersindical e do MFA, forçaram o «fascista Sousa Pereira» a readmitir os trabalhadores.

Mas isto não ficou por aqui. Os trabalhadores resolveram fazer um horário de trabalho que fosse mais humano, além de que também deixaram de aceitar que lhes fossem dar o caldo e uma merenda fraca, mas o patrão levava 15\$00 por dia por essa legua! Descontava 15\$00.

Referem-nos o sr. Manuel Alves, da comissão de trabalhadores da Quinta de Segade: — Quando os trabalhadores resolveram deixar de se apresentar às 7 e 30 e apresentarem-se às 8, e fazer o seu horário de trabalho, o patrão pegou nelle, levou-os para sítios longe e eles ficaram dependentes do transporte e do seu horário. Portanto, ou vão a pé ou ficam dependentes do transporte. Isto é mais uma maneira «sacana» e arbitrária, até porque o patrão não pode mudar assim de sítio os trabalhadores. Ele não pode pegar nos trabalhadores como quem pega — já não digo em gado — em coisas, porque o gado também precisa de ser respeitado, tem os seus hábitos, as suas necessidades, e tudo isso. Como vê, o reaccionarismo da parte dos patrões ainda existe e essa é mais uma das razões por que é necessário andar à pressa, embora andar depressa não queira dizer andar mal. Tem de se andar bem e depressa.

## Na organização e unidade a defesa dos seus interesses

Grande número de assalariados rurais toma diariamente a perfeita consciência da real importância da criação do sindicato. Prova disso é o crescente número de pessoas que, nomeadamente no distrito do Porto, têm acorrido às diversas assembleias e reuniões para uma definição da estruturação do futuro sindicato.

Um assalariado da Quinta da Avelada, membro da res-

pectiva comissão sindical e um dos trabalhadores mais dinâmicos, o José Jesus Pinto, conta-nos como é que tudo começou e quais as razões que mostraram aos assalariados a necessidade de uma unidade e de uma efectiva organização:

— Veja: se não houver um sindicato formado, também não há um contrato de trabalho e é por isso que nós lutamos. Até aqui é aquilo que está à vista de toda a gente. Há casos muito graves. Há sítios, como na Quinta dos Ingleses, onde se ganham 86\$00 e se trabalha 8, 9, 10, 11 horas por dia.

Ali, na Quinta da Avelada, a malta é mais evoluída, mais conscienciosa daquilo que quer e daquilo que faz. Mesmo antes do 25 Abril, começou a movimentar-se por 8 horas de trabalho. Havia a garrafeira, haviam os troias, os pedreiros, que trabalhavam 8 horas, com todas as regalias sociais, assim como a semana inglesa, pagavam-se feriados, dias santos, e a nós no dia santo diziam que era pecado trabalhar e ficávamos em casa, mas não ganhávamos. Chegava um feriado, nós tínhamos de trabalhar, senão não recebíamos. Aquilo começou a criar-nos um espírito de revolta e pouco antes do 25 de Abril começámos a organizar-nos. «Temos de ter regalias iguais» — dissemos. O patrão teve conhecimento e disse ao encarregado: «Então vocês não seguram no pessoal?» «Só se tor de pistola!» — respondeu ele. Depois das outras que tivemos, conseguimos horário de trabalho e foi pedido ao patrão que nos pusesse como os outros empregados. Nós queríamos ser iguais em tudo. Acontece que a partir de Junho do ano passado os operários da garrafeira passaram ao salário mínimo e nós estávamos a ganhar nessa altura 86\$00. A malta ficou calada naquele momento, mas adianta a malta revoltou-se. Depois de voltarmos à luta, só no mês de Março é que passou os trabalhadores para o ordenado de 115\$00. Mas não todos: houve trabalhadores com 108, 100, e 90 e tal escudos.

Então, começámos a partir daqui a sentir que sem uma organização sindical não podia haver contrato colectivo de trabalho, não havia aquela lei que obrigasse o proprietário a pagar mesmo o que era estipulado. Então, a malta da Avelada iniciou outra luta, que começou a 14 de Abril de 1975. Todos nós temos sido muito explorados. Nós e todos os que trabalham nas quintas aqui do Minho. Agora temos de nos unir todos. Para além do interesse do contrato colectivo de trabalho, também há o interesse de estarmos unidos e juntos a discutirmos os nossos problemas. Por isso, decidimos lançar um comunicado pelas quintas, apelando para a or-

ganização do sindicato de todos os trabalhadores assalariados agrícolas do distrito do Porto. Nós não podemos desprezar os outros camaradas que têm sido explorados e ainda continuam a sê-lo.

## Pelo aumento da produção

Uma tónica geral que todos os trabalhadores de todas as quintas referem é o facto de elas estarem parcial ou totalmente incultivadas. Também neste campo o futuro sindicato terá um papel decisivo na vigilância activa que põna cobro a esta forma de sabotagem.

— E o caso da Quinta de Segade, onde o patrão está a enterrar estrumes nos lameiros e a deixar o milho sem ele — diz-nos um jornalista da Comissão Pró-Sindicato. — Se não vier chuva ele não nasce. Num momento em que todos nós precisamos de aumentar, e muito, a produção do milho, ele faz isto! Nós cremos que o problema só será resolvido depois dos trabalhadores estarem mesmo organizados em comissões de trabalhadores das próprias quintas. E preciso obrigá-lo mesmo a fabricar as terras. Há aqui trabalhadores dispostos a fazer isso. Para não terem problemas por causa do IRA e das Forças Armadas, há proprietários que fabricam todo o terreno. Mas fabricam-no como querem e como lhes apetece.

Num momento em que a batalha da produção é decisiva para o fim da exploração do homem pelo homem, impõe-se medidas eficazes, com vista a impedir em definitivo que não se cultivem convenientemente as quintas, situação que é comum a todos eles. Entretanto, de todos os assalariados com que contactámos ficou bem patente a predisposição de porem fim a esta situação, para aumentarem a produção, para, ao invés de despedirem pessoal, adquirirem mais mão-de-obra.

A organização de classe dos assalariados rurais por todo o Norte avança. Começando pela conquista da confiança e da determinação — conforme se pode verificar pela firmeza e combatividade com que nos falaram os assalariados com quem dialogámos e de que acima deixamos extractos —, os jornalistas aprenderão que a sua unidade e organização constituirão uma força importante no avanço do processo revolucionário nos campos.

A estrutura agrária no Norte, ao mesmo tempo que se caracteriza pelo minifúndio, possui também muitas quintas, todas elas exploradas por proprietários absentistas, que neste momento se organizam contra a Reforma Agrária. Contra isto impõe-se uma forte organização de classe, da qual depende a concretização e defesa dessa mesma Reforma Agrária.

# BRAGA: A AGRO-75 AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

Abriu no passado dia 12 e está patente até ao próximo domingo, em Braga, a VIII Exposição-Feira Agrícola do Norte Agro-75. Como no ano passado, esta Exposição-Feira caracteriza-se, essencialmente, pela divulgação de um conjunto de métodos que visam a reconversão da agricultura minifundiária desta zona.

Mais uma vez a Agro é o ponto de encontro e de reunião de milhares de agricultores de todo o Norte e muito especialmente da região de Braga que ali se deslocam para visitar os numerosos pavilhões expostos. O interesse e a ampla participação de dezenas de milhar de visitantes manteve-se nestes primeiros dias da Agro, nomeadamente no sábado e domingo.

Acima de tudo, esta Agro-75 é como que uma escola onde todos os problemas inerentes ao desenvolvimento agrícola são aturadamente debatidos. Dois aspectos aparentemente distintos são as tónicas principais: um respeitante estritamente a assuntos técnicos da lavoura e sua integração no processo revolucionário que impõe uma Reforma Agrária efectiva; outro — esclarecimento, tão profundo quanto possível, das populações. Destas questões se encarregam, respectivamente, o SADA, Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola — e o MFA, através das campanhas de Dinamização Cultural.

A Agro-75 apresenta como principal característica o aspecto didáctico, procurando através de colóquios, conferências, visitas guiadas, filmes, etc., esclarecer todos os

presentes acerca de todas as questões inerentes à Reforma Agrária como seja a nova Lei do Arrendamento Rural e a todas as formas de organização da terra, quer sejam os pequenos e médios agricultores, quer sejam os assalariados rurais. Nomeadamente, a cultura do milho — que no domingo, foi tema de uma reunião com o Secretário de Estado do Fomento da Produção Agrária — a Lei do Arrendamento Rural — que justifica um «consultório» a funcionar a todo o tempo onde são também prestados todos os esclarecimentos ligados à Reforma Agrária — e o cooperativismo agrícola e associativismo de classe, justificaram a visita de três membros do Governo ligados à agricultura.

## Programa variado

Entretanto, hoje, além de um colóquio sobre «Os novos rumos do Cooperativismo Agrícola e Associação de Classe», realiza-se, à noite, um espectáculo por um Rancho Folclórico Búlgaro cuja presença se deve à dinamização promovida pelo MFA. Amanhã à noite, haverá um espectáculo de teatro.

Sábado, é o dia do MFA: de manhã visitas e colóquios para as Forças Armadas, à tarde Paradas Militares e à noite uma sessão de dinamização cultural, com a presença de destacados membros do Conselho da Revolução. No domingo será o encerramento, com um cortejo das máquinas e produtos expostos na Feira.

A exposição, sobre a agricultura da URSS, Hungria e



## O Alentejo na Batalha da Produção

# TRABALHO VOLUNTÁRIO NAS HERDADES COLECTIVAS

O trabalho pode e deve ser uma fonte de alegria. Demonstram-no os trabalhadores rurais alentejanos na sua luta quotidiana pela concretização da Reforma Agrária; demonstram-no todos os trabalhadores que conscientemente participam na dura luta pela batalha da produção.

Como as massas trabalhadoras que no passado domingo,

respondendo a um apelo da Comissão Distrital de Évora do PCP, levaram a cabo uma jornada de trabalho voluntário em algumas herdades colectivas daquele distrito.

Homens e mulheres de todas as idades trabalharam lado a lado nos afazeres do campo, imranados num sentimento comum, que as suas palavras simples e todas

profundas exprimem de maneira comovedora — **Viemos trabalhar, pois então, que isto é para o bem da economia do País, da gente todos.** E era o dia de descanso, esse descanso de que muitos deles só conhecem a ausência — **descansar?**, se a gente trabalha tantos anos para os que roubavam sem saber o que isso era, como não havemos

de trabalhar agora naquilo que é nosso, ajudando os camaradas das cooperativas? E estamos a trabalhar com vontade, com satisfação.

Uma vez mais o exemplo chegam-nos do Alentejo. Que frutifique de Norte a Sul do País, que para a revolução ir para a frente temos que ser todos a trabalhar.

## Os problemas do Baixo Mondego

# REUNIÃO DE AGRICULTORES EM MONTEMOR-O-VELHO

A Comissão Pró-Liga de Pequenos e Médios Agricultores do Concelho de Montemor-o-Velho tem como finalidade dinamizar as populações rurais no sentido de estas criarem as suas organizações democráticas tão depressa quanto possível e possam auscultar os seus reais anseios e lutar pela sua realização.

Dentro deste espírito decidiu esta comissão promover naquela vila um Encontro de Agricultores do Baixo Mondego, para discussão e apresentação ao Governo dos pareceres dos agricultores sobre as questões mais candentes da agricultura desta região do Baixo Mondego, como o arrendamento rural, pecuária, leite, carne e ovos.

Largas dezenas de agricultores participaram na reunião realizada na Escola Preparatória, que teve o apoio do MFA, do Serviço de Apoio e Desenvolvimento da Agricultura, do Instituto de Reorga-

nização Agrária e ainda de forças políticas progressistas. Conforme referiu um membro da Comissão Pró-Liga, no entanto, poderiam ter aderido muitos mais agricultores, se as forças reaccionárias a isso não se opusessem.

No decorrer do encontro, foi reconhecida a necessidade de criação de uma liga de pequenos e médios agricultores do concelho de Montemor-o-Velho, para, assim, se defenderem os interesses dos lavradores, de forma a que o produto atinja os valores justos, acabando-se com os intermediários, já que, designadamente, no caso do arroz, os valores não são compatíveis. Só através de uma cooperativa de comercialização se pode fazer frente a oportunistas que exploram o trabalhador, pois os aumentos nos adubos, nos combustíveis, nas próprias máquinas agrícolas só poderão ser compensados com uma comercialização directa, segundo foi ali reconhecido.

A falta de tempo impediu que fossem discutidos problemas relacionados com a exploração do milho e outros cereais, bem como questões relacionadas com a pecuária, leite e carne. Estes assuntos deverão ser discutidos numa próxima reunião a realizar no dia 20 do mês corrente, no mesmo local.

No final, foi projectado um filme soviético sobre aspectos relacionados com a exploração agrícola na União Soviética.

## Conclusões

As conclusões do encontro foram as seguintes:

1—O Governo, ao fixar, anualmente, os valores máximos das rendas, deverá ter em conta que um aumento de produtividade, consequente à elevação do nível técnico ou tecnológico, da exploração deve sempre reverter em benefício de quem trabalha a terra.

2—O IRA (Instituto de Reorganização Agrária) deverá promover os necessários contactos com o Ministério da Justiça, no sentido de dar cumprimento ao n.º 5 do art.º 27.º da lei do arrendamento e ainda no sentido de organizar os serviços de assistência judiciária de modo que os rendeiros possam, sem despesas com advogados, recorrer aos serviços de justiça necessários ao cumprimento da lei do arrendamento.

3—O Governo deve promulgar legislação que facilite a constituição de serviços de passagem de águas destinadas a fins agrícolas e em especial no Baixo Mondego, no sentido de acabar com a exploração de vendedores de água pública.

4—A assembleia dá o seu voto de concordância aos valores máximos das rendas fixadas para as culturas de arroz e milho de regadio e sequeiro.

## As potencialidades do Mondego

No final, contactámos com o rendeiro Joaquim Maria Cardoso, membro da Comissão Liquidatária de Montemor-o-Velho.

—Eu acho que só foi pena não vir mais gente — começou por nos dizer. Isso é o resultado do caciquismo e da reacção que ainda predomina na nossa freguesia. No entanto, trataram-se problemas de bastante interesse para o concelho e o encontro foi, de uma forma geral, bem recebido pelos pequenos e médios agricultores embora houvesse uma certa reacção de alguns proprietários que aqui apareceram.

E de louvar a iniciativa da Comissão Pró-Liga e tem que se lhe dar continuidade. O Mondego dispõe de uma potencialidade bastante grande na produção de carne, leite e cereais e está geograficamente bem situado no País com boas estradas e próximo do caminho-de-ferro. Mas há uma luta tremenda a travar contra o caciquismo reaccionário e os que não estão de acordo com a Revolução, que são os saudosistas do regime de Salazar e pretendem «manducar» sem trabalhar... Em todo o caso julgo que devem ser tomadas medidas rigorosas contra esses reaccionários que tentam a todo o custo impedir que a Revolução avance.

Depois passou a referir-nos a grande importância da Lei do Arrendamento Rural, o que justifica perfeitamente o facto de esta questão ter dominado todo o encontro, apesar de estar previsto o debate de outros temas.

—A Lei do Arrendamento já era mais ou menos conhecida e é tida como bastante progressiva. Os pequenos agricultores rendeiros estavam habituados a pagar, por exemplo, 6 e 7 fanegas a agulhada, e isso talhes para uma média de 500\$00 a agulhada. Se não pagassem, estavam sujeitos a serem expulsos das terras. Como a Lei do Arrendamento entregou a terra a quem a trabalha, acho que essa lei, além de progressiva, veio dar uma certeza ao agricultor de que ele pode continuar a trabalhar na terra com mais segurança.

Quando aos preços máximos das rendas são intertamente justos. Os camponeses têm de se organizar, têm de tomar medidas, têm de se preparar para uma luta tremenda contra os patrões da terra. Os patrões estão mais avançados e organizados e

entendem-se muito melhor uns com os outros do que os rendeiros.

No entanto, julgo que, com o tempo e com as medidas tomadas pelo Governo como a nacionalização da banca, a formação de equipas que vão até junto dos agricultores ensiná-los a conviver e a associar-se e muitas outras, isto melhora bastante.

## Problemas a resolver

No decorrer do encontro, quando se discutia as tabelas de rendas máximas propostas pelo Governo, houve grande celeuma à volta do preço da renda para o arroz, que é uma cultura típica desta região. Assim, levantámos depois a seguinte questão: Será que a tabela a fixar para o arroz deve ter em conta as características da Zona do Mondego ou deve ter uma tabela única para todo o País?

—Falando do preço do arroz pago ao produtor, nós não podemos de forma alguma exigir um aumento dele que vá criar uma inflação na parte operária. Pois se a parte operária conseguir fazer mais barato o tractor, a ceifeira, o secador, os adubos, e tudo isso que nós precisamos, evidentemente que não podemos exigir essas coisas a preço baixo se lhe vamos dar arroz caro.

Mas, além disso, é preciso ver o seguinte: nós, presentemente, não temos no Mondego e até no País, uma rentabilidade das searas como têm outros países. Então, a lembrar-me, por exemplo, que algum arroz que foi importado foi cá posto por menos 18\$00 e já em película, isto é, com a casca tirada.

Depois, passou a focar a renda máxima a fixar para o arroz. Esta é uma questão bastante importante e específica. Por exemplo, ao longo do encontro houve uma certa discussão devido ao problema da rega e da água nesta região.

—Bom, o problema da água é importante porque é muito estar-se a pagar 120\$00. A água é monopolizada por 3 ou 5 sociedades de regantes. Na maior parte dos casos, elas exploram o agricultor. Mas é preciso distinguir. Há fulanos que chegam individualmente e até gastam mais dinheiro. Mas há casos em que o agricultor nem tem que gastar gaseóleo, tem uma pontinhola no rio, solta-a e rega. São casos distintos e por isso têm que ser tratados de uma maneira diferente. Sabe que, muitas vezes, a reacção ataca mais directamente o indivíduo do que a sociedade para nos dividir.

A Liga dos Pequenos e Médios Agricultores em formação terá de resolver esses problemas individualmente.

